

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DISSERTAÇÃO

Renovação, Rupturas e Continuidades: Descaminhos e Caminhos do Comitê Central do
PCB 1980 – 1984.

Heitor Cesar Ribeiro de Oliveira

2020



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RENOVAÇÃO, RUPTURAS E CONTINUIDADES: DESCAMINHOS E
CAMINHOS DO COMITÊ CENTRAL DO PCB 1980 – 1984.

HEITOR CESAR RIBEIRO DE OLIVEIRA

Sob a orientação do professor
Dr. Luís Edmundo de Souza Moraes

Dissertação submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em História,
no Curso de Pós-Graduação em História, Área
de concentração Relação de Poder e Cultura.

*O presente trabalho foi realizado com apoio da
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento
001*

*This study was financed in part by the Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil
– (CAPES) – Finance Code 001*

Seropédica – RJ

Maio de 2020

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

048r Oliveira , Heitor Cesar Ribeiro de, 1981-
Renovação, Ruptura e continuidades: Descaminhos e
caminhos do Comitê Central do PCB 1980 - 1984 /
Heitor Cesar Ribeiro de Oliveira . - Rio de Janeiro ,
2020.
118 f.

Orientador: Luís Edmundo de Souza Moraes.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História
/ História - Mestrado , 2020.

1. Comitê Central PCB. 2. Partido Comunista
Brasileiro. 3. Comunismo. I. Moraes, Luís Edmundo de
Souza, 1966-, orient. II Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História
/ História - Mestrado III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO E
DOUTORADO**

HEITOR CÉSAR RIBEIRO DE OLIVEIRA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRE EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História – Curso de MESTRADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

TESE APROVADA EM 25/05/2020

Banca Examinadora:



Professor doutor LUÍS EDMUNDO DE SOUZA MORAES (UFRRJ)
Presidente e orientador



Professor doutor MUNIZ GONÇALVES FERREIRA (UFRRJ)



Professor doutor MARCO AURÉLIO SANTANA (UFRJ)

Agradecimentos

Apesar de tudo, da conjuntura e do cotidiano, chego ao fim dessa dissertação.

Agradeço primeiramente minha companheira Fabiana Doria, fundamental nesse processo de construção da dissertação. Em um momento de extrema dificuldade potencializada pela conjuntura adversa e complexa, seu apoio e motivação foi muito importante para não desistir e seguir adiante.

Obrigado amor. Seguimos juntos. Sua existência por si só me fortaleceu, seu apoio me empurrou para frente.

Dedico a você, ao Ernesto e a Maria Clara essa dissertação, e claro, ao Gordo, ao Tody e a nossa eterna Binga, parceira de redação.

Agradeço ao professor e orientador Luiz Edmundo, que ao longo desse longo/curto período foi central ao me mostrar formas de ver minha pesquisa e meu objeto. Conselhos e apoio em todos os momentos.

Agradeço a Paulo Longarini pela paciência e toda ajuda nessa caminhada.

Agradeço aos meus familiares, centrais em minha vida, com apoio, carinho, incentivo e compreensão. Obrigado Wanda Ribeiro de Oliveira, Holem Martins de Oliveira, Holem Ribeiro de Oliveira, Waleria Ribeiro Pereira, Luiz Carlos Ribeiro Pereira e Luiz Claudio Ribeiro Pereira.

Agradeço aos meus amigos que também me incentivaram e motivaram sem perder a ternura nem o humor jamais. Obrigado a Marcos Botelho, Elton John da Silva, Bernardo Soares, Luís Eduardo Fernandes, Rodrigo Martins e Hiran Roedel

Obrigado Maria Fernanda Scelza e Paulo André Leira Parente

Obrigado Edilson Neves Gomes e Paulo Oliveira.

Obrigado a Muniz Ferreira, Ricardo Costa, Pedro Marinho e Milton Pinheiro.

Dedicado a memória de Corina Ribeiro da Silva

Em memória de Fernandes Alves Pacheco, Luiz Edmundo Mathias, Raimundo Alves de Souza, Horácio Macedo e Anderson Ulisses.

*O presente trabalho foi realizado com apoio da
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001*

*This study was financed in part by the Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil –
(CAPES) – Finance Code 001*

RESUMO:

TÍTULO:

Renovação, Rupturas e Continuidades:

Descaminhos e Caminhos do Comitê Central do PCB 1980 - 1984

Um estudo sobre a história recente do Partido Comunista Brasileiro, PCB focando em seu Comitê Central e suas disputas internas. Enfatizando os “caminhos e descaminhos” do órgão máximo do Partido, tendo como ponto de partida a volta dos dirigentes comunistas do exílio, um regresso inserido no contexto da redemocratização. Um estudo da gestação de um novo núcleo dirigente a partir da crise e disputa interna no Comitê Central. Analisando o esgotamento do antigo núcleo dirigente, vinculado à figura de Prestes; as disputas internas e choques com o extremo oposto, nucleado pelos chamados renovadores, setor simpático às propostas do que se convencionou chamar de eurocomunismo; e, como um centro político, superou seus adversários internos e se consolidou como novo setor hegemônico e dirigente no interior do Comitê Central, garantindo o monopólio das formulações políticas.

PALAVRAS-CHAVE:

Comunismo, Partido Comunista Brasileiro, Comitê Central PCB.

Title:

Renovation, Breaks and Continuities:

Deviations and Direction of PCB's Central Committee: 1980 - 1984

Abstrac:

A recent history of Brazilian Communist Party, PCB, with cutting the Central Comitee and its internal struggles. The emphasis on "Deviation and Directions" on the higher instance of the Party, with a start in the back of its communist leaders from exile, a return in the context of the redemocratization. A study of the beginning of a new leadership group starting from the internal dispute of the Central Committee. Analyzing the exhaustion of an ancient leadership group, attached to Prestes, the internal struggles and confrontations with the opposite extreme, nucleated by the "renovators", a sympathetic sector to the proposals of what was agreed to be called Eurocommunism; and, as a political center, it overcame its internal adversaries and consolidated itself as a new hegemonic and leading sector within the Central Committee, guaranteeing a monopoly on political formulations.

Keyword:

Communism, Brazilian Communist Party, PCB Central Committee

Sumário

| | |
|---|-----|
| Introdução | 06 |
| Capítulo I – O PCB da estratégia de enfrentamento a ditadura ao exílio. | 15 |
| Capítulo II – A luta de Prestes contra o Comitê Central | 47 |
| Capítulo III – O VII Congresso Nacional do PCB e a reorganização do núcleo dirigente do PCB | 75 |
| Conclusão | 100 |
| Anexos | 104 |

Introdução

Uma questão preliminar: Aviso aos navegantes

O tema abordado nessa dissertação trata da história recente do Partido Comunista Brasileiro (PCB) com foco no Comitê Central, sua direção nacional e seu núcleo dirigente. Enfatizo os “caminhos e descaminhos” do órgão máximo do Partido, tendo como ponto de partida a volta dos dirigentes comunistas do exílio, um regresso inserido no contexto da redemocratização.¹

Buscarei entender como se gestou um novo núcleo dirigente a partir da crise e disputa interna no interior do Comitê Central que teve lugar nesse momento. Vou estudar o esgotamento do antigo núcleo dirigente, vinculado à figura de Prestes, as disputas internas e choques com o extremo oposto, nucleado pelos chamados *renovadores*, setor simpático às propostas do que se convencionou chamar de eurocomunismo, e, como um centro político, superou seus adversários internos e se consolidou como novo setor hegemônico e dirigente no interior do Comitê Central, garantindo o monopólio das formulações políticas. Ou seja, uma organização aos moldes do PCB, que possui em seu organismo dirigente máximo, no caso o Comitê Central, o órgão de formulação política, ou seja, a partir da estrutura do Comitê Central, subsidiado pelos diversos organismos do partido, o espaço que se formula as linhas gerais e pressupostos que guiarão a ação política do Partido. Nesse sentido, busco apresentar a disputa pelo Comitê Central do PCB como a disputa pelo controle do monopólio de formulação de políticas da organização. e vindo, com isso, a dirigir o PCB até sua crise mais dramática no princípio dos anos 1990 que gerou a cisão PCB e PPS. Assim, busco entender nessa dissertação como se formou o novo núcleo dirigente do PCB durante a crise entre Prestes e o restante dos membros do Comitê Central, e que seria responsável por conduzir o que era internamente defendido por esse núcleo como uma modernização do PCB para adequá-lo a nova política nacional.

¹ A pesquisa estudo o Comitê Central do PCB a partir da volta do exílio dos dirigentes 1979 / 1980 até a publicação da Resolução do VII Congresso Nacional do PCB, em 1984. Nesse período a reorganização pecebista se dá no processo de transição democrática, o processo de redemocratização.

Analiso como elementos referenciais os processos que antecedeu o VII Congresso do PCB². Sendo considerado como processo congressual o lançamento das teses pelo Diretório Nacional³, passando pelas tribunas de debates, notas e resoluções aprovadas em suas plenárias finais, ou seja, o processo congressual do PCB compreende um conjunto de etapas que vão desde a convocação do congresso com a publicação (envio para os diretórios regionais) das teses a serem debatidas e elaboradas pelo Diretório Nacional, passando pelas conferências de células, municipais, estaduais, pela discussão publicada nas tribunas de debates apresentada à militância partidária através de jornal oficial do partido e pelas plenárias finais com a aprovação das resoluções congressuais e posteriormente publicação de tais resoluções. Todo processo possui duração diferenciada, de acordo com as regras editadas pelo Diretório Nacional, mas em termos gerais possuem entre 6 a 8 meses de duração.

Esses congressos abordaram, em linhas gerais, a adequação do PCB, ao que se apresentou nas teses construídas pelo Diretório Nacional, de novo momento vivido no país com a redemocratização⁴, que demandavam ao PCB se colocar a altura dos novos desafios da democracia brasileira. Em todos esses congressos também se apresentavam os debates sobre o desenvolvimento das reformas, e posteriormente, da crise das experiências socialistas do leste europeu, que impactavam no debate acerca da manutenção de um projeto de caráter socialista e comunista para o país e seus desdobramentos na tática do PCB.

Busquei trabalhar o processo de disputa e ruptura, iniciado com uma forte crise interna, evidenciada de maneira mais nítida no período de 1980 a 1982, período que antecedeu o VII Congresso Nacional do PCB. O processo imediatamente posterior ao VII Congresso marca a consolidação do novo núcleo dirigente.

Mas para entender como esse processo se desenvolveu, busco na formatação do núcleo dirigente anterior, vinculado a Prestes, os elementos divergentes que se aprofundariam no exílio e se aguçariam na volta do mesmo e nas buscas por adequação da estrutura partidária no processo de redemocratização.

Assim, busco compreender como o Partido Comunista Brasileiro passou por um denso e intenso processo de reorganização de seu núcleo dirigente, que influenciaria profundamente a atuação do partido nos anos seguintes e estaria ligado diretamente ao

² O VII Congresso foi organizado para 1982, contudo terminando somente em 1984.

³ Como era chamado o Comitê Central nos anos 1980.

⁴ Teses ao VIII Congresso Nacional do PCB. 1987.

mais dramático momento da história do partido, quando pela primeira vez, uma cisão pôs em questão a própria existência do partido.

Para entender o PCB é preciso compreender seu modelo político partidário, estruturado seguindo os moldes e diretrizes da III Internacional, a Internacional Comunista, fundada como um desdobramento revolução socialista na Rússia. Sua origem e modelo são espelhados nos Bolcheviques⁵, tanto como matriz política, como ideológica e organizativa.

A dissertação se guiou na hipótese de que as divergências entre Prestes e o Comitê Central possibilitaram a reorganização do núcleo dirigente do PCB, constituindo um corpo dirigente, embora composto por diversos antigos membros do Comitê Central, tal reorganização se deu em um quadro qualitativamente novo.

Uma organização partidária não pode ser entendida como um grupo totalmente homogêneo, mas sim permeado de contradições e disputas. Mesmo quando se fala de uma agremiação como um partido comunista, no caso o Partido Comunista Brasileiro, com suas atribuições organizativas leninistas, tais como o centralismo democrático, a direção coletiva, a unidade de ação, ainda assim são organizações em que um conjunto de disputas se opera refletindo as disputas na sociedade, nos movimentos sociais, populares e sindicais, inclusive acerca de projetos de sociedade.

Antônio Carlos Mazzeo apresenta em sua obra *Sinfonia Inacabada*⁶ um denso estudo sobre o desenvolvimento do PCB em seus condicionantes externos e internos. Em tal obra o autor nos apresenta o debate sobre o papel dos partidos políticos, dentro do entendimento de Vladimir Lenin, formulador geral do modelo organizativo dos PCs. Para Lenin, segundo Mazzeo, os partidos comunistas deveriam ser um elo de mediação entre as questões específicas da sociedade, e em especial da classe trabalhadora com a luta política geral pela tomada do poder político. O Partido, como grupamento de pessoas preparadas e formadas para a luta política, deveria se conectar a realidade objetiva da classe trabalhadora, se vinculando a seu cotidiano, elevando o entendimento de lutas específicas a suas raízes mais gerais. Dialogando com Marx e Engels do Manifesto do Partido Comunista, onde estes apresentam que os comunistas não devem formar um grupo à parte da classe trabalhadora, Mazzeo estabelece dialogo entre o entendimento sobre organização política, entendendo o modelo político dos PCs como

⁵ Os Bolcheviques eram uma seção do Partido Social Democrata Operário Russo.

⁶ MAZZEO. Antônio Carlos. *Sinfonia Inacabada*. A Política dos Comunistas no Brasil. São Paulo. Boitempo. 1999. P.11 a 15.

partidos de novo tipo, que conduzem a atividade política para além do campo formal e institucional, mas se ligando ao cotidiano da classe trabalhadora em seus locais de trabalho e moradia. Esse entendimento permeou ao longo da primeira metade do século XX uma espécie de auto referência dos Partidos Comunistas, que se identificavam como seções de um só Partido Internacional. Contudo, na segunda metade do século XX, principalmente a partir da denuncia do culto a personalidade e do stalinismo no espaço do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956, uma fratura de maior densidade surge no movimento comunista internacional⁷, ocasionando uma grande cisão, a disputa sino soviética, onde o PC Chinês passa a questionar a direção de Moscou e passa a organizar Partidos Comunistas vinculados a via chinesa de construção do socialismo,⁸ e a dispersões na unidade política internacional, principalmente nos grandes Partidos Comunistas da Europa ocidental, tais como o Partido Comunista Italiano, o Partido Comunista Francês e o Partido Comunista Espanhol. Desde então, novos entendimentos sobre o papel do Partido Comunista e sua organização passaram a influenciar o debate dos PCs em todo mundo, agora não havia mais somente o modelo soviético, como também a via chinesa e o eurocomunismo.

De tal forma, não podemos estudar e analisar uma organização partidária desconectada de suas raízes objetivas. É necessário estudá-la em suas mediações entre a mesma e seus membros, sua realidade objetiva e suas subjetivações, seu projeto político articulado com sua ação no cotidiano. Entender tal organização como um proposto agente de transformação na sociedade e sujeita a essa sociedade que almeja modificar, mas que, concomitantemente, o compõe e a condiciona, numa contínua relação dialética de mediações.

Foram utilizadas na pesquisa que balizou essa dissertação fontes documentais produzidas pelo próprio PCB. Documentos como “notas” internas e públicas, pronunciamentos de membros da direção, documentos referentes a debates internos, e periódicos do partido tais como o Jornal “Voz da Unidade”.

⁷ O Movimento Comunista Internacional organizado no interior da Internacional Comunista sofreria ao longo do Século XX um conjunto de cisões, algumas com maior densidades como as envolvendo grupamentos vinculados a figura de Leon Trotsky, e outras mais localizadas e de pouco ou nenhum alcance internacional. Das cisões internas do Movimento Comunista Internacional, a de maior envergadura foi a entre China e URSS, que impactou tanto politicamente como organizativamente.

⁸ Não é pretensão dessa dissertação aprofundar o entendimento acerca da disputa sino soviética, mas, a cita como elemento ilustrativo das fraturas que se desenharam no interior do movimento comunista internacional na segunda metade do século XX.

Teve papel de destaque os documentos do PCB referentes aos seus Congressos em análise (Documentos Guias – Teses ao Congresso; Propostas de Resoluções e as resoluções Congressuais) – o VI e VII.

Tais fontes foram estudadas dentro da compreensão de que, na tradição de uma organização marxista-leninista, os documentos das instâncias superiores (Direções – notas; Congressos - Resoluções) possuem um forte peso no processo - não apenas decisório, como também cotidiano e prático. Assim tais resoluções demonstram a exata correlação de forças no processo de decisão máximo, sendo permeado pelas contradições do próprio Partido, sendo textos construídos em debates. Notas e documentos políticos que possuem a visão da maioria, estes sem permeabilidade para a minoria do Partido, são uma espécie de intervenção imediata nos organismo de base do partido e em organizações influenciadas por ele, já que são documentos aprovados por maioria simples, sem compromisso de incorporar elementos minoritários ao debate.

Utilizei também de fontes produzidas pela imprensa, principalmente as produzidas pelo Jornal do Brasil e pela Tribuna da Imprensa que acompanharam e expuseram publicamente as divergências e as disputas internas entre Prestes e o Comitê Central.

Dessa forma, o que se segue é o resultado de uma pesquisa, ainda que introdutória, pode apresentar dados, análises e conclusões preliminares de um trabalho que pretende se estender, assim como lançar algumas perguntas para uma futura continuidade da pesquisa, que diante dos prazos e formas de um mestrado, ficam limitadas.

No primeiro capítulo abordarei como o PCB, em seu Comitê Central chega ao exílio. As divergências internas do CC no exílio antes de serem oriundas de sua condição no exterior e sobre as táticas a serem adotadas tanto para o enfrentamento da ditadura como para organizar o partido, possuem suas origens na formatação do núcleo dirigente do Comitê Central. Tais divergências explodem no exílio configurando um partido dividido em sua direção máxima. As divergências no exílio aprofundam o desgaste de Luiz Carlos Prestes com a maioria do Comitê Central, criando um quadro de isolamento do principal dirigente do PCB.

No segundo capítulo apresento a crise interna do Comitê Central do PCB após a volta do exílio. Tal crise se evidencia no quadro de reinserção do PCB na política nacional no processo de redemocratização. Prestes e os demais membros Comitê

Central passam a divergir de temas internos e públicos do partido, inclusive utilizando da imprensa, que repercutia com destaque as divergências internas do CC do PCB.

Já no capítulo três apresento a repercussão do processo do VII Congresso, a anulação dos dois principais polos de disputas no interior do Comitê Central, os prestistas e os renovadores e a consolidação do novo núcleo dirigente.

Dessa forma, o presente trabalho buscou apresentar a construção no exílio de uma nova maioria, gestada no processo de divergências no Comitê Central, e como esse núcleo dirigente se consolida a partir do embate com Luiz Carlos Prestes, se apresentando tanto para dentro do Partido como para fora como os defensores do Partido e seus legítimos dirigentes. Processo esse que se deu inclusive também com a neutralização do outro setor divergente do Comitê Central, que também se chocava tanto com Prestes como com esse novo núcleo dirigente, os *renovadores*.

Capítulo I

O PCB da estratégia de enfrentamento a ditadura ao exílio.

O Partido Comunista Brasileiro, PCB desde os debates acerca do relatório secreto Krushev⁹ enfrentava um conjunto de discussões internas, dos seus elementos organizativos, até a atualização de sua tática e estratégia para balizar sua política de intervenção tanto na sociedade como um todo, como buscar ter uma maior participação política institucional.

Um dos primeiros resultados desse trabalho de se repensar enquanto estrutura política e de formular uma intervenção atualizada para a realidade nacional foi um documento apresentado em março de 1958, ocasião do aniversário de 36 anos do partido.

Segundo Dinarco Reis, membro do Comitê Central (CC) do PCB desde seu IV congresso em 1954, a própria elaboração da Declaração de Março de 1958 espelhou a mudança em curso no PCB, sendo reflexo de um novo núcleo dirigente que surgia no interior do Comitê Central do partido¹⁰

A Declaração de Março¹¹ foi um extenso documento formulado por Giocondo Dias, Mario Alves, Jacob Gorender, Dinarco Reis, Alberto Passos, Armênio Guedes, Orestes Timbaúba e apresentado em reunião do CC, sendo aprovado, inclusive com o voto de Prestes, legitimando o documento pelo aval do secretário geral, e se tornando um guia político de ação dos comunistas.¹²

⁹ Relatório apresentado por Nikita Krushev no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, PCUS em fevereiro de 1956 onde denunciou os crimes de Stalin e o culto a personalidade desenvolvido tanto no partido como Estado soviético. O Relatório Secreto, como ficou conhecido o documento apresentado por Krushev (eleito secretário geral do PCUS e líder do governo soviético) impactou em todo o movimento comunista internacional, no caso do Brasil, foi o estopim de denso e intenso debate que culminaria tanto com a reformulação do núcleo dirigente do Comitê Central, reestruturação organizativa do partido para superar, como apontado na ocasião pelo novo núcleo dirigente, “os vícios do período stalinista”, e o afastamento de um conjunto de dirigentes, que posteriormente organizariam o Partido Comunista do Brasil, PCdoB, na afirmação destes uma reorganização do autêntico Partido Comunista.

¹⁰ Utilizarei a denominação de núcleo dirigente para expor os diferentes grupos hegemônicos que se sucederam dentro do CC do PCB. Ao longo dos anos o PCB teve diversos núcleos dirigentes, como centros políticos de maior influência no interior de sua direção nacional. Ver Anexo 3

¹¹ As declarações políticas do PCB tem o papel de organizar a atuação do partido por uma determinada conjuntura e período, contudo, também podem operar ajustes na linha política do partido, servindo de novo guia de atuação para ajustar a linha de atuação do partido a novas demandas. No caso, a declaração de março de 1958 teve a função de modificar a linha política de atuação do PCB, dando novas diretrizes políticas a partir de novos entendimentos no desenvolvimento da política nacional.

¹² REIS, Dinarco. A Luta de Classes no Brasil e o PCB (volume I). Rio de Janeiro, Fundação Dinarco Reis. 2011. p. 112

“Convocado o Comitê Central , foi proposto encaminhar a ‘declaração de março’ como substitutivo ao projeto de abertura apresentado pela comissão anteriormente designada para isso. Prestes, consultado, não só considerou a “declaração” como satisfatória, como concordou em apresentá-la como substitutivo ao documento de abertura apresentado pela comissão”.¹³

O historiador Frederico Falcão, em seu “Os Homens do Passo Certo” descreve a aprovação da declaração como um fato que teve forte presença de Prestes, não como redator, mas como apoiador e fiador político do documento na reunião do Comitê Central.

“O texto do documento, denominado Declaração Sobre a Política do PCB, foi terminado pela comissão secreta em fevereiro de 1958. Teve prioridade de discussão na reunião do CC do mês seguinte, já que Prestes apresentou-o como substitutivo ao da comissão oficial e pediu prioridade para ele, o que foi aceito.”¹⁴

A *Declaração de Março* formataria politicamente a ação do PCB no próximo período. Paralelamente, a organização do PCB também passaria por transformações nos anos seguintes para se adequar às novas demandas políticas. O PCB deixaria para trás características que foram marcantes no momento posterior a perda dos mandatos e cassação de registro do final dos anos 1940, marcado pela inflexão a “esquerda” com o “*Manifesto de Janeiro de 1948*” e o “*Manifesto de Agosto de 1950*”, e com o IV Congresso em 1954.

Dulce Pandolfe, em seu *Camaradas e Companheiros*, obra em que busca apresentar a trajetória do PCB em suas contradições em conflitos, narra a importância do documento tanto para uma imagem que o partido faz de si próprio através de seus documentos e de sua história oficial, como as contradições não aparentes desse processo, mas manifesta em divergências posteriores.

¹³ REIS, Dinarco. A Luta de Classes no Brasil e o PCB (volume I). Rio de Janeiro, Fundação Dinarco Reis. 2011. p. 112

¹⁴ FALCÃO, Frederico José. Os Homens do Passo Certo: O PCB e a Esquerda Revolucionária no Brasil (1942 – 1961). São Paulo. José Luis e Rosa Sundermann Editora. 20012. P.:260-261.

“Considerado como o documento de refundação do partido, a Declaração de Março de 1958 é a principal referência na memória oficial do PCB na década de 80 e início dos 90. É a sua certidão de batismo: o seu renascimento. O seu mérito teria o de fazer a questão democrática o centro da reflexão do pecebismo (...) Ainda de acordo com a história oficial do PCB, com a Declaração de Março, o partido teria recuperado a autonomia em relação ao movimento comunista internacional, presente em seus primeiros anos de vida. Em 1958, o PCB teria finalmente formulado uma linha política com base nas transformações ocorridas no Brasil e não na cópia dos modelos”¹⁵

O documento da *Declaração de Março de 1958* apresentava o Brasil como um país com relações de produção atrasadas, onde ainda conviviam resquícios de um tipo de feudalismo mesclado com uma industrialização e urbanização. O documento apontava que o processo de desenvolvimento brasileiro estava estagnado pelo caráter subserviente da grande burguesia nacional que estava vinculada aos interesses do capital internacional, em especial o norte americano. O documento avançava no sentido de que era preciso uma aliança ampla entre o proletariado urbano, os camponeses e os setores médios e nacionais da burguesia brasileira para destravar o desenvolvimento nacional. O PCB assim propunha uma tática nacional desenvolvimentista a ser desenvolvida dentro da estratégia de uma revolução nacional democrática burguesa, onde o proletariado deveria ser o articulador do programa de unidade.¹⁶

“Essa resolução política do CC, que ficou conhecida como Declaração de Março, partia do reconhecimento do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e do aguçamento do antagonismo com o imperialismo norte-americano. Dizia ser necessária, para que o desenvolvimento se ampliasse, a completa independência da política do país (política externa independente, proteção ao capital nacional). (...) A declaração apontava duas contradições fundamentais no Brasil: da nação versus imperialismo e seus agentes internos, e das forças produtivas em desenvolvimento contra a relação semi-feudal na agricultura”¹⁷

¹⁵ PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e Companheiros: História e Memória do PCB*. Rio de Janeiro. Relume e Dumará: Fundação Roberto Marinho. 1995. p. 184. Pandolfi usa como base para a afirmação consulta ao órgão de notícia do PCB nos anos 1980 o jornal “A Voz da Unidade” edição 8 a 15/05/81 e 10 a 16/02/1989.

¹⁶ Ver Declaração de Março de 1958 em PCB: *Vinte Anos de Política 1958-1979*. São Paulo, LECH, 1980.

¹⁷ FALCÃO, Frederico José. *Os Homens do Passo Certo: O PCB e a Esquerda Revolucionária no Brasil (1942 – 1961)*. São Paulo. José Luís e Rosa Sundermann Editora. 20012. P.:261

Esses elementos norteariam a ação do PCB nos anos 1960, inclusive em sua orientação política para o trabalho de base, com ênfase no movimento sindical, e na tentativa de legalizar o Partido.

“O PCB chega aos anos 1960 convicto da necessidade de uma revolução democrática burguesa, quer dizer, mantendo e implementando um programa político nacional libertador”¹⁸

Com a Declaração de Março o PCB abria um novo período em sua história. De certa forma, tal declaração negava análises e conclusões dos dez anos anteriores que apontavam para uma revolução violenta e armada, assim como para a inviabilidade de um desenvolvimento nacional pactuado com a chamada burguesia brasileira. Essa mudança apontaria para uma renovação em seu núcleo dirigente, que sofreria um conjunto de modificações.

No período que se segue, em 1960, o PCB realiza o seu V Congresso. Este referenda a linha política construída na declaração de Março e aprofunda o processo de reestruturação partidária, levando a cabo um processo de autocritica pelas práticas “mandonistas” advindas do período stalinista, ou seja, um balanço interno acerca do autoritarismo praticado por dirigentes no trabalho de direção. Alguns desses militantes, membros do Comitê Central, tais como João Amazonas e Maurício Grabois, são afastados e outros saem por não concordarem com o processo de mudanças que envolviam o conjunto do partido.

Esse momento também é marcado pela forte presença do PCB nos movimentos de massas, com participação ativa no movimento estudantil e sindical, apesar de ainda estar ilegal juridicamente, o PCB passa a ter uma vida pública, participando inclusive de comícios e atos políticos.

“Os primeiros anos da década de 60 representaram um dos mais importantes momentos-chave na trajetória do PCB. Mesmo na ilegalidade, o partido adquiriu grande visibilidade e transformou-se num ator fundamental do jogo político-partidário. Sua expressão social extrapolou em muito sua capacidade orgânica. Através de outras legendas, principalmente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), militantes do PCB foram eleitos para cargos no legislativo. Ao mesmo tempo em que exerciam forte influência no movimento popular, os comunistas ocupavam um considerável espaço no aparelho do Estado. Em

¹⁸ MAZZEO, Antônio Carlos. Sociologia política Marxista. São Paulo. Cortez Editora. 1995. P. 80

aliança com os petebistas, detinham o controle de grande número de sindicatos, federações e confederações de trabalhadores urbanos e rurais”¹⁹

Segundo Moises Vinhas, dirigente do PCB nos anos 1950 e 1960, o PCB se tornou uma organização com características de massa, reunindo cerca de 50.000 militantes em todo o país. Ainda, segundo Vinhas, o partido possui membros:

“Em todo o país, fortemente implantado na classe operária e outras camadas sociais. Teoricamente dispunha de uma linha política ampla, flexível e unitária e uma prática relativamente coerente que lhe evitou, em vários momentos, mergulhar no ziguezague tático e confuso de outras forças (...) Os comunistas e seus aliados passam à direção política e sindical de entidades nacionais (...) como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTTT), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais (CNTTMF) e respectivas federações.

Além disso, todas as organizações sindicais de estrutura vertical, que ultrapassavam as federações e confederações legais, foram criadas nesse período por iniciativa dos comunistas, a exemplo do Pacto de Unidade de Ação (PUA), Pacto de Ação Conjunta (PAC) (...) em especial o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Atuando nessas organizações ao lado de petebistas como Dante Pelacani, Clodsmith Riani, Benedito Cerqueira e outros, estão líderes sindicais e políticos comunistas com grande prestígio de massa, como Roberto Morena, Oswaldo Pacheco, Hércules Correa, Luís Tenório de Lima, João Massena de Melo, Paulo de Melo Bastos, Aluísio Palhano, Demistóclides Batista e outros.”²⁰

Mesmo com uma maior penetração do partido nos movimentos de massa e sua proximidade crescente com o governo de João Goulart, o Jango, não permitiram com que o PCB, a partir de seu núcleo dirigente, percebesse o avanço das movimentações golpistas. O partido era tomado, nas palavras de Pandolfi, por um demasiado otimismo.

“O otimismo do PCB atingiu o seu ápice com o comício do dia 13 de março no Rio de Janeiro. Em coordenação com o presidente da República, o ato foi convocado pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), fortemente influenciado pelo PCB. O movimento sindical declarou-se em estado de mobilização permanente. (...)”

¹⁹ PANDOLFI, Dulce. Camaradas e Companheiros: História e Memória do PCB. Rio de Janeiro. Relume e Dumará: Fundação Roberto Marinho. 1995. p. 187.

²⁰ VINHAS. Moises. O Partidão: A Luta por um partido de massas (1922 – 1974). São Paulo. Editor Hucitec. 1982. P.191

Em 27 de março, quatro dias antes do golpe militar, o jornal *Novos Rumos* publicou as teses que deveriam ser discutidas no VI Congresso do PCB, marcado para novembro do mesmo ano.²¹

O golpe militar de 1964 interrompe esse momento democrático nacional, inaugurando uma ditadura civil militar que duraria por 20 anos. O PCB sentiria duramente os golpes dessa ditadura, passando a ser um dos alvos iniciais do governo militar, sendo Prestes um dos primeiros a perder os direitos políticos.

Para além da repressão, o regime ditatorial brasileiro repercutiria e impactaria o PCB de múltiplas formas, inclusive influenciando e potencializando divergências internas sobre a caracterização do regime e sobre as formas de combatê-lo.

Segundo Moises Vinhas, o Comitê Central do PCB somente conseguiu reunir-se em maio de 1965, mais de um ano do golpe. Onde foi feito um primeiro balanço do golpe militar de 1 de abril de 1964 e se desenhou em linhas gerais uma atuação dos comunistas para enfrentar os desdobramentos do golpe. Contudo, o golpe e a ineficiência do partido tanto de evita-lo como de organizar uma resistência precipitou um conjunto de divergências que se aprofundariam nos anos seguintes.²²

Todo o processo preparatório para o VI Congresso foi repleto de divergências, que em linhas gerais se acumulavam no balanço do período anterior, incluindo um balanço da atuação do partido no momento do golpe e divergências sobre o enfrentamento a ditadura.

Quando, em dezembro de 1967, finalmente se reunia, em clima de rigorosa clandestinidade, o VI Congresso do PCB, a ditadura civil militar já passava de três anos no poder. Qualquer avaliação de um regime transitório deixava de ser considerada pelo PCB em seus documentos internos, que se guiavam pelo entendimento que a ditadura precisaria ser derrotada, já que, pelo entendimento aprovado no congresso, o poder não seria entregue pela junta militar às autoridades civis. O VI congresso aprofundaria a discussão sobre quais mecanismos e métodos seriam utilizados nessa empreitada de derrotar o regime militar e elegeria um novo Comitê Central como organismo de direção nacional do Partido²³.

²¹ PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e Companheiros: História e Memória do PCB*. Rio de Janeiro. Relume e Dumará: Fundação Roberto Marinho. 1995. p. 196.

²² VINHAS, Moises. *O Partidão: A Luta por um partido de massas (1922 – 1974)*. São Paulo. Editor Hucitec. 1982. P.236 e 237.

²³ Ver Anexo 1

No VI congresso o PCB mantém, em suas resoluções, as definições sobre o processo de desenvolvimento econômico nacional, acrescentando a ruptura com o golpe de 1964, que inaugurou uma fase de maior subserviência ao capital internacional, em destaque o norte americano. Sobre o combate ao regime, o PCB aponta a necessidade de consolidar uma ampla unidade dos setores nacionalistas, democráticos e operários, a construção de uma frente única de combate à ditadura.

“Na situação atual, nossa principal tarefa tática consiste em mobilizar, unir e organizar a classe operária e demais forças patrióticas e democráticas para a luta contra o regime ditatorial, pela sua derrota e a conquista das liberdades democráticas. A realização dessa tarefa está estreitamente ligada aos objetivos revolucionários em sua etapa atual e ao desenvolvimento da luta da classe operária pelo socialismo.”²⁴

A tática de enfrentamento a ditadura apresentada pelo PCB não era consensual internamente, o que gerou um conjunto de fraturas no partido, com a saída de setores que partiam do entendimento de que o combate ao regime deveria ser feito através da luta armada. Importantes dirigentes do PCB saíram do partido nesse período, tais como Carlos Marighela, Mario Alves, Apolônio de Carvalho, Jacob Gorender e diversos dirigentes de comitês intermediários.

“O VI Congresso do partido contou com a presença de delegados de todo o país. Ele elegeu um Comitê Central composto por Luiz Carlos Prestes, Orlando Bonfim, Rio; Walter Ribeiro, ex militar, Rio; Giocondo Dias, Zuleika Alembert, Teodoro Mello, Moises Vinhas, David Capistrano da Costa, Antonio Chamorro, Marco Antonio Coelho, Elson Costa, Jaime Miranda, José Francisco, Francisco Gomes, Antonio Ribeiro Granja, Ramiro Luchesi, Geraldo Rodrigues dos Santos, Ivã Ramos Ribeiro, Luiz Inacio Maranhão, Salomão Malina, Renato Motta, ex militar, SP. João Massena de Melo, Oswaldo Pacheco, Dinarco Reis, Orestes Timbaúva, Luís Tenório de Lima, Agliberto Azevedo, Armando Ziller, Adalberto Silva, funcionário público, Rio; Aristeu Nogueira, Advogado, BA; Sebastião Vitorino, ex militar, MG; Almir Neves. Como suplentes: Itair José Veloso, operário da construção civil, RJ; Fued Saad, médico, SP; Isnard Teixeira, médico, Rio; Sergio Holmos, Moacyr Longo, tecelão, SP; Givaldo Siqueira, advogado, Rio; Hiram de ima Pereira, jornalista, PE; Mário Schemberg, Carlos Avelino, Jose Salles, ex universitário, Rio; Arthur Mendes, ferroviário, Rio; Oto Santos, jornalista, MG; Octacílio Gomes, ES; Renato Guimarães, jornalista, Rio; Jarbas de Hollanda, advogado, PE; Teodoro

²⁴ Ver em Resolução Política do VI Congresso do PCB - <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1967/12/resolucao.htm> visto em 01 de agosto de 2018 as 14h.

Chercov, Vulpiano Cavalcanti, Médico, RN; Paulo Santana, aeronauta, BA; Julio Teixeira, advogado, RS. A nova comissão executiva ficou composta por Luiz Carlos Prestes, Giocondo Dias, Orlando Bonfim, Jaime Miranda, Zuleika Alembert, Dinarco Reis, Geraldo Rodrigues como membros efetivos, e Ramiro Luchesi, Walter Ribeiro e Marco Antonio Coelho como suplentes”²⁵

Era um novo Comitê Central , sem a presença de importantes dirigentes do período anterior como Marighela, Mário Alves, Apolônio de Carvalho, Jacob Gorender, dirigentes que haviam tido importante papel dirigente e de formulação política. Nos anos seguintes ao congresso, devido a repressão e a necessária reorganização do núcleo dirigente, o Comitê Central do PCB a partir de sua comissão executiva realizaria cooptação de dirigentes intermediários para recompor o órgão central. Dirigentes como Armênio Guedes que pertencia ao comitê regional do Rio de Janeiro.

Durante a ditadura houve um considerável aumento na perseguição aos comunistas brasileiros. O PCB, ilegal desde 1947, quando teve seu registro cassado pelo Supremo Tribunal Federal, passaria a ser perseguido de forma mais severa e brutal pelo Estado e seu aparato de repressão, com prisões, perseguições e até assassinatos de seus membros.

A perseguição aos comunistas do PCB se intensificou nos anos 1970, principalmente no período Geisel, quando 1/3 dos membros do Comitê Central foi assassinado e vários militantes foram presos e torturados pelo regime. Estava em curso um processo que Armênio Guedes chama de aniquilação do PCB.

“Não apenas a direção nacional, como apontam muitos relatos históricos – inclusive o da Comissão Nacional da Verdade - , mas igualmente de direções estaduais e municipais e de grande número de organizações que compõem o partido. Ela é mais furiosa e abrangente em São Paulo, e não se resume aos assassinatos: muitos presos são torturados. (...)

Em Santa Catarina, por exemplo, a repressão ocorre em novembro de 1975. São presas 42 pessoas acusadas de pertencer ao PCB. Segundo Murilo dos Santos Garcia (Santa Catarina no palco das torturas – A Operação Barriga Verde), ‘muitos foram para manicômios, pois não resistiam as torturas sofridas’, e alguns se suicidaram. Luiz Carlos Azedo, em artigo publicado no site da Fundação Dinarco Reis, apresenta os seguintes números de presos em outros estados: São Paulo, 316; Rio de Janeiro, 125; Paraná (operação Marumbi), 11; Pernambuco, 9; total de 632”²⁶

²⁵ VINHAS. Moises. O Partidão: A Luta por um partido de massas (1922 – 1974). São Paulo. Editor Hucitec. 1982. P.242 e 243

²⁶ MALIN. Mauro. Armênio Guedes Um Comunista Singular. Rio de Janeiro, Ponteio. 2018. P.269.

Tal situação conduziu parte do Comitê Central para o exílio, além de contribuir para uma forte desmobilização nas bases partidárias, com a perda de diversos quadros políticos e dirigentes e uma forte desagregação nas células do Partido.

Em novembro de 1973 ocorre a última reunião do Comitê Central no país. Nesta decide-se pela ida para o exterior de alguns membros da direção nacional, diante do quadro de ofensiva contra o partido. Fica decidido que Hércules Correa, Orestes Timbaúba, José Salles, Severino Theodoro de Mello, Salomão Malina, Givaldo Siqueira e Almir Neves partam para o exílio, onde se encontrariam com os demais membros do CC que já haviam partido em 1971, como Prestes, Dinarco Reis, Amando Ziller, Agliberto de Azevedo, David Capistrano, Roberto Morena, Luiz Tenório de Lima, Zuleika Alembert e Armênio Guedes.²⁷

Para além do Comitê Central, diversos dirigentes intermediários com funções políticas e operativas, tais como assistências, relações internacionais e imprensa também se dirigiram para o exílio.²⁸

Parte do Comitê Central no exílio fixou residência na URSS, focando atuação, reuniões e mobilizações internacionais nos países do bloco socialista. Outro setor do Comitê Central se exilou nos países da Europa ocidental.²⁹ Segundo Armênio Guedes em depoimento gravado ao Instituto Vladimir Herzog³⁰, vários membros do PCB transitaram em diversos países da Europa e se dividiram entre Suécia, Suíça, França e Itália, sabemos também que houve uma concentração nos países do bloco socialista, em destaque na URSS, onde ficou Luiz Carlos Prestes, que por sua vez, havia sido forte opositor da decisão de membros do Comitê Central partirem para o exílio, e, agora no exterior, fazia forte resistência a organizar, tanto a direção do partido como sua atuação.

Prestes, nos anos 1980 avaliando a posteriori a situação, descreve que a decisão da ida para o exílio de 1/3 dos membros Comitê Central foi tomada numa reunião do organismo dirigente, por proposta de Armênio Guedes, Givaldo Siqueira e outros. Prestes identifica nesse deslocamento de dirigentes para o exílio uma movimentação de disputa interna, que culminaria somente nos anos 1980 com a sua saída do partido.

²⁷ Ver em MALIN. Mauro. Armênio Guedes Um Comunista Singular. Rio de Janeiro, Ponteio. 2018. P.263

²⁸ Ver anexo 2 – Mapa dos dirigentes do PCB no Exílio.

²⁹ A pesquisa encontra-se em desenvolvimento analisando ainda fontes, dentre as quais, material que indica rotas de exílio e definições sobre local em que os membros do CC fixariam suas residências. Tais informações serão incluídas no texto final.

³⁰ Armênio Guedes, entrevista, Instituto Vladimir Herzog, acessível em: http://www.youtube.com/watch?v=qK_-fQUiSf4

Preste inclusive qualifica essa posição como um golpe interno para retirar do país os setores mais a esquerda do Comitê Central e que, por consequência de suas posições, atrapalhariam uma “evolução na política do partido”.³¹

A atuação dos dirigentes do PCB no exílio aprofundou ainda mais o clima de disputa política interna do Partido. As divergências se acumulavam sobre temas nacionais, sobre o papel do PCB na luta pela redemocratização brasileira, sobre influências teóricas e políticas dos Partidos Comunistas, tanto no poder, como o da URSS como os grandes partidos comunistas do ocidente, Francês e Italiano. Até a discussão sobre organizar o partido no exílio foi alvo de disputa entre os membros do Comitê Central:

“Finalmente, no fim e 1975 nós conseguimos, depois de muita resistência de Prestes – ele não tinha interesse em organizar o Comitê Central no exterior, ele ficava sozinho dirigindo o partido, tinha os recursos do partido, era o representante do partido junto aos demais partidos da Europa, principalmente do partido soviético, enfeixava tudo em suas mãos, achava que não se devia que organizar o partido no exterior. Era contra, achava que não tinha chegado o momento, que isso impedia que aflorassem novos quadros para a direção, que em vez de ser um estímulo à luta no Brasil, à resistência no Brasil, aquilo podia ser uma coisa negativa.

Esse argumento mesmo já estava superado, e nós conseguimos quebrar a resistência dele. Organizamos por nossa conta esses comunistas, que eram cento e tantos já no final, antes da anistia, que viviam na Europa, estavam mais ou menos organizados e coordenados por meio de reuniões que cada ano nós fazíamos, ao lado de constante correspondência. A Zuleika se correspondia com todo esse pessoal, e eu viajava também, de vez em quando ia na Itália, ia a Portugal, fui a Cuba, tinha uma serie de comunistas brasileiros, me reuni com eles, e mais ou menos os pus a par do que o PC estava fazendo.”³²

Enquanto o Comitê Central iniciava seus trabalhos no exterior, no Brasil a Operação Radar, desencadeada pela ditadura eliminava mais membros da direção do partido. Entre fevereiro e outubro de 1975 eram assassinados e desaparecidos Jaime Miranda, Nestor Veras, Itair Veloso, Orlando Bonfim e José Montenegro de Lima. O impacto da repressão no Brasil contra o PCB afetaria duramente a organização dos comunistas.

³¹ MORAES, Denis de e VIANA, Francisco. Prestes, Lutas e Autocríticas. Petrópolis. Editora Vozes, 1982. 201

³² MALIN, Mauro. Armênio Guedes – Um Comunista Gentil. Rio de Janeiro. Ponteio. 2018. P.: 280

“Dos 62 efetivos e suplentes eleitos para o Comitê Central em 1967 restam três em atividade no país: Geraldo Rodrigues dos Santos, Amaro Valentim do Nascimento e Antonio Ribeiro Granja. Giocondo Dias, depois de novamente escapar por pouco da captura, permanece escondido por conta própria, isolado do próprio partido. Em novembro de 1975, relata João Falcão, Prestes e outros integrantes do Comitê Central decidem montar uma operação para tirar Dias do Brasil. Ele chega a Genebra em abril de 1976”³³

Mauro Malin, na biografia de Armênio Guedes relata que, nesse período, enquanto o Comitê Central buscava se reorganizar, a ditadura efetuava uma nova ofensiva, dessa vez contra os comitês de base do partido. Segundo Malin, que também foi um membro do PCB exilado durante a ditadura, entre agosto de 1975 e janeiro de 1976 mais de mil dirigentes do PCB são levados detidos para quartéis em todo o país. Essa ofensiva inclusive busca desmontar a estrutura do PCB entre operários metalúrgicos.

Ainda em princípio de 1975, Prestes, em Moscou convoca Hércules Correa e Severino Theodoro de Mello para organizar uma comissão de trabalho como objetivo de organizar o trabalho de direção. Essa comissão ainda seria ampliada com a presença de Salomão Malina e Orestes Timbaúba.

Segundo Malin, nesse momento começam a se estruturar dois campos políticos dentro do Comitê Central no exílio, um setor com Prestes e outro, que aglutinava a maioria dos membros do Comitê Central no entorno de Armênio Guedes, e, em breve, com a chegada de Dias, que ainda estava no Brasil este passaria a ser também uma das referências internas.

O Comitê Central se encontrava esfacelado e desorganizado, e uma iniciativa de organiza-lo, contrariando Prestes, foi posta em processos. Prestes se opunha tanto a organizar o trabalho de direção no exílio como aceitar que o Comitê Central empreendesse novas cooptações para suprir as lacunas com mortos e desaparecidos.

“Nesse contexto que se da a recomposição do Comitê Central no exterior, apenas tolerada por Prestes, e a nova luta pelo poder no PCB.

A primeira reunião compareceriam quatorze dirigentes. Os que haviam sido eleitos titulares em 1967 são onze: Prestes, Zuleika, Mello, Dinarco, Malina, Timbaúba, Tenório, Agliberto, Ziller, Hércules e Almir Neves. Suplentes agora efetivados Armênio, Salles e Morena. São eleitos para a comissão executiva Prestes, Malina, Dias (ainda no Brasil), Armênio e Salles.”³⁴

³³ MALIN. Mauro. Armênio Guedes Um Comunista Singular. Rio de Janeiro, Ponteio. 2018. P.283

³⁴ MALIN. Mauro. Armênio Guedes Um Comunista Singular. Rio de Janeiro, Ponteio. 2018. P.306

Com o funcionamento de parte do Comitê Central no exílio, foram organizadas também comissões operativas e auxiliares ao trabalho de direção, tais como a comissão de imprensa, que ficou sob os cuidados de Armênio Guedes³⁵ na França³⁶. Segundo Leandro Konder, membro dessa assessoria, eles contribuíam na formulação política do material de imprensa, o Voz Operária.³⁷

Armênio Guedes assim relata sua cooptação para a comissão executiva do Comitê Central.

“ai que começa o trabalho mais organizado da direção no exterior, e foi essa reunião que me deu a oportunidade de entrar no clube do PC. (...) no clube da direção. (...) Por mais que eu tenha convivido com o partido comunista e vivi no partido comunista durante 48 anos, foi realmente nesses últimos nos que eu pude observar mais de perto como funciona a direção, com suas limitações, a luta interna pelos postos.

Como eu não participava do clubão, ou núcleo dirigente, como mais sofisticadamente se dizia no PC, eu nunca participei de dentro dessa coisa, eu não percebia, ou melhor, eu chegava a ter uma certa noção da inconsistência dessas pessoas que diziam querer democratizar o partido, mudar o partido. (...) Mais de perto, também pude ver os dirigentes mais importantes do partido, como se relacionavam, um certo grau de hipocrisia. Embora eu já tivesse uma noção disso, a partir das minhas observações sobre o partido soviético antes, eu aí pude ver de perto a direção do PC Brasileiro, um sujeito que tinha uma opinião fora das reuniões do partido e, na presença de Prestes, modificava a sua opinião, eu era para não perder ponto. Essa vivência maior na direção, na cúpula, me deu um conhecimento mais extenso de como a coisa funcionava e do impasse em que realmente esse partido se encontrava.”³⁸

A partir desse momento, Armênio Guedes passaria a ser um dos principais dirigentes do PCB no exílio até a volta ao Brasil. Ele viria a assumir a coordenação da comissão de imprensa no exílio, coordenando a equipe da Voz Operária, inclusive vindo

³⁵ A Assessoria era formada por Armênio Guedes, que a dirigia, Zuleika Alambert, Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho, Aluisio Nunes Ferreira, Ivan Ribeiro Filho, Milton Temer e Antônio Carlos Peixoto (PRESTES in *Novos Temas*, p.43) – completar referência.

³⁶ KONDER, Leandro. *Memórias de um intelectual comunista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 95

³⁷ O *Jornal Voz Operária* era produzido na Europa e impresso no país até o ano de 1976, quando caiu a gráfica do PCB que ficava no bairro de Campo Grande, Zona Oeste do Rio de Janeiro. A distribuição do *Jornal* no país tinha uma complexa rede de comunicação que interligava comitês de base e direções intermediárias que garantiam a distribuição do jornal em diversos estados.

³⁸ MALIN, Mauro. *Armênio Guedes Um Comunista Singular*. Rio de Janeiro, Ponteio. 2018. P.306. Julgo ser importante esse relato pois apresenta a impressão de Armênio Guedes ao entrar no núcleo dirigente do partido. Armênio Guedes viria a ser uma das figuras centrais na disputa política do Comitê Central até sua saída do partido.

a ser central no processo de mudança no caráter desse jornal, de um meio de comunicação interno ao partido, para um jornal para dialogar com o público externo.

Anita Prestes, que havia sido cooptada para integrar um secretariado de apoio a Prestes no exílio, afirma que esses espaços e comissões auxiliares estavam repletos de membros do PCB simpatizantes do eurocomunismo, o que fortalecia uma posição interna no Comitê Central, e por extensão no partido como um todo, oposta a visão de Prestes, que, politicamente ficava cada vez mais isolado.³⁹

Anita Prestes afirmava que os membros do PCB no exílio estavam divididos entre reformistas, ou seja, dirigentes que aderiram a tese da possibilidade de passagem ao socialismo através de graduais reformas e não mais pela ruptura revolucionária, onde se destacavam Armênio Guedes e Zuleika Alembert, que passariam a ter influência direta no jornal Voz Operária e influenciavam a partir da assessoria de imprensa diversos outros membros do Comitê Central; os revolucionários, que na análise de Anita eram os que se alinhavam a Prestes, e defendiam, nas palavras de Anita Prestes, um partido revolucionário, sem ilusões reformistas; e o “Pântano”, uma maioria silenciosa do Comitê Central não identificadas nomeadamente por Anita, que não manifestavam posições em divergências, tendia para conciliação e seguia as resoluções do VI Congresso de forma dogmática, ou seja, de forma acrítica⁴⁰

Durante o período de exílio as divergências foram potencializadas, gerando inclusive conflitos que explodiram antes mesmo da volta ao Brasil. O próprio Prestes ficou numa condição de grande isolamento político. Ainda no exílio alguns membros do Partido romperam com a organização⁴¹, tais como Milton Temer, que integrava a comissão auxiliar de imprensa. Armênio Guedes em uma entrevista para o projeto Resistir é Preciso afirma que no final dos anos 1970 colocava de forma aberta sua divergência e críticas a URSS.⁴²

Segundo Armênio Guedes, Prestes possui o maior controle sobre os membros do Partido, mesmo no exílio, detinha o controle sobre diversos dirigentes no Brasil, e também tinha grande influência sobre os membros do CC no exterior.

³⁹ PRESTES, Anita Leocádia. Luiz Carlos Prestes - O combate por um partido revolucionário (1958-1990). São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 327.

⁴⁰ PRESTES, Anita Leocádia. Luiz Carlos Prestes - O combate por um partido revolucionário (1958-1990). São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 213.

⁴¹ O mapa da atuação dos membros do PCB no exílio, assim como suas atuações e até mesmo rompimentos com o Partido está sendo concluído para a redação final.

⁴² Armênio Guedes, entrevista, Projeto Resistir é Preciso, acessível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FEogXxn3NUQ>

“Ele (Prestes) concentrava mais recursos do partido na mão dele. Isso é sempre uma fonte de poder importante, era a distribuição das verbas, era o presidente da república distribuindo as verbas do orçamento pelos seus ministérios. Dinheiro dado pelo Estado Soviético. (...) Isso dava uma força enorme ao Prestes, e a gente tinha, em certo sentido, que ir buscar o recurso com ele, prestar contas a ele”⁴³

Ainda, segundo Armênio Guedes citado em sua biografia, os membros do CC atuavam em diversos países, Ele e Zuleika Alembert estava na França, Dinarco Reis em Roma, Agliberto Azevedo e Roberto Morena em Praga, além dos membros do CC que eram funcionários em organizações internacionais vinculadas ao movimento comunista, como Luís Tenório e Lindolfo Silva que eram funcionários da Federação Sindical Mundial, Armando Ziller da Revista Internacional, Milton Temer na Federação Mundial das Juventudes Democráticas⁴⁴ em Budapeste, Ana Montenegro chegou a trabalhar na ONU e na UNESCO, Salomão Malina em Portugal, e na URSS, Hércules Correa, Severino Teodoro de Mello, José Salles, Giocondo (quando foi para a Europa, embora também ficasse as vezes em Paris) e Prestes.⁴⁵

Uma das divergências se deu acerca da incorporação, por meio de cooptação, no Comitê Central de Gregório Bezerra, histórico dirigente comunista, ex constituinte e que havia ficado preso desde os momentos iniciais da ditadura e tinha sido trocado pelo embaixador dos EUA. Segundo Armênio Guedes, ele e a Prestes travaram violenta discussão acerca desse tema, em que Prestes e Anita marcavam posição contra a incorporação de Gregório. Anita ainda não havia sido formalmente incorporada ao CC, mas participou da discussão com direito a voz.

A situação de Anita Prestes, contudo mudaria após Prestes indicar o nome dela ao Comitê Central. A cooptação de Anita Prestes ocorre junto com a de Marly Vianna, que, juntamente com Ramon Peña, atuavam como um secretariado de Prestes. Esse secretariado não formal, segundo Armênio Guedes citando um depoimento de Severino Theodoro de Mello a Ivan Alves Filho, buscava criar condições para fazer surgir a partir de novos quadros, um partido renovado sem os vícios nem da conciliação, em que

⁴³ MALIN. Mauro. Armênio Guedes Um Comunista Singular. Rio de Janeiro, Ponteio. 2018. P.307

⁴⁴ Nesse período operava um processo de solidariedade internacional com os comunistas exilados, que eram empregados em organismos e entidades internacionais vinculadas direta ou indiretamente ao movimento comunista internacional. Giocondo Dias, por exemplo ocupava um escritório da CGT em Paris na França. Não foi possível identificar todos os locais e espaços que empregaram os brasileiros do PCB no exílio.

⁴⁵ MALIN. Mauro. Armênio Guedes Um Comunista Singular. Rio de Janeiro, Ponteio. 2018. P.308

Prestes acusava a maioria do CC, nem de um esquerdismo que poderia existir ainda no partido.

“Como essa transição seria muito longa, se tornaria necessário formar um partido de jovens, nas bases e na direção. Assim Prestes promove Salles, in petto, a braço direito capaz de suceder-lo. Está formado um grupo que será apelidado de ‘bando dos quatro’. Salles, Anita, Marly e Ramon. A esse grupo se agrega ainda Reigs Fratti, ligado a Salles.”⁴⁶

Prestes, assim, passa a ter um controle econômico e operativo da máquina do CC, embora não tivesse a maioria, esse controle possibilitaria a ele ter maior influência junto aos demais dirigentes. Já o operativo articulado na comissão do *Jornal Voz Operária* se tornaria um espaço em que seriam trabalhadas as divergências com Prestes, contudo, sem grande apelo junto aos demais dirigentes.

Em julho de 1975 Prestes esteve em Cuba, no Congresso do PC Cubano e num encontro de Partidos Comunistas. Nessa ocasião Prestes manifestou elementos de sua divergência com a linha política do Partido, ao defender que a burguesia brasileira estava totalmente atrelada aos interesses imperialistas, o que eliminava qualquer possibilidade de aliança com esse setor da sociedade, colocando em ordem do dia a luta pelo socialismo e não uma luta por uma revolução nacional democrática. Prestes se baseava no golpe de 1964 para afirmar que a burguesia brasileira havia rompido com qualquer possibilidade de um desenvolvimento próprio.

A chegada de Giocondo Dias apresenta um elemento novo no quadro da disputa política no interior do Comitê Central no exílio. Segundo Mauro Malin nas memórias de Armênio Guedes:

“A incorporação de Dias dará à maioria do Comitê Central um horizonte de triunfo possível na luta interna. Não apenas sua presença em reuniões do Comitê Central e nas atividades partidárias que lhe dá impulso para polarizar com Prestes”⁴⁷

⁴⁶ MALIN. Mauro. Armênio Guedes Um Comunista Singular. Rio de Janeiro, Ponteio. 2018. P.311

⁴⁷ MALIN. Mauro. Armênio Guedes Um Comunista Singular. Rio de Janeiro, Ponteio. 2018. P.311

Segundo Daniel Aarão Reis, na biografia de Prestes, Giocondo Dias começava a fazer sombra em Prestes, tanto internamente no Comitê Central, como na relação com os demais partidos comunistas e até mesmo com os governos socialistas, como no caso da URSS⁴⁸

A reunião seguinte do Comitê Central , realizada em março de 1977 na URSS, Armênio Guedes descreve como a reunião da virada, em que se avaliava o avanço das forças democráticas no Brasil e um enfraquecimento da ditadura, o que possibilitava uma maior ofensiva democratizante. Nesse sentido, a reunião aprovou manter o foco na luta democrática através de uma ampla aliança em contraposição aos que propugnavam uma luta imediata pelo socialismo. Essa resolução contrariava Prestes e seu bloco político, e fortalecia uma maioria do Comitê Central, que, tinha dentre os seus o histórico Giocondo Dias.⁴⁹

Em setembro de 1977, Prestes, nas palavras de Armênio Guedes, efetua um contra ataque. Numa carta dirigida a militância publicada no Voz Operária, Prestes, que havia recebido um anteprojeto de texto e tinha modificado, apresenta uma visão diferente da trabalhada pela maioria do Comitê Central e em especial, diferente da linha trabalhada pela equipe do jornal, por exemplo, Prestes substitui expressões como a derrota da ditadura por derrubada da ditadura.⁵⁰

As divergências e o clima tenso dentro do Comitê Central se aprofundavam, e qualquer que fosse a solução não se apresentava como uma saída nem fácil nem rápida, num momento em que a ditadura militar começava a se enfraquecer e a campanha pela anistia começava a ganhar ampla adesão na sociedade. O Comitê Central que conduzia o partido nesse importante momento era uma direção dividida e repleta de incertezas acerca de como conduzir sua reinserção no país.

“No final dos anos 70 e início dos anos 80, o debate central no interior do PCB era sobre a questão democrática. Para a muitos, os avanços nesse campo pareciam irreversíveis e o partido estava imune aos desvios esquerdistas, liberto das posições ditas golpistas e aventureiras.”⁵¹

⁴⁸ REIS. Daniel Aarão. Luiz Carlos Prestes: Um revolucionário entre dois mundos. São Paulo. Cia das Letras. 2014. P. 355

⁴⁹ MALIN. Mauro. Armênio Guedes Um Comunista Singular. Rio de Janeiro, Ponteio. 2018. P.314

⁵⁰ MALIN. Mauro. Armênio Guedes Um Comunista Singular. Rio de Janeiro, Ponteio. 2018. P.347

⁵¹ PANDOLFI, Dulce. Camaradas e Companheiros: História e Memória do PCB. Rio de Janeiro. Relume e Dumará: Fundação Roberto Marinho.1995. p.211.

Se para alguns membros do Comitê Central, tais como Prestes e o grupo dos 4, o partido corria risco de se afastar de suas tradições revolucionárias de 1922, e por tanto deveria debater com cautela a questão democrática, a adjetivando, para um outro setor do Comitê Central, e de certa forma, para a maioria do partido que havia permanecido no Brasil e havia imprimido a tática de enfrentamento a ditadura através da frente democrática, o perigo estava no esquerdismo que poderia não apenas por em risco a adequação do PCB ao novo momento político do país, como por em risco também o próprio processo da redemocratização, causando tensões na transição e alertando os velhos generais apologeticos da manutenção da ditadura.

A comissão executiva do Comitê Central se reúne em setembro de 1978 na Bélgica como uma reunião preparatória para a reunião do Comitê Central. Nessa reunião os membros da comissão executiva chegavam de toda a Europa, a exceção foi José Salles que, com conhecimento apenas de Prestes e contrariando orientações do próprio Comitê Central havia estado no Brasil em tarefa indicada por Prestes. Nessa reunião, Prestes trabalhou para constituir Salles como o número 2 do Comitê Central, suplantando Dias.

Para Mauro Malin, o partido encontra-se dividido em 3 grupos, os *prestistas*, comunistas que a partir da voz de comando de Prestes, Anita, Salles, Marly Vianna e Ramon Peña se articulam como um campo contrário a chamada questão democrática se tornar central no partido⁵²; os *renovadores*⁵³, no entorno de Armênio Guedes, articulados a partir do jornal a Voz Operária e o campo que tanto Mauro Malin como Anita Prestes denominam de *pântano*⁵⁴, uma maioria silenciosa, que é identificada pelos *prestistas* como setor que tinha atuação próximos dos *renovadores* ou se deixavam usar por esses, e, por outro lado, identificada pelo *renovadores* como um grupo sem identidade clara que poderia ser usado pelos *prestistas* e demais setores supostamente

⁵² Acreditavam que ao colocar a questão democrática no centro da luta dos comunistas, a organização renderia espaço cada vez mais a teses do eurocomunismo e reformistas. No capítulo II aprofundarei essa discussão.

⁵³ Os *renovadores*, assim tanto autodenominados, como alcunhados por críticos, eram dirigentes e militantes em tarefas centrais do partido que defendiam uma maior aproximação do PCB, em seu programa político, com a chamada questão democrática, ou seja, que o Partido deveria ter na luta pela democracia não apenas um elemento tático, mas estratégico em seu programa. Eram figuras desse setor Armênio Guedes, Zuleika Alembert, Leandro Konder, Milton Temer, Carlos Nelson Coutinho, Luis Werneck Vianna e outros.

⁵⁴ Esse “terceiro” setor, pejorativamente chamado de *pântano* pelos seus críticos se caracterizava por membros do Comitê Central que não emitiam opiniões nos temas polêmicos do partido, sendo uma maioria numérica que não se fazia valer de ser uma maioria. Para Ivan Pinheiro, Secretário Geral do PCB no período pós-cisão com PPS, esse setor era uma espécie de “centrão”. Constituíam esse campo dirigentes como Salomão Malina, Hercules Correa, Severino Teodoro de Melo, Givaldo Siqueira

ortodoxos do partido, ou seja, setores contrários a mudanças políticas nos rumos da organização.

Na reunião do Comitê Central, realizada em novembro de 1978 na Bulgária Armênio Guedes identifica novamente uma vitória do grupo de Prestes. Pois, além de deferir, em sua resolução, novamente crítica ao período em que Dias assumiu provisoriamente a secretaria geral no Brasil, enquanto Prestes estava no exílio e Dias ainda não, o texto apontava o fortalecimento e exaltação da classe trabalhadora, e os perigos da ilusão democrática na transição do fim da ditadura.⁵⁵

Na reunião do Comitê Central seguinte, a última no exílio haveria, contudo, reviravoltas na disputa interna do Comitê Central. José Salles foi afastado em reunião dessa instância em janeiro de 1979⁵⁶, e nessa mesma reunião Anita Prestes renuncia ao cargo de membro do Comitê Central assim como Marly Vianna. A partir dessa reunião Prestes se afasta da Comissão Executiva.⁵⁷

É, contudo, o momento da anistia. Conquistada através de amplas mobilizações de massas e do desgaste do regime de 1964, já enfraquecido economicamente, vários militantes e dirigentes de diversas organizações retornam ao Brasil, dentre eles, o cindido Comitê Central do PCB, trazendo na bagagem divergências sobre o futuro do PCB assim como de sua intervenção na sociedade brasileira e na política.

Hercules Correa, membro do Comitê Central e uma das principais lideranças sindicais do partido desde os anos 1950 e membro de sua comissão executiva, afirmava que, na volta do exílio, os comunistas não deveriam:

“Em hipótese alguma, praticar nem permitir, nesse processo político brasileiro (anistia e redemocratização), o que chamamos de radicalização. Nem quando ela pareça motivada por muito boa intenção.”⁵⁸

A última reunião do Comitê Central no exílio em maio de 1979 aponta em sua resolução que os esforços do PCB no processo de redemocratização e de abertura

⁵⁵ MALIN, Mauro. Armênio Guedes Um Comunista Singular. Rio de Janeiro, Ponteio. 2018. P.395

⁵⁶ Pairavam acusações contra Sales acerca de sua instrumentalização por parte de Prestes, o que o fazia ser um dirigente a serviço do secretário geral, e não do partido, viajando e agindo sem prestar contas. Também houve relatos, não confirmados oficialmente que envolvia acusações sobre atividade extra partidárias que Sales fazia sem o conhecimento do partido.

⁵⁷ Reunião do Comitê Central do PCB no Exílio, áudio de reunião.

⁵⁸ CORREA, Hercules. A Classe Operária e seu Partido. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1980. P. 172

política nacional devem ser o de fortalecer o polo democrático⁵⁹ e manter o mais amplo possível diálogo com forças políticas para garantir esse processo.

O documento falava da importante vitória eleitoral da oposição democrática nas eleições de 1978, da ascensão da luta de massas no país, com destaque a luta dos trabalhadores e do movimento sindical e que esse quadro demonstrava o recuo da ditadura diante das pressões por abertura e pela redemocratização. A resolução aponta que a situação política nacional evolui num sentido favorável as forças democráticas, e que, portanto, os comunistas do PCB deveriam fortalecer essa transição e não tencioná-la.⁶⁰

O quadro político nacional demonstrava o avanço do MDB, oposição oficial ao regime em diversos estados, alterando a correlação de forças no congresso. Somava-se a esse quadro uma ascensão do movimento social, popular e sindical em oposição ao regime, como as greves no ABC e o movimento pró-anistia.

O congresso eleito em 1978⁶¹ avançou tanto no processo de anistia, quanto na aprovação de uma reforma política, que garantia, ainda que limitado a partidos permitidos, um pluralismo partidário. Em 1980 são organizados os partidos PDS (antiga ARENA), PMDB (desdobramento do MDB), PP, PDT⁶² (organizado por setores do antigo PTB), PTB e o PT.⁶³

Esse novo cenário político sofreria ainda nos primeiros anos da década de 1980 um conjunto de modificações com a criação e organização de novos partidos, contudo, o PCB continuava não permitido e enquadrado na lei de segurança nacional.

⁵⁹ A tática do PCB para o processo de redemocratização passava pela priorização da construção de polo democrático como meio de superar o regime militar. Essa tática se desdobra de forma mais clara a partir do seu VII Congresso iniciado em 1982.

⁶⁰ Ver em: CORREA, Hercules. A Classe Operária e seu Partido. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1980 p. 231 – 247.

⁶¹ Senado e Câmara Federal.

⁶² O PDT foi organizado a partir de Leonel Brizola, liderança do PTB antes do Golpe de 1964, mas que, contudo, não conseguiria o registro do seu velho partido, que foi entregue a Ivete Vargas, esta organizaria a partir de um núcleo de apoiadores o PTB.

⁶³ As eleições de 1978 no Brasil em https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/003/Alves_e_Baptista_pp29-52.pdf . Acessado em 05 de novembro de 2018 às 03h34

1.1 – Os primeiros momentos de uma lenta redemocratização.

Os anos 1980 no Brasil são marcados pelo processo de redemocratização, a volta das liberdades democráticas, suspensas desde meados da década de 1960 quando se instalou no país uma ditadura militar, com o golpe de 1º de Abril de 1964. Durante todo o regime ditatorial o sentimento anticomunista, que já fazia parte do conjunto de ideologias do Estado, inclusive servindo como parte da justificativa para o golpe, e, conseqüentemente pelo expurgo dos comunistas da vida política e publica nacional é intensificado.

O processo de redemocratização brasileira comportou uma transição “negociada”, ou seja, conduzida pelo regime militar num quadro de pressão promovida por movimentos sociais, populares e sindicais. Dentro desse processo se operou, num primeiro momento, a construção e consolidação da lei da anistia e uma “mini-reforma” política que possibilitou a criação de partidos para além da ARENA e do MDB.

O processo de anistia possibilitou a volta de vários dirigentes políticos, de diversos seguimentos sociais, tais como intelectuais e ativistas, e partidos, que por sua vez trouxeram em sua bagagem velhas tradições do Brasil pré 1964, como o trabalhismo, como uma ideologia que mesclava elementos populares com um estatismo econômico e político, como uma prática sindicalista ainda vinculado ao modelo dos anos 1930, e, novas formas da atuação política, tais como o eurocomunismo, que influenciou principalmente dirigentes e militantes comunistas que se exilaram na França, Itália e Espanha, mesclando a luta sindical e social a uma forte ação na institucionalidade através de frentes amplas e da luta por reformas sociais e políticas, e também uma nova social democracia, espelhada na social democracia europeia, e, buscando se mesclar aos movimentos sociais, populares e sindicais que emergiam no país no processo de redemocratização.

O retorno dos dirigentes do PCB que se encontravam no exílio se deu em um contexto de grandes mudanças no país, o Brasil não era mais o mesmo país deixado por esses dirigentes quando partiram para o exílio. Além do impacto com esse novo país, os próprios dirigentes traziam do exílio um conjunto de divergências, que marcariam profundamente o PCB nesse processo. O Comitê Central se encontrava dividido.

Além da crise gerada pelo conflito interno dos membros do Comitê Central que voltavam do exílio, o PCB ainda sofria os impactos de um processo político que o

sociólogo Antônio Carlos Mazzeo⁶⁴ chamaria de esgotamento do instrumental teórico-analítico do partido, em consonância com o que Mazzeo denomina de crise da “Via Stalinista” de construção do socialismo.⁶⁵ Ou seja, o esgotamento em suas referências teóricas, ideológicas e políticas assim como seus referenciais vinculados ao Partido Comunista da União Soviética e da própria URSS, impactariam nos rumos do debate e da disputa interna do partido.⁶⁶

Os debates e disputas internas eram identificados pela maioria dos membros do Comitê Central como algo que enfraquecia a unidade do partido em sua inserção no movimento sindical brasileiro e em seu processo de reorganização. Para Mazzeo, as teses que hegemonizavam esse processo de disputas internas refletiam esse esgotamento. Ou seja, a visão predominante no Comitê Central de fortalecer a transição democrática, sem sobressaltos nem tensionamento, colocava o partido numa postura de oposição a qualquer movimentação tida por mais radicalizada. Tal cenário é descrito por Ivan Pinheiro em sua biografia, quando afirma que, enquanto presidente do Sindicato dos bancários do Rio de Janeiro, principal sindicato dirigido pelo PCB na ocasião, participou da comissão pró-CUT e inclusive da redação de seu estatuto, mas seguindo orientações do Comitê Central, rompe com o movimento⁶⁷. O PCB, por mais que tenha participado dos primeiros esforços de uma reorganização unificada do movimento sindical, a partir de sua posição política mais vinculada a garantir a transição democrática, ficaria de fora da construção da Central Única dos Trabalhadores, identificada como uma ação precipitada e radicalizada.

As resoluções do VI congresso do PCB tinham como eixo de ação política a proposta de construção uma ampla unidade na questão democrática como caminho político para as transformações nacionais, levando em consideração o momento onde a

⁶⁴ Mazzeo além sociólogo e pesquisador sobre o tema PCB e movimento comunista, foi membro do movimento de resistência do PCB que reconstruiu o partido no início dos anos 1990. Sua análise além de apresentar elementos que devem ser aprofundados, como a relação entre a crise do PCB e a crise do modelo de socialismo construído pelos países do Leste Europeu, deve ser encarada como uma análise de um dos participantes da disputa interna do Partido, por tanto, uma análise interna do processo de crise e divergências do PCB tomadas a partir da avaliação de um crítico aos setores em disputa no início dos anos 1980.

⁶⁵ MAZZEO, Antonio Carlos. Sociologia Política Marxista. São Paulo. Editora Cortez, 1995. p.71

⁶⁶ Para Mazzeo, tanto em sua obra “Sociologia Política Marxista”, quanto na “Sinfonia Inacabada”, o PCB sempre teve forte influência direta do Partido Comunista da União Soviética e da própria URSS. Esse processo se intensifica em 1929 na primeira conferência latino americana dos Partidos Comunistas. Para Mazzeo, nesse espaço a influência da disputa interna da URSS entre os partidários de Stalin e de Trotsky impactam diretamente no PCB, no caso, a influência da linha vitoriosa, o stalinismo. Mazzeo defende que a partir de então, todo instrumental teórico e de análise do PCB passa a se guiar pelas teses do stalinismo hegemônicas no movimento comunista internacional, primeiramente pela Internacional Comunista, e posteriormente pela Cominform. Aprofundarei esse debate no capítulo II.

⁶⁷ ROEDEL, Hiran. Atitude Subversiva. Fundação Dinarco Reis, Rio de Janeiro. 2000. Pág.52

ditadura consolidava um regime que demonstrava que não seria transitória, ou seja, impunha a construção de uma política de enfrentamento e superação que, para o PCB, seria uma aliança construída como uma frente democrática de massas.⁶⁸ Essa resolução na virada dos anos 1970 para os anos 1980 fazia com que o PCB buscasse como prioridade de ação manter a frente democrática, ou seja, manter o bloco político de aliança que, na visão do PCB, havia sido fundamental para enfraquecer o regime, esse bloco político materializado na frente democrática deveria ser composto por organizações e movimentos tanto da classe trabalhadora como movimentos e organizações da burguesia nacional comprometidas com a redemocratização.

“Trata-se de fazer avançar agora nossa tarefa tática principal, definida pelo VI Congresso, que consiste em mobilizar, unir e organizar a classe operaria e demais forças patrióticas e democráticas para a luta contra o regime ditatorial, pela sua derrota e a conquista das liberdades democráticas. Esta continua a ser a nossa tarefa prioritária, capaz de unir atualmente as forças que desejam o fim do regime, independente de seus interesses e de suas concepções políticas, e dos diversos pontos de vista que existem sobre a democracia entre as forças oposicionistas.”⁶⁹

Essa linha política, contudo, não era unânime no partido, mas sim do núcleo majoritário no Comitê Central, como afirmaria posteriormente o historiador Hiran Roedel.

“Internamente, o PCB também vivenciou profunda crise. A de maior impacto se expressou no desgaste da carismática liderança de Prestes e a luta interna pelo poder no interior do da estrutura partidária, que resultou em seu rompimento com o Partido, em início de 1980. A luta traduziu olhares divergentes diante da estratégia adotada pelo PCB. Prestes condenava a adoção da Frente Democrática, negando maior importância ao papel da burguesia no processo de ruptura com o autoritarismo da ditadura militar”⁷⁰

⁶⁸ PCB. PCB: Vinte Anos de Política – 1958 – 1978 – Documentos. São Paulo, Ed. De Ciências Humanas Ltda. 1980.

⁶⁹ PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. RESOLUÇÃO POLITICA DE MAIO DE 1979 ver in: PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (Documentos): Vinte Anos de Política 1958-1979. São Paulo. Ciências Humanas, 1980. p.321.

⁷⁰ ROEDAL, Hiran, (Outros). *PCB, 80 anos de Luta*. Rio de Janeiro, FDR, 2002. p.69

Assim o PCB não considerava em sua formulação, para os críticos internos que se colocavam em oposição a tese hegemônica de fortalecimento da frente democrática, os novos elementos que se constituíam na vida política nacional, lhe atribuindo meramente reflexo dos avanços democráticos e não como uma nova situação construída através de novas relações que se operavam no movimento sindical. O partido ainda priorizava a frente democrática em detrimento de uma aliança com os setores mais a esquerda. Em médio prazo, com o fortalecimento da CUT enquanto referência no movimento sindical, a política adotada pelo PCB contribuiria para o partido perder parte de sua influência no movimento sindical, já que mantinha sua estrutura sindical vinculada a CGT, que perdia espaço para a CUT como afirma o sociólogo Marco Aurélio Santana, que desenvolve um denso trabalho sobre o PCB e sua atuação sindical⁷¹

Mazzeo aponta que essa postura do PCB de não identificar no novo movimento sindical nacional e em sua expressão política uma polo aliado é um reflexo do que ele denomina de atrofiamento do instrumental teórico analítico do PCB advindo das seguidas intervenções do Komintern na autonomia dos PCs:

“A penetração das teses da Internacional Comunistas para a América Latina, elaboradas no VI Congresso de 1928, quando nosso continente é enquadrado num modelo teórico transplantado da realidade europeia, foi o primeiro passo para o empobrecimento do manancial teórico marxista, que acabou por impedir a construção de uma visão inovadora e criativa do processo histórico nacional dentro do Partido, cuja expressão maior era seu primeiro Secretário Geral, Astrojildo Pereira. Segundo a visão do Birô Sul Americano da I.C., o Brasil era um país ‘semifeudal’. Nesse sentido, a luta imediata dos comunistas, segundo aquela interpretação, não deveria ser pelo socialismo, mas pela realização de uma revolução democrático-burguesa (...)”⁷²

Dessa Maneira, o Comitê Central do PCB, segundo Mazzeo ao analisar todo um histórico de documentos do partido em sua “Sinfonia Inacabada”, passou longos anos sob influência direta de Moscou, sem possuir uma formulação própria da realidade brasileira, o afastando da mesma, potencializando análises deslocadas da realidade. O que, na visão de Mazzeo, contribuiu para o PCB não identificar na nova formação e nas características da classe operária uma aliada nesse processo de abertura, mas sim na

⁷¹ SANTANA, Marco Aurélio. Homens Partidos.. São Paulo. Boitempo 2001 p. 292 e 293.

⁷² MAZZEO, Antonio Carlos. Sociologia Política Marxista. São Paulo. Editora Cortez, 1995. p. 72 e 73.

frente democrática, local onde deveria operar sua intervenção política e deveria fazer à disputa por hegemonia, não radicalizando o conjunto dos movimentos sociais e não pondo em risco a transição.

Mazzeo ao analisar a opção político ideológica do PCB em fins da ditadura até o período da sua volta a legalidade aponta uma diluição na política do PCB diante da frente democrática, para Mazzeo o Comitê Central do PCB cometeu um equívoco político:

“Ao construir o programa da frente democrática, juntamente com outras forças políticas, o PCB acabou se perdendo no próprio emaranhado político-ideológico de um conjunto extremamente diversificado como era, naquele momento, o PMDB, na medida em que o PCB não conseguiu diferenciar sua estratégia política (identidade) da estrutura na frente democrática . A direção do PCB foi vítima de seu próprio pragmatismo e acabou diluindo-se no amálgama ideológico do PMDB, transformando sua tática em estratégia e perdendo a perspectiva de transformação revolucionária da sociedade brasileira na direção do socialismo.”⁷³

O movimento iniciado com as movimentações sindicais e as grandes greves do ABC paulista do final dos anos 1970 teve como ponto político culminante a organização de um novo partido, o Partido dos Trabalhadores (PT), que em pouco tempo ganharia grande força no movimento sindical e popular. Nesse período, o PCB ainda não legalizado, aposta como espaço de atuação institucional no MDB Contudo, com o avanço da redemocratização no governo de Figueiredo, o PCB inicia sua luta por legalidade, com uma campanha pública que mobiliza tanto suas bases como círculos externos ao partido, de amigos e simpatizantes, a campanha “O PCB É LEGAL!”. Todavia, o PCB que voltava com a anistia não possuía mais a tão exaltada unidade de outros momentos. Luiz Carlos Prestes, que havia voltado do exílio em outubro de 1979 no processo de anistia, abre publicamente suas divergência com, o que ele identificava em sua “Carta aos comunistas” a “maioria do Comitê Central ”⁷⁴, essa era apenas uma

⁷³ MAZZEO, Antonio Carlos. Sociologia Política Marxista. São Paulo. Editora Cortez, 1995. p. 85.

⁷⁴ As divergências entre Prestes e demais membros do Comitê Central do PCB chegaram a grandes mídias, sendo noticiada e repercutida inclusive em jornais de circulação nacional. Esse material encontra-se em processo de transcrição e deve ser incorporado a redação final como elemento ilustrativo dessa divergência.

das lutas que se desenvolveriam no PCB durante a década de 1980. Prestes acusava o Partido de conciliador de classe e de possuir desvios graves de direita.⁷⁵

⁷⁵ MORAES, Denis de e VIANA, Francisco. Prestes, Lutas e Autocríticas. Petrópolis. Editora Vozes, 1982. 202

1.2 – Um partido “partido” em busca de alternativa para a crise brasileira.

O PCB, após a volta do exílio de seus principais dirigentes, apresenta um conjunto de divergências, já iniciadas no exílio e que eclodiram na última reunião do Comitê Central fora do país, que iriam se desenvolver ao longo do processo de reorganização pecebista inserido na redemocratização. O PCB se encontrava dividido em pelo menos três campos como afirma Hiran Roedel:

“(…) Uma delas era chamada de ortodoxa, a outra foi denominada de moderna, liberal ou, como denominada pela imprensa da época, ‘eurocomunotropical’. Esta reunia muitos militantes, incluindo Armênio Guedes, Zuleika D’Alembert e Luis Werneck Vianna.(…)

Majoritária no Comitê Central estava a corrente ortodoxa onde se destacavam Giocondo Dias, Salomão Malina e Luís Tenório de Lima.

A terceira corrente incluía os chamados prestistas que romperam com o PCB em 1979. Ligada ao Velho, como era chamado Prestes, tinha como uma das figuras de destaque sua filha Anita Leocádia (…)⁷⁶.

Essa configuração não permaneceria inalterada ao longo dos anos 1980, sofreria um conjunto de rearranjos e interações. A primeira definição viria a ser do grupo vinculado a Prestes, que ainda no exílio já evidenciava as contradições com o restante do Comitê Central.

Prestes volta para o Brasil decidido a coordenar uma rebelião das bases contra a direção ou se retirar do partido.

“Eu rompi com o partido. E não me arrependo. Na minha “Carta aos Comunistas”, rompi com tudo. Mas tenho esperanças. Penso que há comunistas que pensam como eu e estão se organizando. É gente que está se organizando para enfrentar as teses direitistas do Comitê Central ... É gente que não vai poder participar do congresso que o Comitê Central está anunciando. Na minha carta fui bem claro: não participo de congresso que seja uma farsa. Só participo de congresso que seja democrático. Congresso de que todos os comunistas

⁷⁶ ROEDAL, Hiran, (Outros). PCB, 80 anos de Luta. Rio de Janeiro, FDR, 2002. p. 63 e 64.

possam participar... pelo caminho que o CC traçou, o partido não vai acabar, mas vai se transformar num partido social democrata.”⁷⁷

Prestes denunciava que um congresso em que o debate fosse limitado, pelas condições em que o Comitê Central o construiu, não possuiria um caráter legítimo, pois o resultado não representaria o conjunto do partido, mas somente de poucos membros, e membros escolhidos para participar pelo CC.

O centro da crítica de Prestes, como ele descreve em sua biografia “Lutas e Autocrítica”, era direcionado ao Comitê Central e a política conduzida por essa instância, que, segundo Prestes, transformavam o PCB num partido social democrata, ainda segundo Prestes, tal política era aceita pela maioria das bases do partido devido a sua baixa formação ideológica, que, inconscientemente seguia a direção⁷⁸. Prestes atentava que o PCB tenderia a se tornar um partido de conciliação de classes, não se colocando a altura dos desafios da nova etapa da política nacional, vindo a se perder nas táticas e se perdendo da estratégia revolucionária.

“Um partido comunista não pode, em nome de uma suposta democracia abstrata e acima das classes, abdicar do seu papel revolucionário e assumir a posição de freio dos movimentos populares, de fiador de um pacto com a burguesia, em que sejam sacrificados os interesses e as aspirações dos trabalhadores... Não podemos, pois, compactuar com aqueles que defendem "evitar tensões", freando a luta dos trabalhadores em nome de salvaguardar supostas alianças com setores da burguesia. Ao contrário, sem cair em aventuras, é hoje, mais do que nunca, necessário contribuir para transformar as lutas de diferentes setores de nosso povo em um poderoso movimento popular, bem como é dever dos comunistas tomar a iniciativa da luta pelas reivindicações econômicas e políticas dos trabalhadores, visando sempre alcançar a derrota da ditadura e a conquista de uma democracia em que os trabalhadores comecem a impor sua vontade.”⁷⁹

Prestes apontava que o problema do partido era anterior inclusive ao exílio, e indicava como momento do golpe a decisão, apresentada por Givaldo Siqueira, Marco Antônio e Armênio Guedes, membros da comissão executiva do Comitê Central, de

⁷⁷ MORAES, Dênis de, VIANA, Francisco. Prestes: Lutas e Autocríticas. Petrópolis. Editora Vozes. 1982. p. 201 e 202

⁷⁸ ⁷⁸ MORAES, Dênis de, VIANA, Francisco. Prestes: Lutas e Autocríticas. Petrópolis. Editora Vozes. 1982. p. 202

⁷⁹ PRESTES, Luiz Carlos. Carta aos Comunistas. Rio de Janeiro, março de 1980. <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1980/03/carta.htm>. Acesso as 03:21 horas do dia 14.04.2018.

mandar para o exterior 1/3 do Comitê Central sob a alegação de segurança.⁸⁰ Prestes acreditava que era uma manobra da “direita” do Comitê Central para afastar os divergentes, que, segundo o próprio Prestes, desde 1968 travavam forte discussões sobre os rumos do partido.⁸¹

A saída de Prestes⁸² consolidou a figura de Giocondo Dias na secretária geral. Giocondo Dias também era um remanescente do levante de 1935 e da bancada de comunistas na constituinte, e havia ganho maior destaque no Comitê Central após a cisão do grupo que viria a fundar o PCdoB no início dos anos 1960. Dias, inclusive, assume em caráter provisório a secretaria geral no início dos anos 1970, quando Prestes parte para o exílio. Posteriormente Dias também partiria para o exílio na Europa.

A estrutura partidária passaria a se organizar de forma mais colegiada, com o protagonismo de vários dirigentes, numa mudança de eixo organizativo, que no período de Prestes, se focalizava na figura do dirigente mais que na instância. Um desses dirigentes que aumentaria seu prestígio dentro do trabalho de direção foi Salomão Malina, que inclusive seria o sucessor de Dias na secretária-geral do PCB, que posteriormente passaria a ser denominada de presidência do Partido.

O outro setor que gozava de prestígio, inclusive externo ao partido, que, possuía intelectuais e dirigentes, que, no período do exílio se articularam no entorno do jornal Voz Operária, que era editado no exílio, era um grupo que se convencionou chamar de eurocomunistas do PCB.

Esse setor possuía no debate acerca da questão democrática e de seu papel estratégico na construção dos objetivos dos comunistas do PCB o centro de sua polêmica com o restante do Comitê Central. Tal debate não era novo no interior do PCB, desde o fim dos anos 1950, com o processo de críticas e autocríticas iniciado com as denúncias dos crimes de Stalin e do culto a personalidade apresentada por Nikita Krushev no XX Congresso do PCUS em 1956, os membros do PCB realizavam discussões e debates sobre sua atuação e sobre a questão democrática, tanto interna, na organização dos comunistas, como externa, na atuação política do partido na sociedade.

O PCB, desde então, avançava a sua análise sobre o processo democrático assim com sobre a própria democracia e seu papel na luta revolucionária, seu caráter tático ou

⁸⁰ MORAES, Dênis de, VIANA, Francisco. Prestes: Lutas e Autocríticas. Petrópolis. Editora Vozes. 1982. p.202

⁸¹ No próximo capítulo aprofundarei a divergência de Prestes com o Comitê Central e sua saída do Partido a partir da polemica pública travada através de declarações, pronunciamento e pela imprensa.

⁸² Voltaremos a tratar a divergência e o rompimento de Prestes com o CC e posteriormente com o PCB no próximo capítulo.

estratégico para os comunistas. Esse debate havia sido interrompido com o golpe militar de 1964, mas, agora ganhava fôlego novamente⁸³. Este debate se acirrou com o artigo de Carlos Nelson Coutinho “A Democracia Como Valor Universal.”⁸⁴ Em torno de Carlos Nelson Coutinho estavam diversos outros intelectuais do PCB como Luiz Werneck Vianna, Zuleika Alembert e Leandro Konder que tinham nas teses do Partido Comunista Italiano um dos seus grandes referenciais político⁸⁵. Estes intelectuais haviam se agrupado em torno do jornal: “A Voz da Unidade”, sucessor do jornal “Voz Operária”.

Leandro Konder, que havia sido, no exílio, colaborador do jornal Voz Operária, apresentava um conjunto de críticas à subestimação da questão democrática pelo PCB e pelos comunistas como um todo.

Para Konder, essa traço da política dos comunistas em relação a democracia era uma influência no PCB de elementos da formação social brasileira, onde o processo político se desenvolvia por acordos entre segmentos das classes dominantes, excluindo o participação popular da política. Konder afirmava que inclusive os processos de mudanças e transformações na política nacional se operavam sem participação das camadas populares.

“No Brasil, como em geral nos outros países da América Latina, a sociedade civil tem sido fraca e mal articulada. Desde os tempos da colonização, a flexibilidade que era necessária ao comportamento do colonizador e sua capacidade de improvisação coexistiam com o recurso sistemático à coerção e com o constante fortalecimento da autoridade. O Estado não podia deixar de ser forte.”⁸⁶

Para Konder essa construção, acerca da formação social e política nacional, havia criado um quadro em que o Estado sempre se apresentava forte e a sociedade civil sempre fraca e debilmente organizada, o que se espelhava na formação de organizações e movimentos dessa sociedade civil. Para Konder, esse quadro determinava a natureza fraca e com pouca inserção dos partidos políticos entre as classes populares. Esse

⁸³ KONDER, Leandro. A democracia e os comunistas no Brasil. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1980. p.9

⁸⁴ O artigo “A Democracia Como Valor Universal”, de Carlos Nelson Coutinho, foi publicado em 1979.

⁸⁵ Esses intelectuais do PCB possuíam nas teses de Gramsci a partir da interpretação de Togliatti, dirigente comunista italiano, seu principal referencial teórico.

⁸⁶ KONDER, Leandro. A democracia e os comunistas no Brasil. Rio de Janeiro. Edições Graal. 1980. p. 15.

cenário colaborava, em muito, segundo Konder, para que as organizações políticas, mesmo as que se auto intitulavam organizações do povo, das massas e das classes trabalhadores, as ignorassem através da subestimação da sua ação. Claro que esse quadro, para Konder, não era consciente, mas um reflexo nas organizações políticas desse mapa político nacional de Estado forte e sociedade civil fraca.

Konder, a partir dessa análise indica que, no Brasil, ocorreu uma espécie de via prussiana de desenvolvimento. Um processo onde o palco das disputas era mediado pelo Estado, e que esse processo evitaria turbulências políticas e o envolvimento das massas nos processos políticos, o que geraria um quadro de tranquilidade para as classes dominantes, mesmo em seu momento de conflitos internos.

Continua Konder:

“Na evolução da sociedade brasileira, as transformações não resultaram de revoluções, não foram a consequência direta de movimentos populares. Sergio Buarque de Holanda já tinha notado esse fenômeno em 1936, quando escreveu “é curioso notar-se que os movimentos aparentemente reformadores, no Brasil, partiam quase sempre de cima para baixo. As mudanças eram realizadas mediante acordos entre grupos economicamente dominantes. Ao Estado cumpria ensinar tais acordos e manter as massas afastadas da vida política (para isso, eram constantemente fortalecidos os aparelhos burocráticos de dominação direta). Quando necessário, produzia-se entre nós uma modernização conservadora.”⁸⁷

Konder afirmava que no PCB, na segunda metade dos anos 1940, desenvolveu-se uma discussão que abarcava a atuação democrática e o fortalecimento da sociedade civil através do partido, de entidades de massas e da própria ação dos comunistas nos espaços institucionais, uma espécie de democratização da sociedade. Contudo, essa posição do PCB seria abandonada com a chegada no país dos ventos da Guerra Fria, que inclusive colocaria o PCB na ilegalidade novamente e cassaria seus mandatos políticos. Para Konder a questão democrática voltaria somente na esteira do debate acerca da autocrítica do período Stalinista, mas que novamente, pelo endurecimento do Estado com o golpe de 1964, esse debate seria interrompido.

⁸⁷ KONDER, Leandro. A democracia e os comunistas no Brasil. Rio de Janeiro. Edições Graal. 1980. p. 18.

Konder polemiza com Prestes e seus aliados ao criticar suas posições que se aproximavam, segundo Konder, de um esquerdismo.

Nos últimos meses, representantes das posições mais atrasadas, mais conservadoras, vêm recebendo substancial ajuda da parte de Luiz Carlos Prestes. Cortejando as correntes de ultra-esquerda, Prestes vem sustentando que o “pacifismo” do PCB na época do 6º Congresso teria levado muitos jovens a se afastarem do partido e a partirem para a luta armada, de modo, que o PCB seria “responsável” pela morte daqueles jovens (Jornal do Brasil, 8-12-79). Além disso, forçando uma equiparação mecânica do socialismo à democracia, Prestes passou a dissolver a questão da democracia na questão do socialismo (Hora do Povo, 4-1-1980).

No âmbito do projeto que nos leva a escrever o presente texto, não cabe uma discussão em torno do complexo papel desempenhado por Luiz Carlos Prestes no movimento comunista brasileiro (é assunto que merece um estudo a parte). Nem cabe um exame das posições recentemente assumidas pelo secretário-geral do PCB, uma tentativa de explicar o porque ele está ostensivamente desrespeitando os estatutos do seu partido. O que nos cabe registrar é o fato de que, apesar de seu prestígio, do carisma do líder do PCB, que se empenha numa guinada para a esquerda e luta para mudar a linha do partido, a maioria dos comunistas não parece inclinada a renunciar as conquistas alcançadas no 5º e 6º congressos da agremiação. (...) uma das características mais importantes dessa linha política que vem sendo mantida pelos dirigentes comunistas, apesar de todas as resistências, é que ela não se esquiva a novos aprofundamentos na reflexão sobre a “questão democrática”.⁸⁸

Konder vocalizava a necessidade do PCB aprofundar o debate sobre a democracia e seu papel na luta revolucionária e aproveitar o período de redemocratização da sociedade brasileira para lutar por uma radicalidade democrática.

Leandro Konder aponta, contudo, que a sorte da discussão sobre a “questão democrática” pelos comunistas e seu aprofundamento nas ações táticas e estratégicas do PCB estão atreladas ao desenvolvimento da redemocratização no país.

Por mais que houvesse uma proximidade entre as posições desse setor e o núcleo que estava se consolidando na direção do partido, no que tange a aposta na redemocratização com a abertura política, a direção nacional foi rigorosa com este grupo e interveio no Jornal afastando os “Renovadores” em 1981 de espaços de direção

⁸⁸ KONDER, Leandro. A democracia e os comunistas no Brasil. Rio de Janeiro. Edições Graal. 1980. p. 138 e 139.

e em comissões auxiliares ao trabalho da direção, tais como a imprensa. Ao longo da década de 1980 foram se retirando do PCB e muitos se agrupando em torno do PT.⁸⁹

Os renovadores integraram diversas organizações após suas saídas do PCB e outros simplesmente passaram a ter uma militância independente de partidos. Milton Temer teve uma passagem pelo PSB e depois passou a integrar o PT, Leandro Konder também foi para o PSB e posteriormente para o PT, Carlos Nelson Coutinho foi para o PT, Luiz Werneck Vianna ficou no PMDB, posteriormente se aproximando do PPS, Zuleika Alembert após sair do PCB passa a se dedicar a militância feminista e intelectual.

O PCB, dessa forma, foi enquanto estrutura de direção, se moldando e se depurando, uma categoria muito usada pelos PCs em todo mundo, em que se acredita que o partido revolucionário cresce e se fortalece se depurando dos elementos desagregadores e não alinhados a linha hegemônica do partido. Tanto os renovadores como Prestes e seus seguidores, os prestistas foram derrotados nesse processo de reorganização pecebista pós-exílio.

⁸⁹ ROEDAL, Hiran, (Outros). PCB, 80 anos de Luta. Rio de Janeiro, FDR, 2002. p. 70

Capítulo II

A Luta de Prestes contra o Comitê Central

Luiz Carlos Prestes foi o secretário geral do PCB que mais tempo ficou no cargo. Contudo, sua trajetória política inicia-se antes mesmo de seu contato com os comunistas brasileiros.

Prestes, militar de carreira, destacou-se nos anos 1920 como uma das lideranças tenentistas. Foi um dos organizadores da Coluna que, inclusive entrou para a história associada ao seu nome, que, de forma invicta, percorreu o país e rumou para o exílio.

Foi no exílio que Prestes tomou contato com a literatura marxista, levada a ele por dois membros do PCB, segundo memórias de Leôncio Basbaum⁹⁰, o próprio e Astrojildo Pereira, um dos fundadores e uma das principais lideranças do PCB. Apesar desse contato ainda nos anos 1920, Prestes somente entraria no PCB em 1933, por orientação direta de Moscou. Prestes foi uma das lideranças do levante da ALN de novembro de 1935, uma insurreição contra o governo de Vargas composta por comunistas, militares nacionalistas descontentes com o governo e setores progressistas que temiam uma fascistização do governo Vargas. Prestes, na repressão que se seguiu a derrota do Levante de 1935 viria a ser preso. Viu sua esposa, que veio ao Brasil indicada pela Internacional Comunista⁹¹, Olga Benário ser deportada grávida para morrer na Alemanha nazista e passou quase uma década preso. Ainda preso, é eleito secretário geral do PCB na conferência que reorganiza o partido em 1943, e sai da prisão como uma das principais lideranças do país, com concorridos comícios em estádios no Rio e São Paulo.

Prestes foi eleito Senador da república pelo PCB na bancada da constituinte de 1946, aumentando sua projeção como líder político. Sua atuação como senador, assim como a própria bancada de deputados comunistas fortaleceram a imagem pública do

⁹⁰ BASBAUM, Leôncio. Uma vida em seis tempos (memórias). São Paulo. Editora Alfa Ômega. 1976.

⁹¹ A Internacional Comunista ou Komintern, também conhecida como III Internacional foi uma organização internacional organizada pelo Partido Comunista da Rússia (organização que sucedeu os Bolcheviques após a revolução de outubro de 1917, e que, posteriormente com a formação da União Soviética seria sucedido pelo Partido Comunista da União Soviética – PCUS) que buscou organizar seções em diversos países, em muitos casos herdando a partir de cisões, estruturas dos velhos Partidos Sociais Democratas. A III Internacional funcionava com sede em Moscou e possui grande influência nos Partidos Comunistas e neles recrutava quadros dirigentes para integrar os espaços políticos da direção da Internacional, o Comitê Executivo. Olga Benário foi uma militante da Juventude Comunista da Alemanha e que, ao se exilar na URSS passa a integrar tarefas militares da Internacional Comunista, sendo inclusive destacada para ser segurança de Prestes em sua volta ao Brasil.

PCB. Contudo, os ventos da Guerra Fria atingirem o Brasil e os comunistas foram cassados, perdendo o registro político e os mandatos. Contudo, a imagem de Prestes já estava no imaginário de parte população como o “Cavalheiro da esperança”, o dirigente comunista e da *Coluna Prestes*.

Ao longo das décadas de 1940 a 1960 Prestes havia se tornado um dirigente incontestável dos comunistas brasileiros, sua figura enquanto dirigente era apresentada ao conjunto da militância como um dirigente infalível. Era comum em documentos do partido dos anos 1950 mencionarem a necessidade de construir um grande partido para um grande secretario geral. Essa condição, de líder incontestável do partido mudaria ao longo dos anos 1960, em que Prestes passaria a sofrer questionamentos. Tal quadro se agudizaria no exílio, a partir de inúmeras divergências no Comitê Central. Tais divergências explodiriam no retorno dos dirigentes comunistas que estavam no exterior.

Os membros do Comitê Central do PCB trazem do exílio em suas bagagens um conjunto de divergências que se apresentariam, no processo de reorganização do partido como irreconciliáveis.

Tais divergências internas do Comitê Central do PCB ganhariam, inclusive, uma dimensão pública, sendo divulgadas nos órgãos de imprensa que acompanhavam atentamente a volta dos dirigentes comunistas e a própria reorganização do PCB em sua busca por legalidade no processo de redemocratização. Pela primeira vez as divergências internas do organismo máximo do PCB seriam travadas em público, inclusive sendo usada, por parte dos dirigentes, a imprensa. Além de Prestes, já conhecido pela imprensa brasileira, nomes como Giocondo Dias, Salomão Malina, Armênio Guedes, Hércules Correa povoariam as páginas de diversos jornais tais como o Jornal do Brasil, A Tribuna de Imprensa e outros, que, ao longo de todo o mês de janeiro de 1980, divulgaria as polêmicas internas do Comitê Central do PCB, sem, contudo, entrar em detalhes. Notícias informavam sobre os bastidores do Comitê Central e sobre declarações de alguns dirigentes do partido acerca das declarações públicas de Prestes. Em termos gerais, as notícias apontavam para uma desautorização pública de Prestes.

Prestes ao desembarcar no Brasil já inicia uma agenda própria, para além das atividades do PCB e seu Comitê Central, evidenciando que já existiam elementos de uma luta interna no organismo dirigente máximo dos comunistas brasileiro. Parte dessa agenda destinava a divulgar na estrutura do partido a sua dura crítica ao Comitê Central. Tais críticas, sem grandes demoras, ganharam dimensões públicas. A imprensa

acompanhou e noticiou as divergências entre Prestes e o Comitê Central em detalhes, dando uma cobertura com grande destaque as polêmicas do PCB.

Em 2 de janeiro a Tribuna de Imprensa noticiava que Prestes pretendia dissolver o Comitê Central como forma de recuperar o controle do partido. O jornal afirmava que Prestes se recusava a atender os membros da comissão executiva, e que, inclusive havia fechado as portas para Hércules Correa, membro da executiva e um dos principais dirigentes do PCB. O jornal ainda informava que Prestes estava ameaçando soltar um documento público de denuncia contra o que ele denominava de desvios de direita no Comitê Central.⁹²

Já o Jornal do Brasil de 3 de fevereiro de 1980 descrevia o clima interno do PCB.

“Passado o clima festivo da volta ao país dos seus notáveis, o Partido Comunista Brasileiro enfrenta a ameaça de uma nova cisão, causadas pelas divergências entre o secretário geral Luiz Carlos Prestes e a maioria do Comitê Central, segundo um de seus integrantes, o ex deputado Hércules Correa (...). A existência do problema Prestes está clara no convite feito ao secretário geral para que exponha suas divergências perante o Comitê Central, e nas declarações do Sr. Hércules Correa, que em nome de seus companheiros de cúpula do PCB acaba de desautorizar posições assumidas pelo Sr. Luiz Carlos Prestes.

Além do ex deputado Hércules Correa, os Srs. Giocondo Dias, Salomão Malina, José Salles e Armênio Guedes – que chegará ao país no próximo sábado – são os dirigentes cuja posição anti-Prestes é mais ostensiva. Eles afirmam contar com o apoio da maioria dos 20 ou 23 integrantes do Comitê Central, o que daria ao grupo prestistas o apoio de apenas três dirigentes: o Sr. Agliberto Azevedo, ainda no exterior, e dois membros da cúpula que permaneceram na clandestinidade enquanto a direção estava no exílio.”⁹³

No mesmo número, o jornal abria espaço para uma entrevista com Salomão Malina, Giocondo Dias e Hércules Correa em que os três analisam o processo de abertura política brasileira e como o PCB poderá participar desse processo.

O ano de 1980 marcaria a exposição pública como nunca antes havia existido em divergências internas do Comitê Central do PCB. Dentre as divergências, a travada

⁹² Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1980. Página 3. Consultado no portal: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_04&pesq=Prestes&pasta=ano%20198

⁹³ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1980. Página 8. Portal: Edição: Ano 1980\Edição 00301 (1) http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&PagFis=1586&Pesq=Prestes

entre Prestes e o restante do Comitê Central ganharia características mais dramáticas justamente por envolver o secretário geral do partido, uma das mais conhecidas figuras dos comunistas brasileiros junto ao conjunto da sociedade. A imprensa, ao longo dos anos seguintes, cobriria essa divergência e disputa até seu momento derradeiro.

Em 21 de fevereiro de 1980, a Tribuna da Imprensa volta a abordar a disputa interna do Comitê Central do PCB, trazendo tanto o conteúdo de um manifesto apócrifo em defesa de Prestes e com fortes críticas ao Comitê Central do partido, direcionando o tom mais forte a Armênio Guedes, a Carlos Nelson Coutinho e aos chamados eurocomunistas. A reportagem ainda traz declarações tanto de Prestes como de José Salles, antigo aliado de Prestes no exílio, e que no Brasil se alinhou a maioria do Comitê Central. O texto do manifesto / panfleto crítica de reformismo e de eurocomunismo⁹⁴ ao grupo que era indicado no texto como maioria do Comitê Central.⁹⁵

“Ao se referir-se a hegemonia do proletariado, Lenin dizia que a classe operária tem de atrair e dirigir os trabalhadores não proletários, particularmente os semiproletários. Portanto, a essência revolucionária da hegemonia do proletariado está no fato de que a classe tem a necessidade histórica de atrair para suas posições políticas e revolucionárias as demais classes e camadas exploradas e dirigi-las na luta contra o capitalismo, pela criação do Estado proletário e pela criação da nova sociedade.

Uma das zonas de maior atrito entre a ala moderada e a ortodoxa do CC do PCB é certamente a crença que os primeiros tem com relação ao sufrágio universal, como um meio pelo qual os trabalhadores conquistam sua hegemonia e chegam ao socialismo...

O partido deve ter um papel dirigente, e não apenas importante, como defende Armênio Guedes. Este último “revisonista” do CC é combatido em sua tese de que as transformações ocorridas nos últimos anos no Brasil e o nível resistência da sociedade brasileira à ditadura possibilitam a transição pacífica para o socialismo um caminho democrático... Os comunistas partidários de Carlos Prestes não aceitam de forma alguma convocar eleições, nem ir pela via democrática com ânimos pacíficos...

Mas o que é o eurocomunismo:

- 1) Um sério desvio de direita na tática e estratégia do proletariado com a adoção de conceito burguês de democracia .
- 2) Crescente abandono dos princípios fundamentais do marxismo, antes de tudo da revolução socialista e da ditadura do proletariado.

⁹⁴ A categorização de eurocomunistas era apontada como uma acusação a membros e dirigentes do partido considerados, pelos aliados de Prestes, conciliadores de classe, ou seja, que buscavam estabelecer alianças com os setores democráticos da sociedade. No terceiro capítulo aprofundarei o entendimento acerca dos chamados eurocomunistas, tanto a partir da visão de seus opositores, como dos próprios que eram acusados dessa prática.

⁹⁵ Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1980. Página 8. Portal: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_04&PagFis=13&Pesq=Prestes

- 3) Abandono do leninismo como o marxismo de nossa época.
- 4) Um crescente anti-sovietismo...”⁹⁶

As polêmicas se concentravam desde análises de conjuntura até as táticas e estratégias do partido para atuar na complexa realidade da redemocratização. Contudo, dois temas assumiam maior protagonismo nas divergências e declarações públicas de Prestes e nas respostas também públicas dos membros do Comitê Central, a questão da convocação do VII Congresso Nacional do PCB e sobre o papel da democracia na tática e na ação dos comunistas brasileiros.

Prestes apresentava uma forte crítica ao Comitê Central por propor a organização do VII Congresso. Para Prestes esse congresso não deveria ser convocado para esse momento, pois, para ele além do partido se concentrar na luta pela redemocratização do país, um congresso nessas condições de ilegalidade seria um congresso artificial, em que a base do partido não conseguiria participar de maneira mais plena no processo de discussões e debates. Outra crítica de Prestes era de que o Comitê Central em sua maioria estava com posturas advindas de desvios de direita, posturas reformistas e vinculadas ao eurocomunismo, e que essas posturas e práticas se manifestavam, por exemplo, na maneira como a questão democrática ganhava protagonismo na tática e estratégia dos comunistas.

“Considero imprescindível destacar que o VII Congresso só cumprirá um papel realmente renovador, tanto no que diz respeito à elaboração de uma orientação política correta e adequada às novas condições existentes no País e verdadeiramente representativa da vontade da maioria dos comunistas, como no que concerne à eleição de um novo tipo de direção à altura dessa nova orientação, se os debates preparatórios e todos os procedimentos de sua realização forem realmente democráticos.”⁹⁷

Enquanto Prestes emitia declarações em eventos públicos, debates e até mesmo para a imprensa, Alguns dirigentes do Comitê Central do PCB emitiam, nesse princípio de 1980, respostas públicas a Prestes através de entrevistas ou pronunciamento na

⁹⁶ Trecho do manifesto. Ver em: Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1980. Página 8. Portal:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_04&PagFis=13&Pesq=Prestes

⁹⁷ PRESTES. Luiz Carlos. Carta aos Comunistas. Março de 1980 Portal:

<https://www.marxists.org/portugues/prestes/1980/03/carta.htm>

imprensa. Publicamente, através da imprensa, O PCB era retratado como uma organização com sua direção nacional fraturada.

No Jornal do Brasil de 11 de fevereiro de 1980, circulava uma declaração de Armênio Guedes em que este “rebatia” afirmações de Prestes a imprensa:

“Como um dos principais defensoras da política de frente democrática dentro do PCB, o Sr. Armênio Guedes reconhece que esta posição é irreconciliável como proposta de uma frente restrita aos setores da esquerda, defendida pelo Sr. Luiz Carlos Prestes.

Reconhece ainda que o PCB luta para abandonar o voluntarismo e a concepção golpista de revolução, citando como exemplo dessa divergência um documento apócrifo que corre entre os comunistas, no qual é acusado de revisionista.

A cisão, frisou, seria um mal para o PCB e para o movimento democrático brasileiro. Por isso todos devemos nos esforçar para solucionar as divergências na batalha das ideias. O importante para os comunistas é a unidade e queremos que Prestes participe dessa unidade.”⁹⁸

Em março de 1980 Prestes lança um documento destinado aos militantes do partido, mas que ganha o público. Esse documento, chamado de Carta aos Comunistas apresenta duras críticas ao Comitê Central e convoca a militância do partido a assumir os rumos da organização.

Prestes abre o documento alertando que a grande imprensa vem desencadeando uma vasta campanha anticomunista a partir da exposição de divergências internas do partido e servindo de instrumento a dirigentes que buscavam fazer do PCB um instrumento da conciliação de classe.

“Sinto-me no dever de alertar os companheiros e amigos para o real significado da vasta campanha anticomunista que vem sendo promovida nas páginas da imprensa burguesa. Campanha esta visivelmente orquestrada pelo regime ditatorial, visando a desmoralização, a divisão e o aniquilamento do PCB. Fica cada vez mais evidente que, através de intrigas e calúnias, o inimigo de classe – após nos ter desferido violentos golpes nos últimos anos – pretende agora minar o PCB a partir de dentro, transformando-o num dócil instrumento dos planos de legitimação do regime. Este é o motivo pelo qual as páginas da grande imprensa foram colocadas à disposição de alguns dirigentes do PCB, enquanto em relação a outros o que se verifica é o boicote e a tergiversação de suas opiniões. Basta lembrar a matéria publicada no Jornal do Brasil de 3 de fevereiro último, quando esse jornal falseia a verdade ao dizer que me recusei a manifestar minha opinião e, ao mesmo tempo, serve de veículo a uma série de calúnias e

⁹⁸ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1980. Página 2. Portal : http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&PagFis=1586&Pesq=PCB

acusações que lhe teriam sido fornecidas por algum dirigente que não teve a coragem de se identificar.

Seria de estranhar, se não estivesse claro o objetivo deliberado de liquidação do PCB, a preocupação, revelada insistentemente, pela imprensa burguesa com a democracia interna e a disciplina em nossas fileiras. Os repetidos editoriais e comentários que vem sendo publicados ultimamente a esse respeito são sintomáticos. Demonstram o propósito do regime de desarticular as forças de oposição e, em particular, os comunistas para melhor pôr em prática a estratégia de realizar mudanças em sua estrutura política visando preservar os interesses dos grupos monopolistas nacionais e estrangeiros que representa.”⁹⁹

Prestes, no documento, responsabiliza a direção nacional que não soube preparar o partido para enfrentar os anos de repressão da ditadura, o que levou o partido, para além das perdas de militantes e dirigentes, a se constituir à margem da luta política, resultando num partido descolado da realidade e com uma análise não condizente com o quadro político do país. Prestes afirmava que o conjunto da direção se recusava a fazer uma autocrítica, necessária, segundo Prestes, para o partido voltar avançar na formulação e na ação. Prestes acusa os demais membros do Comitê Central de imprimirem diversas manobras para conduzir ou modificar a linha política para atender interesses ou particulares ou da classe dominante.

“A crise que atravessa o PCB expressa-se também na falência de sua direção que, entre outras graves deficiências, não foi capaz de preparar os comunistas para enfrentar os anos negros do fascismo, facilitando à reação obter êxito em seu propósito de atingir profundamente as fileiras do PCB, desarticulando-o em grande parte. Não foi a direção do PCB capaz nem ao menos de cumprir o preceito elementar de separar com o necessário rigor a atividade legal da ilegal. Inúmeros companheiros tomaram nas mãos da reação em consequência da incapacidade da direção, que não tomou as providências necessárias para evitar o rude golpe que atingiu nossas fileiras nos anos de 1974 e 1975. (...)

Numa atitude diametralmente oposta, a atual direção do PCB – apesar dos graves acontecimentos ocorridos nos últimos anos – nega-se a uma séria e profunda autocrítica. Quando muito, satisfaz-se com a realização de repetidas e já desmoralizadas autocríticas formais, que, entretanto, nunca se tornam uma realidade palpável. Assim, nega-se a direção atual a reconhecer que a situação do País sofreu grandes transformações, tornando necessária uma ampla discussão democrática de todos os problemas, incluindo as resoluções do último Congresso do PCB. Recusa-se a analisar com espírito crítico se são de todo acertadas as resoluções desse Congresso e pretende ainda agora apresentá-las como um dogma indiscutível para, com base nelas, exigir uma suposta unidade partidária, que lhe permita encobrir e conservar por mais algum tempo a atual situação do Partido e de sua direção.”¹⁰⁰

⁹⁹ PRESTES. Luiz Carlos. Carta Aos Comunistas. São Paulo. Editora Alfa Ômega. P.10.

¹⁰⁰ PRESTES. Luiz Carlos. Carta Aos Comunistas. São Paulo. Editora Alfa Ômega. P.12 e 14.

Sobre o VII Congresso, Prestes aponta que as condições em que o partido se encontra tornam a realização do congresso uma formalidade, sem a necessária densidade de debates que reúna o conjunto da militância, tanto para a definição da política como para eleger uma direção capaz de conduzir essa nova política.

Prestes afirma na Carta que um congresso necessita de um amplo debate, com toda militância, e que, nas condições em questão, esse debate somente poderia ser iniciado, mas sem condições de conclusão devido a pouca condição de participação do conjunto da militância.¹⁰¹

Prestes conclui a Carta convocando a militância para se rebelar contra a direção do Comitê Central e iniciar um processo de transformação do partido.

“Chegou o momento em que é indispensável que os comunistas rompam com a passividade e tomem os destinos do PCB em suas mãos, rebelando-se contra as arbitrariedades e os métodos mandonistas de direção, e tratando de eleger, em todos os níveis partidários, direções que realmente sejam a expressão democrática da maioria dos comunistas. Penso ter evidenciado o quanto tem de excepcional a situação que me levou a formular este apelo a todos os comunistas para iniciar um processo de mudanças radicais que deverá ser coroado com a discussão e aprovação democráticas de uma orientação verdadeiramente revolucionária e a eleição também democrática de um novo tipo de direção à altura desta nova orientação.”¹⁰²

Em 7 de abril de 1980, Tribuna da Imprensa apresenta uma reportagem em que afirma, por meio de fontes internas no Comitê Central, que o partido, através de sua instância de direção estaria preparando uma resposta a Carta aos Comunistas, o manifesto de Prestes. O jornal ainda destacava a posição de Gregório Bezerra de que a solução para a crise interna entre o Comitê Central e Prestes seria resolvida com a dissolução do Comitê Central. O jornal traz a posição de Hércules Correa que critica a posição de Gregório Bezerra, a atrelando a posição de Prestes.¹⁰³ Em 10 de abril a Tribuna da Imprensa divulga matéria sobre a resposta do Comitê Central à carta de Prestes. Com uma chamada em que diz que o Comitê Central do PCB estava esfacelado, a matéria apresenta que Hércules Correa distribuiu à imprensa a resposta do PCB, que

¹⁰¹ PRESTES. Luiz Carlos. Carta Aos Comunistas. São Paulo. Editora Alfa Ômega. P.18

¹⁰² PRESTES. Luiz Carlos. Carta Aos Comunistas. São Paulo. Editora Alfa Ômega. P.35 e 36

¹⁰³ Tribuna de Imprensa, Rio de Janeiro, 7 de Abril de 1980. Página 5. Portal: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_04&PagFis=13&Pesq=Prestes

havia sido lançada na assembleia legislativa do Rio de Janeiro. Hércules Correa, em entrevista citada na matéria, informa que apesar da resposta ser assinada por cinco dirigentes do Comitê Central, Giocondo Dias, Salomão Malina, Hércules Correa, Theodoro Mello e Armênio Guedes, a resposta representava o consenso entre os membros do Comitê Central.¹⁰⁴ A resposta apresentava o seguinte conteúdo:

“Em resposta, os dirigentes do PCB alinham vários pontos:

1. É impossível contestar a legitimidade do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro. Quando Prestes o considera falido, desfecha, queira ou não, um golpe contra o próprio PCB.
2. O fundo da questão, no momento, reside em defender a linha adotada pelo VI Congresso do partido. Consideramo-nos, antes de mais nada, comprometidos com essa linha que condena o golpismo, o esquerdismo, e a busca de perigosas tensões como método de um suposto caminho revolucionário.
3. É verdade que nem todos os comunistas entenderam assim a linha de seu partido e que a direção do PCB cometeu erros no exercício de suas funções, erros que sempre procuramos identificar. Mas não é justo confundir as coisas.
4. No momento é imperioso fixar uma linha de conduta firme e inequívoca face aos problemas levantados pelo camarada Prestes, pois caso o contrário, o PCB se veria imerso no caos e à luta pelo socialismo e pela democracia sofreria um atraso de muitos anos.
5. A direção do PCB não vai se furtar debater com o camarada Prestes e nem com algum outro comunista que venha a levantar questões importantes. Exerceremos nossa tarefa de dirigir o debate organizado e democrático. Deveremos, portanto, conduzir o processo de realização do VII Congresso do PCB, única instância capaz de ter a palavra final em matéria de política e de organização do partido. Infelizmente o camarada Prestes deixa claro que considera o esforço para a realização do congresso incompatível com a luta pela legalidade do PCB, ignorando que os êxitos num terreno favorecem o do outro.
6. Fica claro, portanto, a existência de divergência de fundo entre o camarada Prestes e a linha do PCB. Não pretendemos que o camarada Prestes abandone suas posições. Julgamos, contudo, que não há divergências que não possam ser discutidas com encaminhamentos e conclusões democráticas.
7. Nos parece claro que à forma de discussão que o camarada Prestes propôs e começou a colocar em prática não é democrática, nem organizada, nem disciplinada, mas anárquica.
8. A autodissolução do Comitê Central, como prega o camarada Prestes, faria o PCB emergir em águas turvas, num tumulto liquidacionista pior do que qualquer situação de crise que já tenha enfrentado até aqui.”¹⁰⁵

¹⁰⁴ Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 10 de abril de 1980. Página 3. Portal: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_04&PagFis=13&Pesq=Prestes

¹⁰⁵ Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 10 de abril de 1980. Página 3. Portal: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_04&PagFis=13&Pesq=Prestes

Os membros do Comitê Central constituíram em maio o Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas, como uma forma de burlar a repressão. Na prática o Coletivo Nacional de Dirigentes era o velho Comitê Central, reorganizado pós volta do exílio.

“Em maio de 1980, anunciou-se a formação de um Coletivo de Dirigentes Comunistas, um nome-fantasia para designar o CC, destinado a driblar os rigores da legislação que continuava a manter o PCB na ilegalidade. A Comissão executiva foi rebatizada com o nome de Coordenação, cabendo a Giocondo Dias o título de “coordenador provisório”, até a realização de novo congresso dos comunistas. No mesmo movimento, na medida em que Prestes recusara repetidos convites para reuniões, declarava-se “vago” o cargo de secretário-geral do Partido. Em nenhum momento se falava de exclusão ou de expulsão, embora, no passado, vários dirigentes, por muito menos, tivessem sido expulsos do Partido e ainda cobertos de injúrias. Agora, os termos eram cuidadosamente evitados, como se uma porta permanecesse aberta a uma improvável conciliação.¹⁰⁶

Na edição de 22 de maio de 1980 do Jornal do Brasil, Prestes denuncia o que ele chama de traição contra a classe trabalhadora e contra o povo brasileiro, sua destituição da secretaria geral do PCB. Em reunião do Comitê Central, foi operada a substituição do cargo de secretária geral, saindo Prestes e assumindo Giocondo Dias. O jornal publicou a nota de Prestes sobre sua substituição:

“Vejo nas modificações que se deram na direção do PCB uma clara manobra que confirma o que já foi por mim dito na carta que dirigi aos membros do partido. Trata-se para o grupo que atualmente dirige o PCB de dar mais um passo no caminho da traição a classe operária e aos interesses do nosso povo, de transformar o PCB em dócil instrumento dos planos de legitimação do atual regime. Na verdade, nada mudou na direção do PCB – prossegue a luta sem princípios, que tem por finalidade, com a recente substituição de indivíduos na comissão executiva do Comitê Central, afastar os mais comprometidos, por suas posições públicas, com o anti soviétismo e com o oportunismo a fim de poder fazer declarações hipócritas de amor a União Soviética e contrárias ao oportunismo, declarações que serão logo esquecidas (...).

¹⁰⁶ REIS. Daniel Aarão. Luís Carlos Prestes Um revolucionário entre dois mundos. Rio de Janeiro. Companhia das Letras. 2014 P. 371

Nessas condições, agora mais do que nunca, cabe a todos os membros do PCB aos quais repugna essa manobra sem princípios, insistir na luta por uma orientação política efetivamente revolucionária e internacionalista, e, ao mesmo tempo, compreender que estamos frente a necessidade cada dia mais inevitável de elegermos outro tipo de direção para nosso partido, verdadeiramente representativa da maioria do PCB e capaz de assegurar a fidelidade aos princípios revolucionários do marxismo leninismo. Reitero, pois nesta oportunidade, meu apoio aos comunistas que rompam com a passividade e tomem o destino do PCB em suas mãos.”¹⁰⁷

Daniel Aarão Reis, na biografia de Prestes lançada em 2014 buscou retratar essa disputa de versões entre Prestes e o Comitê Central. Reis apontava que, segundo Prestes, a luta por democracia, que “contaminava” toda a formulação do Comitê Central, não deveria ser desassociada da luta pelo socialismo, mas, da forma como era colocada nos documentos do Comitê Central, somente confirmava que tal espaço não servia mais para dirigir os comunistas brasileiros, pois havia se transformado num organismo de “conciliação de classe”, iludindo os trabalhadores a confiar na transição conduzida pela ditadura.¹⁰⁸

O Jornal do Brasil, em 20 de maio de 1980 noticiou assim a saída de Prestes da secretaria geral do PCB:

“Depois de 35 anos ocupando a secretária geral do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Luiz Carlos Prestes foi destituído do cargo no último fim de semana, em reunião que a comissão executiva do Comitê Central realizou em São Paulo. (...)

Ao confirmar ontem o afastamento de Prestes do Comitê Central do PCB, Armênio Guedes afirmou que ele não foi destituído. O que aconteceu é que não atendeu as várias convocações para se reunir com o Comitê Central para discussões. A executiva considerou então que o cargo estava vago e elegeu outro secretário geral. (...)

“A executiva compõe-se de sete membros e é eleita pelo Comitê Central, estatutariamente constituindo por 31 membros efetivos e 31 suplentes e mais um relações públicas, o Comitê Central no momento está desfalcado de 15 membros, cinco morreram naturalmente e 10 são considerados desaparecidos, após terem sido presos pelos órgãos de segurança entre 1974 e 1975.

Em 46 anos de militância no PCB Prestes passou nove na cadeia, de 1936 a 1945, e os últimos 12 no exílio. Nos seus 58 anos de existência, o PCB permaneceu na legalidade apenas dois anos, no período 1945 – 1947”¹⁰⁹

¹⁰⁷ Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 22 de maio de 1980. Página 5. Portal:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_04&PagFis=1071&Pesq=Prestes

¹⁰⁸ REIS. Daniel Aarão. Luís Carlos Prestes Um revolucionário entre dois mundos. Rio de Janeiro. Companhia das Letras. 2014 P. 372

¹⁰⁹ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 20 de maio de 1980. Página 3. Portal:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_10&pasta=ano%20198&pesq=PCB

No dia 22 de maio, o Jornal do Brasil dedica uma página inteira no seu caderno de política às divergências internas do Comitê Central do PCB.

A matéria apresentava diversas visões sobre as divergências e, o que qualificava de crise na direção do partido. Abordava a resposta de Prestes, em que este acusava o partido de manobrar contra ele, e novamente chamava a militância a tomar o partido pela base, advertindo que inclusive a atual direção estava colocando o partido no caminho da “conciliação de classe”, o que legitimava, segundo Prestes, a ditadura e a transição democrática feita “por cima”, ou seja, conduzida pelos militares sem participação popular. O texto da reportagem ainda abordava a saída do Comitê Central de Gregório Bezerra, que estava descontente com os caminhos do partido. A reportagem terminava com uma matéria sobre a saída da comissão executiva do Comitê Central de Armênio Guedes, apontado pelo jornal como o principal opositor de Prestes, a reportagem apresentava uma declaração de Guedes em que este afirmava como natural sua saída da comissão executiva e que o partido deveria ter na luta democrática não apenas a tática, mas a estratégia de sua política.¹¹⁰

No dia seguinte, no mesmo jornal, Giocondo Dias, agora o novo secretário geral do PCB afirmava que mesmo na ilegalidade, o PCB realizaria seu congresso¹¹¹. Essa afirmação evidenciava uma das principais polêmicas entre Prestes e os demais membros do Comitê Central, a realização de um congresso, em que, segundo Prestes em sua Carta aos Comunistas, não teria condições de acontecer na ilegalidade, pois limitaria o debate e a construção política, sendo, portanto, um congresso manipulado pelos membros do Comitê Central. A afirmação de Dias reforçava, então, a mudança de rumo no Comitê Central do PCB, em que, a partir de agora, as opiniões de Prestes já não possuiriam o peso do passado.

Na mesma semana, o jornal Tribuna da Imprensa apresenta uma matéria comentando a reunião que destituiu Prestes da secretária geral em que aborda que, na mesma reunião, Hércules Correa e Armênio Guedes, dois dos mais evidentes opositores de Prestes foram também afastados do Comitê Central como uma forma de compensação, tal medida objetivava manter diálogo com setores do partido ainda

¹¹⁰ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 22 de maio de 1980. Pagina 4. Portal: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&PagFis=7000&Pesq=PCB

¹¹¹ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 22 de maio de 1980. Pagina 2. Portal: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&PagFis=7104&Pesq=PCB

vinculados a Prestes. Segundo o próprio jornal, essa foi a primeira reunião dos dirigentes nacionais do PCB depois que voltaram do exílio. A matéria informa que a posição da maioria do Comitê Central acerca de Prestes é que este queria destruir o partido, o conduzindo como uma coluna militar, indicando homens de confiança para cargos próximos, e que essa prática não condizia com o partido.¹¹²

Logo em seguida a essa reunião, Prestes parte para Moscou, notícia veiculada na imprensa como uma tentativa de apelar a URSS acerca das últimas decisões do Comitê Central do PCB de afastá-lo da secretária geral do partido. Também parte para Moscou nesse mesmo período Gregório Bezerra, que justificou a imprensa que viajava para buscar documentos que utilizaria para escrever suas memórias. Também em Moscou nesse período, Giocondo Dias informava, através dos membros do Comitê Central, que sua viagem, em nada tinha relação com a presença de Prestes na URSS.¹¹³

Especulava-se nesse momento na imprensa que a decisão do Comitê Central seria ainda validada por Moscou, e que tanto o novo secretário geral, como o antigo e seu aliado, buscava o apoio de Moscou.

Enquanto o novo secretário geral estava em Moscou, assim como também o ex-secretário geral, Prestes, a repercussão na base do partido, acerca da substituição no comando da organização, ganhava também dimensão pública, com manifestos em defesa de Prestes na Bahia e em Pernambuco. Contudo, tais declarações e manifestações eram minimizadas pelo Comitê Central do partido.

Para Salomão Malina, que havia ganhado maior destaque no Comitê Central a partir do exílio, ex-combatente da II Guerra Mundial, a não adesão de muitos militantes ao chamado de Prestes demonstravam justamente o oposto do afirmado por Prestes. Salomão Malina creditava a um amadurecimento dos membros do partido o fato deles não terem ido a socorro de Prestes, e, não terem aderido a “rebelião das bases” contra a direção.

Malina afirmava que a situação de Prestes gerou uma crise, contudo de rápida resolução, e que, segundo Malina, o partido havia se fortalecido nesse processo, justamente por superar o culto à personalidade. Malina inclusive contestava Prestes e seu dimensionamento da crise gerada pela sua saída.

¹¹² Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 26 de maio de 1980. Página 5. Portal: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_04&PagFis=13&Pesq=Prestes

¹¹³ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 22 de julho de 1980. Página 2: Portal http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&PagFis=7104&Pesq=PCB

“Teve inicialmente um caráter de crise, logo superado. É que (...) a atitude de Prestes punha em questão algo que, no meu entender, constitui uma grande conquista do partido: o princípio da direção colegiada (...). A divergência no interior do partido é um fenômeno normal e não pode ser considerada como heresia ou um crime. Aliás, não foi essa a primeira vez que Prestes divergiu da maioria da direção. O problema reside em que, divergindo da maioria esmagadora dos camaradas da direção, ele passou a trabalhar contra ela – este é o fato novo. Prestes pretendeu impor o peso do seu inegável prestígio, a significação da sua personalidade carismática para determinar certos rumos políticos. Este é o fato grave: a tentativa de romper com a direção colegiada em proveito de uma orientação de cunho pessoal.”¹¹⁴

No dia 4 de agosto de 1980, o Jornal do Brasil noticiava a volta de Giocondo Dias depois de 2 meses pela Europa Oriental. Ao Jornal do Brasil, Dias afirmava que Moscou o apoiava, assim como os dirigentes do bloco socialista e dos partidos comunistas europeus.¹¹⁵

A volta de Dias evidenciava que de fato, as especulações acerca da busca de aprovação por parte da URSS às decisões do Comitê Central, eram verdadeiras. Giocondo Dias agora estava legitimado não apenas pela URSS como pelo conjunto do movimento comunista internacional.

Daniel Aarão Reis narra a ida dos dois nomes, até então fortes do PCB a URSS:

“Já em junho, Dias partiu para um longo périplo internacional, incluindo visitas à União Soviética e a Cuba. Como era da tradição dos comunistas em todo o mundo, foi em busca de apoio e de legitimação. No mesmo mês, e com os mesmos destinos e objetivos, Prestes também partiu. Ambos confiantes no bem fundado de suas respectivas posições.”¹¹⁶

Prestes, que também retornava de sua viagem a URSS recebia em sua casa sua filha, Anita Leocádia Prestes, como noticiou o Jornal do Brasil, e, segundo a matéria, Anita afirmava que o pai entraria numa agenda intensa de compromissos.

¹¹⁴ MALINA, Salomão. Questões históricas e atuais do PCB (Cadernos do Militante Comunista nº2). São Paulo. Edições Novos Rumos. 1986. p. 40 e 42.

¹¹⁵ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1980. Página 3. Portal: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&PagFis=7104&Pesq=PCB

¹¹⁶ REIS. Daniel Aarão. Luís Carlos Prestes Um revolucionário entre dois mundos. Rio de Janeiro. Companhia das Letras. 2014 P. 372

“Antes de seguir para a URSS, o ex-secretário geral do PCB fez diversas viagens pelos estados com o declarado propósito de aglutinar setores comunistas que lhe permaneceram fieis. Desses contatos com a base surgiram os comitês de amigos do PCB de São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro, Ceará e Rio Grande do Sul. O último a instalar-se foi o da Bahia, quando o ex dirigente comunista ainda estava no exterior.

O secretário geral Giocondo Dias procurou minimizar a força política que estes comitês dentro da organização do PCB, chegando a afirmar que desconhecia a existência. Acrescentou que as divergências entre a atual direção e o grupo do Sr. Luiz Carlos Prestes talvez sejam resolvidas sem necessidade de confronto”¹¹⁷

Prestes, contudo, aproveitava de sua agenda de reuniões para fazer forte críticas as posturas do Comitê Central, críticas inclusive de que o mesmo estava abrindo mão de organizar uma frente de esquerda que reunisse os setores comprometidos com as “reais demandas” da classe trabalhadora. Prestes afirmava que o PCB se afastava dos trabalhadores ao insistir numa aliança com setores da burguesia, que, para Prestes, estariam atrelados aos interesses do capitalismo como um todo, e mesmo os adversários do regime não colaborariam para resolver a crise social do país.

Dias apontava, num artigo no *Jornal Voz da Unidade*, forte crítica, sem citar nomes, contudo, aos que se colocavam contra a política de aliança do partido, que buscava integrar setores liberais comprometidos com a transição democrática. Afirmava que:

“Alguns esquerdistas, dentro e fora das fileiras comunistas atacavam violentamente esses esforços. Alguns exaltados dizem que nada representam e acusam os comunistas de sacrificar a formação de uma frente de esquerda. Não nos impressionamos com a violência das acusações.”¹¹⁸

Em 2 de outubro de 1980, o *Jornal do Brasil* noticiava que Prestes relançava o jornal *Voz Operária*.¹¹⁹ Tal relançamento era uma afronta aos membros do Comitê Central do partido que haviam apoiado a substituição do antigo jornal pela *Voz da Unidade*. Na prática esse jornal se caracterizava como um jornal paralelo aos meios

¹¹⁷ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1980. Página 4. Portal:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&PagFis=7104&Pesq=PCB

¹¹⁸ DIAS. Giocondo. *Os Objetivos dos Comunistas*. (Artios, Entrevistas e um Depoimento Político). São Paulo. Novos Rumos. 1983. P.84

¹¹⁹ *Voz Operária* era o *Jornal do PCB* editado durante a ditadura. Ficou em circulação até o início dos anos 1980, quando foi substituído pelo jornal *A Voz da Unidade*, sob os protestos de Prestes.

oficiais de comunicação do partido. O jornal ainda se autoproclamava órgão central do PCB, título atribuído pelo Comitê Central ao seu jornal oficial.

Para Daniel Aarão Reis, apoiadores de Prestes, com consentimento do próprio, aproveitaram a oportunidade aberta pelo próprio Comitê Central ao abandonarem o jornal Voz Operária para o lançarem.¹²⁰

Segundo reportagem do Jornal do Brasil, o jornal Voz Operária trazia uma entrevista com Prestes, em que este tecia um conjunto de críticas aos membros do Comitê Central do partido. Prestes acusava o Comitê Central do PCB de ter se desviado para a direita, e construído uma política de aliança com a burguesia brasileira.

“Insiste que no momento ‘tanto para os que romperam organicamente com o atual Comitê Central, como para os que, sem ter rompido, não aceitam as imposições desta desmoralizada direção, o importante é o esforço para manter os comunistas organizados em torno das posições revolucionárias do seu secretário geral, o camarada Prestes.

A volta da Voz Operária visa justamente a contribuir para a reorganização dos comunistas que se alinham em torno das posições de Luiz Carlos Prestes. – diz ainda o editorial, conclamando em seguida os comunistas a contribuir para a divulgação e reforçamento do jornal. Destaca que isso é importante quando os setores ponderáveis da classe média abastada preferem prestar seu apoio a política de conciliação de classe e de acordos sem princípios com o regime atual, ora desenvolvida pelo grupo dirigente do PCB.¹²¹

Esse jornal não foi reconhecido pelo Comitê Central como uma publicação do partido. No dia seguinte, o Jornal do Brasil noticiava a resposta do Comitê Central do PCB em seu órgão oficial, Voz da Unidade. Segundo matéria o Comitê Central desautorizava Prestes e seu novo jornal, e prometia respostas. A nota era assinada por Giocondo Dias, o secretário geral, mais quatro membros do Comitê Central, Salomão Malina, Luiz Tenório de Lima, Severino Theodoro Melo e Givaldo Siqueira. Tanto Givaldo Siqueira como Luiz Tenório haviam ganhado maior destaque dentro do Comitê Central com a saída da comissão executiva de Hercules Correa e de Armênio Guedes, formando, juntamente com Malina e Dias, um novo centro político de decisões rápidas, o novo secretariado do Comitê Central.

¹²⁰ REIS. Daniel Aarão. Luís Carlos Prestes Um revolucionário entre dois mundos. Rio de Janeiro. Companhia das Letras. 2014 P. 376

¹²¹Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 2 de Outubro de 1980. Página 2. Portal: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&PagFis=13861&Pesq=PCB

Em 21 de novembro, o Jornal do Brasil noticia o que poderia ser um sinal de trégua no Comitê Central do PCB. Prestes anuncia que mesmo contrário à realização do congresso do PCB, nessas condições, iria participar desse espaço. Segundo o jornal, Prestes se apresenta pessimista em relação a realização do congresso, previsto para o ano seguinte (1981), contudo avalia que deverá participar da reunião congressual.¹²²

Contudo, os meses seguintes trouxeram novas preocupações para o corpo dirigente dos comunistas brasileiros, a proibição, por parte da polícia federal, da festa do jornal *Voz da Unidade*, mesmo com as caravanas já há caminho do evento trouxeram preocupações sobre a possibilidade do congresso do PCB, previsto para 1981, ocorrer de fato.

O ano de 1980 termina com uma forte crítica de Prestes ao Comitê Central do PCB. No final de dezembro, o Jornal do Brasil noticiou que Prestes, apesar de antecipar ao jornal que não daria declarações sobre a crise interna do Comitê Central, afirmou que o órgão de dirigentes máximo do partido estava a direita da direção do PP.¹²³

Já em princípios de 1981, os jornais noticiavam a ofensiva de Prestes contra o Comitê Central do PCB. O Jornal do Brasil de 4 de janeiro apresentava uma matéria sobre a festa de aniversário de Prestes e suas repercussões políticas.

“Na primeira vez em que comentou publicamente a crise do Partido Comunista, desde que foi afastado do Comitê Central, o Sr. Luiz Carlos Prestes disse ontem que é preciso construir um partido novo, efetivamente revolucionário”¹²⁴

Em 1981 outros temas potencializariam as divergências entre Prestes, que continuava a buscar ampliar sua base de apoio dentro do partido, e o Comitê Central, que buscava ampliar sua ação tanto no sentido de preparar o partido para seu congresso e também articular sua volta à legalidade, como também iniciava articulações sobre as eleições de 1982, as primeiras eleições para governador depois do golpe de 1964. As discussões e articulações eleitorais agudizariam ainda mais a cisão entre Prestes e o Comitê Central.

¹²² Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1980. Página 2. Portal:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&PagFis=16303&Pesq=PCB

¹²³ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1980. Página 2. Portal:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&PagFis=16303&Pesq=PCB

¹²⁴ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 04 de janeiro de 1981. Página 4. Portal:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&PagFis=18487&Pesq=PCB

O PCB nos últimos anos participava do processo eleitoral dentro da legenda do MDB, legenda criada com a mudança na legislação eleitoral brasileira a partir do golpe de 1964, em que foi instituído o bipartidarismo, com a ARENA, Aliança Renovadora Nacional e o MDB, Movimento Democrático Brasileiro. Com a anistia e processo de redemocratização sendo impulsionada por movimentos sociais, políticos e populares, a discussão sobre o processo eleitoral de 1982 começava a povoar os partidos, tanto os legalizados como os ainda na ilegalidade, como o PCB.

O Comitê Central do PCB começava movimentações sobre sua participação no processo eleitoral, participando, a princípio, de conversas com o MDB, Prestes, contudo, em suas movimentações pelo país iniciaria articulações próprias. Essa nova divergência entre Prestes e o CC potencializaria a cisão em andamento.

O Jornal do Brasil em fevereiro de 1981 apresentava a articulação inicial do PCB para o processo eleitoral, contudo, também evidenciava a divergência do CC com Prestes.

“Embora seu apoio específico vai para o PMDB, o PCB, através do seu Comitê Central, defende no entanto, a constituição de uma frente democrática de oposição. Já o ex-secretário geral, Sr. Luiz Carlos Prestes, defende uma frente constituída exclusivamente pelos partidos e movimentos de esquerda e excluí disso o PTB e o PP. Esse é um dos principais motivos de suas divergências com o restante da cúpula do partido.

O PCB, comandado pelo Sr. Giocondo Dias, continuará até 1982 a favor de uma frente de oposição muito ampla, que se fortaleça à medida que se agrave a crise do regime. O PCB quer que essa frente se amplie e aceite nela todos os dissidentes do governo.”¹²⁵

A reportagem do Jornal Brasil ainda sublinhava que grupos ligados a Prestes se aproximavam de Brizola, para além da alternativa construída a partir do Comitê Central, que indicava a princípio apoio ao nome de Saturnino Braga a governador do Rio de Janeiro. Essa aproximação entre Prestes e Brizola se acentuaria nos próximos meses, vindo a cumprir papel forte na saída de Prestes do PCB.

Prestes usaria dessa divergência para evidenciar as diferenças, cada vez mais crescentes, entre ele e o Comitê Central.

¹²⁵ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1981. Página 2. Portal http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&PagFis=20633&Pesq=PCB

“Fatos externos também contribuíram para a nova tática dos prestistas, como a iniciativa pessoal de alguns dos dirigentes do PDT, que procuraram o Sr. Luiz Carlos Prestes. (...) No ano passado, na sede da ABI, no Rio, ao lançar uma campanha nacional de filiação partidária, o presidente do PDT surpreendeu muitas pessoas, anunciou que não admitiria a dupla militância, exceto dos comunistas, diante da impossibilidade de legalização do PCB. A partir de então, em contatos estritamente, militantes do PDT ofereceram ao Sr. Luiz Carlos Prestes espaço no partido.”¹²⁶

Prestes continuava a denunciar as movimentações do Comitê Central, tanto de articulações políticas visando o processo eleitoral, como a busca por diálogo com o general Figueiredo, então presidente nomeado pela ditadura, objetivando a legalidade. Numa entrevista dada ao jornal Tribuna da Imprensa em fins de março de 1981, véspera do aniversário de 59 anos do partido, Prestes evidenciava suas divergências, as qualificando de ideológicas.

“O senhor Hércules Correia, por exemplo, declara abertamente que aceita a mão estendida do senhor Figueiredo. Isto é uma tentativa de diálogo ou ilusão infantil. O secretário geral do PCB, quando o presidente usou aquela expressão em Portugal, de que não é anticomunista mas contra os comunistas, prontificou-se a dialogar com o governo que mantém a Lei de Segurança Nacional, a Lei Antigreve, um governo reacionário que ameaça de um momento para o outro decretar estado de emergência, sem necessidade de qualquer consulta ao Parlamento.”¹²⁷

O Comitê Central do PCB estava, através de seu secretariado buscando estabelecer diálogo com o governo, com intuito de acelerar a legalização do Partido, tida por certo, como uma questão a ser revolvida em poucos anos como consequência da redemocratização¹²⁸. A acusação de Prestes nessa entrevista de que figuras públicas do Comitê Central procuravam o general Figueiredo para abrir diálogo havia sido noticiada nos dias anteriores tanto pelo Jornal do Brasil como pela Tribuna de Imprensa.

Giocondo Dias, secretário geral do PCB, em viagem para a URSS, de passagem por Lisboa, reafirmava a intenção do PCB de buscar o diálogo com o governo para tentar avançar no caminho da legalização do partido. Para Giocondo as recentes

¹²⁶ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1981. Página 2. Portal

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&PagFis=20633&Pesq=PCB

¹²⁷ MORAES, Denis. Prestes com a palavra. Uma seleção das principais entrevistas do líder comunista. Campo Grande, Letras Livres. 1997. P.272.

¹²⁸ O processo de redemocratização do país avançava, mesmo ainda sob um governo militar, o que gerava otimismo no secretariado nacional do Comitê Central do PCB de que a legalização do partido era questão de tempo.

declarações do General Figueiredo de que era contra o comunismo, mas não contra os comunistas, feitas também em Portugal, apontava que havia margem de negociação e de diálogo com o regime. Dias ainda evidenciava o ineditismo das declarações de um presidente em reconhecer que os comunistas lutavam pelos mais carentes. Para Dias, estava claro que era possível explorar o processo de redemocratização, mesmo com suas limitações, e a disposição de Figueiredo de não ver os comunistas como criminosos para construir a volta do PCB a legalidade. Dias acreditava ser possível com esse quadro fortalecer a incursão do partido em todas as áreas visando sua legalização.¹²⁹

A ação do Comitê Central era de fazer movimentações em paralelo, tanto na busca por diálogo com o governo do regime, buscando sua legalização, como avançar nas negociações com o PMDB, sucessor do MDB para as eleições para os governos estaduais.

“Não deixa de ser animador o fato do presidente anunciar que o processo de abertura política vai continuar, ingressando agora em uma segunda fase. Não faz muito tempo, ele declarara completado, como se desse por cumprido seu compromisso de levar a termo a democratização do país. Outro fator auspicioso é a confissão de que o governo não se sente capaz de resolver sozinho a crise que varre o país.”¹³⁰

O PCB, na articulação do processo eleitoral, atuava em diversos estados dentro do PMDB, inclusive com filiações a esse partido. Essa situação não era exclusividade do PCB, mas todos os partidos e movimentos comunistas na ilegalidade atuavam dentro de outras organizações partidárias. O PMDB, herdeiro do MDB aglutinava em seu interior além do PCB, o PCdoB e o MR8. O PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), que tinha dentre seus principais dirigentes o ex-membro do Comitê Central do PCB Apolônio Carvalho, estava dentro do PT. Ainda dentro do PT atuavam diversos militantes e grupos políticos herdeiros das organizações de enfrentamento à ditadura militar, organizações tanto de matriz social democrata como trotskistas, além de grupos oriundos das pastorais de base da igreja católica.

¹²⁹ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1981. Página 2. Portal http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&PagFis=20633&Pesq=PCB

¹³⁰DIAS. Giocondo. Os Objetivos dos Comunistas (Artigos, Entrevistas e um Depoimento Político). São Paulo, Novos Rumos. 1983. p. 119

Outra articulação que evidenciava as divergências entre o Comitê Central e Prestes ocorria na articulação da eleição em Pernambuco, onde Miguel Arraes despertava apoio de Prestes ao PCdoB, enquanto o PCB buscava articular o nome de Marcos Freire do PMDB.

2.1 – Eleições 1982

Os preparativos do congresso do PCB se somavam a campanha pela legalidade e as negociações sobre as eleições. Todo esse processo, contudo, estava permeado pelas divergências entre Prestes e o Comitê Central. E, nesse clima que se inicia o ano de 1982 para os comunistas brasileiros, com Prestes evidenciando suas críticas ao Comitê Central em seu aniversário, em princípio de janeiro e os principais dirigentes do Comitê Central viajando pelos estados para reforçar a campanha pela legalidade do partido.

Conforme as articulações eleitorais avançavam, se consolidava a divisão interna. A própria imprensa já mencionava o PCB como duas tendências, a do Comitê Central e a de Prestes, denominados na imprensa de *prestistas*.¹³¹

Em 4 de junho de 1982, o Jornal do Brasil informava que, a partir de uma fonte de dentro do Comitê Central, Prestes não era mais considerado membro do partido. Procurando dois dirigentes da comissão executiva do Comitê Central, Salomão Malina e Lindolfo Silva, ambos afirmaram que a situação de Prestes era muito delicada, pois havia infringido o estatuto do partido, mas que a situação dele seria resolvida no VII Congresso.¹³²

No dia seguinte, Prestes declarou ao Jornal do Brasil que não participaria do VII Congresso, pois não reconhecia o encontro nacional nem a direção, que segundo ele, conduzia o partido para o oportunismo e para o reformismo. Prestes não poupou críticas aos membros do Comitê Central, aos quais ele afirmava que conduziam o partido para posições à direita.¹³³

Nesse quadro de tensão crescente a decisão do Comitê Central do PCB de apoiar o candidato do PMDB a governador do Rio Miro Teixeira¹³⁴ potencializou as divergências, levando Prestes a se aproximar ainda mais de Brizola, que emitia fortes críticas ao PCB por apoio a Miro.

A proximidade entre Prestes e Brizola na campanha eleitoral de 1982 demonstrava a ruptura entre Prestes e o Comitê Central como um fato consolidado. Na

¹³¹ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 3 de maio de 1982. Página 3. Portal:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&PagFis=32421&Pesq=PCB

¹³² Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 4 de junho de 1982. Página 2. Portal:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&PagFis=32421&Pesq=PCB

¹³³ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 5 de junho de 1982. Página 4. Portal:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&PagFis=32421&Pesq=PCB

¹³⁴ Miro Teixeira substituiu enquanto candidato Saturnino Braga

prática Prestes já atuava como um dirigente sem partido, mas com seguidores, os prestistas, que, estavam participando de diferentes partidos, desde o PDT de Brizola até do PT. Prestes, inclusive, possui sua própria nominata de candidatos a deputados, que era diferente dos candidatos apoiados pelo PCB.

Daniel Aarão Reis descreve esse processo como a consolidação, em Prestes, da inevitabilidade da ruptura com os seus velhos camaradas, agora, nas palavras de Prestes, oportunistas e reformistas:

“O Velho, porém, parecia convicto do caminho escolhido, mesmo porque suas concepções e ideias realmente estavam a léguas de distância do que preconizavam seus ex-camaradas do PCB. Como poderia defendê-las sob uma disciplina que, mesmo afrouxada, ainda se mantinha, ao menos formalmente, através dos estatutos partidários? Como se submeter a uma direção que, para além de uma proposta política equivocada e inconsequente, cometera erros “de princípio”, afora o fato de estar mergulhada em numerosos “vícios” pelos quais não queria autocriticar-se? Restava perseverar, remando contra a corrente, nem que fosse necessário ficar “ao sol e ao sereno” do isolamento.”¹³⁵

A situação de Prestes com o partido se apressava para ser resolvida antes mesmo do VII Congresso, mas, pelos antagonismos das trajetórias traçadas e construídas entre o Comitê Central e seu antigo secretário geral. Contudo, o futuro de Prestes ainda era incerto. As declarações de Prestes endossavam a necessidade de um novo partido revolucionário, contudo, não como uma construção imediata. Pelo outro lado, dentro do Comitê Central do PCB, se fortaleceu uma unidade de preservação do partido contra os ataques públicos de Prestes, fortalecendo o núcleo dirigente articulado nas figuras de Giocondo Dias, como secretário geral, e de Salomão Malina, Givaldo Siqueira e Luiz Tenório, tendo ainda como referência Hercules Correa.

O núcleo dirigente que coordenava os trabalhos do Comitê Central e o conduzia até o VII Congresso, passando pela campanha eleitoral e por coordenar a reinserção do PCB nos movimentos sociais e sindicais, se fortalecia para dentro do partido como um grupo coeso, inclusive, reafirmando, na reta final da campanha, seu apoio aos candidatos do PMDB como um desdobramento da tática da transição democrática.

No dia 15 de novembro as eleições trouxeram, no Rio de Janeiro, a vitória de Brizola, derrotando Miro Teixeira do PMDB. Ou seja, o candidato apoiado por Prestes

¹³⁵ REIS. Daniel Aarão. Luís Carlos Prestes Um revolucionário entre dois mundos. Rio de Janeiro. Companhia das Letras. 2014 P. 378

ganhava do candidato apoiado pelo PCB. As declarações de Prestes seguintes as eleições confirmavam seu voto em Brizola e a acusação que o voto em Miro, no caso, indicados pelo Comitê Central do PCB, era um voto covarde.¹³⁶

No final de novembro de 1982, o jornal A Tribuna da Imprensa apresentava um balanço das candidaturas apoiadas pela esquerda organizada, inclusive contrapondo Giocondo Dias a Prestes em seus candidatos. A matéria começava por apresentar um quadro em que a chamada “esquerda organizada”, PCB, MR8 e PCdoB foram derrotadas nas eleições de 1982 através dos candidatos que estas apoiavam. O ponto positivo para a esquerda, segundo a matéria, eram os candidatos apoiados por Prestes que obtiveram um maior sucesso nas urnas.

“Embora não seja possível separar o prestígio eleitoral de Luiz Carlos Prestes da força de Brizola, que empurrou o desconhecido PDT, o fato é que os candidatos apoiados pelo antigo secretário geral do PCB tiveram ótimo desempenho eleitoral. Jacques Dornellas, sargento cassado do exercito, está entre os prováveis eleitos para a câmara. Eduardo Chuay, um dos mais votados, e Afonso Celso estão eleitos deputados estaduais, e outro candidato que Prestes apoiou no interior Baby Bocaiuva - , numa aliança quase tão inexplicável quanto a de Miro com Giocondo, também se elegeu. Prestes fez ainda seu vereador no Rio, Antônio Pereira, e mais Emir Ahmed, além de espalhar vereadores em municípios interioranos, como Niterói, Magé, Macaé, Teresópolis, Caxias e São Gonçalo.

Já a participação dos candidatos de Giocondo Dias no PMDB foi lamentável. O candidato oficial do Coletivo Dirigente do PC à câmara, Hercules Correa, ficou num dos últimos lugares, Marcelo Cerqueira e Modesto da Silveira, que tentavam a reeleição também perderam. O desempenho dos candidatos lançados ou apoiados pelo Partidão para a assembleia legislativa não foi melhor. Alves de Brito, no comitê de quem Giocondo se instalou, não foi reeleito. As últimas esperanças ficaram por Heloneida Studart, ainda com chance de reeleição, embora, por ironia disputa a vaga com outro candidato do seu grupo, Godofredo Pinto. Um outro, Ciro Kurtz, cassado em 69, também perdeu.

Para a câmara municipal do Rio o resultado também não foi melhor, o principal candidato apoiado pela esquerda, Alberto Rajão, perdeu, Sergio Granja também. De todos os esquerdistas lançados pelo PMDB o único eleito vereador foi Sergio Cabral...”¹³⁷

O resultado eleitoral apresentava o PCB, nas candidaturas que este assumiu como derrotado diante de um Prestes, que apoiou candidaturas próprias, ou seja,

¹³⁶ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 16 de Novembro de 1982. Página 19. Portal:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&PagFis=32421&Pesq=PCB

¹³⁷ Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 29 de Novembro de 1982. Página 3. Portal:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_04&PagFis=10683&Pesq=PCB

independente do Partido, fortalecido. O resultado também demonstrava que cada vez mais os caminhos de Prestes e do novo núcleo dirigente, que conduziria tanto o processo congressual, como a reorganização do PCB em sua reinserção no processo democrático que cada vez mais se abria, seriam diferente.

Em paralelo a esse distanciamento de Prestes do partido, os chamados renovadores também saíam do PCB, diante da consolidação do chamado centro, o setor nucleado em Giocondo Dias, Salomão Malina e Givaldo Siqueira.

2.2 – Os Renovadores

O conflito com Prestes não foi o único problema que precisou ser administrado pelos membros do Comitê Central do PCB. Desde o exílio se gestavam também divergências incentivadas pelo que se convencionou a chamar, de maneira pejorativa, *eurocomunismo*¹³⁸.

O historiador Raimundo Santos em seu *Pecebismo Inconcluso* nomeia os membros do PCB acusados de serem eurocomunistas, mas que se consideravam renovadores do partido, tanto no aspecto teórico como no desdobramento da teoria na ação prática do partido.

“Alguns desses renovadores tinham larga tradição no PCB, como Armênio Guedes; a maioria, porém, provinha da militância mais recente da passagem dos anos 50 para a década de 60, como Ivan Ribeiro, Luiz Werneck Vianna, Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Aloisio Teixeira, Leo Lince, Maria Lúcia T. Vianna, Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira, Mauro Malin, Nemésio Sales, Milton Freitas, e muitos outros jovens intelectuais de vários estados. Seu itinerário comum nesta experiência renovadora foi o de se empenharem no que, com o tempo, eles mesmos foram chamando de "batalha das idéias”¹³⁹

Cabe mencionar que o próprio Raimundo Santos se considerava um dos renovadores do PCB e que, como os demais, defendiam que, sobre o processo revolucionário, deveriam prevalecer mais os aspectos processuais do que de ruptura, e que a democracia deveria não apenas ser um instrumento tático, mas estar inserida na própria estratégia revolucionária.

Milton Temer, que enquanto estava no exílio integrou a assessoria de imprensa do PCB sob a assistência e direção de Armênio Guedes afirmou em conversa sobre os renovadores dos anos 1980, que o exílio de alguns dirigentes e militantes em tarefas de assessoria em países como França e Itália possibilitou o contato com um comunismo

¹³⁸ Cabe informar que o termo eurocomunismo não foi usado de forma pejorativa ou acusatória em todos os casos. Na Europa, dirigentes do Partido Comunista Italiano, assim como do Partido Comunista Francês e do Partido Comunista Espanhol, assumiam de forma positiva o termo, como um contraponto ao comunismo soviético ou simplesmente como uma nova interpretação do comunismo.

¹³⁹ SANTOS, Raimundo. *O Pecebismo inconcluso*. Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1992. P. 38

renovado dos PCs desses países, o chamado eurocomunismo, o que possibilitou inclusive pensar aspectos nacionais do processo revolucionário brasileiro, para além de cópias de manuais.¹⁴⁰

A “acusação” de eurocomunistas foi usada tanto por Prestes quanto pelo setor que passaria a hegemonizar o núcleo dirigente do PCB no princípio dos anos 1980. Tal acusação buscava imputar aos chamados renovadores “desvios” reformistas, os identificando com Partidos Comunistas da Europa Ocidental, em destaque o Partido Comunista Italiano e o Partido Comunista Francês.¹⁴¹

Desde a volta do exílio foi travado um conjunto de debates, muitos dos quais ganharam exposição pública, através de órgãos de imprensa tais como o *Jornal do Brasil* e *A Tribuna da Imprensa*, e que expunham elementos divergentes acerca do entendimento do papel do Partido Comunista na nova fase política brasileira, a redemocratização, e sua tática e estratégia revolucionária. A tese acerca da democracia como valor universal desenvolvida por Carlos Nelson Coutinho serviu como forte elemento unificador desse setor. O próprio debate sobre o papel da democracia na ação prática do PCB viria a ganhar maior destaque a partir da publicação das resoluções do VII Congresso do PCB em 1984, contudo, em um momento em que tal setor não mais se encontrava no partido.

Para Ivan Pinheiro, que viria a ser eleito para o comitê Central no VII Congresso e era um dos principais dirigentes sindicais do partido nos anos 1980, os renovadores que haviam se articulado no entorno da figura de Armênio Guedes e no jornal *A Voz Operária*, partia da análise que era possível no Brasil desenvolver a luta pelo socialismo a articulando à luta pela democracia, e com isso criar uma alternativa ao autoritarismo das classes dominantes.

A disputa interna que se desenvolvia no interior do Comitê Central do PCB entre três setores, Prestes e seus seguidores, o centro, articulado no secretariado executivo nacional, com Giocondo Dias, Malina, Givaldo e Teodoro Severino de Melo, e o terceiro, os renovadores, estava desenhada, contudo, segundo Ivan Pinheiro, o setor com mais apelo junto a base do partido era o chamado centro, que se colocavam tanto

¹⁴⁰ Milton Temer se recusou a gravar entrevista, apenas conversar sobre o assunto. Conversa realizada em dezembro de 2019.

¹⁴¹ Não é objetivo dessa dissertação aprofundar o debate acerca dos pressupostos teóricos e políticos dos chamados renovadores, assim como também não aprofundar os pressupostos sob os quais estavam sendo acusados, mas, localizar um setor no interior do PCB que, em suas figuras centrais, como Armênio Guedes, buscaram influenciar a reorganização do PCB no processo de redemocratização, sendo um polo oposto a Prestes e seus seguidores e também críticos ao setor, que se convencionou chamar de centro, nucleado por Giocondo Dias, Salomão Malina, Givaldo Siqueira e Severino Teodoro de Melo.

internamente como externamente como defensores da linha política do VI Congresso e do partido contra ataques públicos, no caso de Prestes, e contra os “desvios eurocomunistas” por parte dos renovadores.¹⁴²

Ao longo dos anos de 1982 e 1983 os chamados renovadores em sua grande maioria saíram do PCB diante da consolidação do setor articulado no entorno de Giocondo Dias e Salomão Malina no processo do VII Congresso.

¹⁴² Entrevista com Ivan Pinheiro cedida em Janeiro de 2020.

Capítulo III

O VII Congresso Nacional do PCB e a reorganização do núcleo dirigente do PCB

Em 7 de maio de 1981 o Jornal do Brasil noticiava com destaque o lançamento das teses do VII Congresso do PCB, que haviam sido tornadas públicas há dias pelo órgão central do partido, o jornal a Voz da Unidade. A reportagem dava ênfase a discussão sobre a luta armada, em que acentuava que o partido aprofundaria uma crítica à luta armada, e, que buscava a construção de um partido de massas, nacional e democrático, posição que rebatia parte da crítica feita pela ditadura à legalização do PCB.

A própria movimentação de expor publicamente as teses era encarada pelo Comitê Central como uma forma de mostrar ao conjunto de população que o PCB não tinha nada a esconder e que devia ser legalizado. A reportagem concluía demonstrando novamente a divergência entre Prestes e o Comitê Central e que, acreditava, ser um dos pontos em destaque no congresso.

Apesar do PCB ser um quase sexagenário, esse era apenas o VII Congresso Nacional de sua história. Cabe ainda informar que todos os seis congressos anteriores foram realizados em condições distintas, nunca possibilitando plenas condições de debates e discussões, contudo, elementos organizativos comuns foram mantidos, dentro do possível, em todos os congressos.

Um congresso para um partido aos moldes do PCB possui um conjunto de elementos que são comuns no seio de organizações comunistas vinculadas à experiência soviética. A confecção do temário, assim como as teses a serem debatidas e que servem de base para a resolução congressual, documento máximo organizativo e político de um Partido Comunista e a organização do processo congressual, são atribuições exclusivas do Comitê Central.

Esses elementos, apesar de sofrerem influência dos processos políticos e conjunturais com os quais o PCB estava inserido, foram, na medida do possível, mantidos ao longo dos congressos. Com exceção do primeiro congresso, que teve aspectos de um encontro federativo dos diversos grupos comunistas que viriam a fundar o partido, tendo como tema as 21 condições de adesão a III Internacional, ou seja, não

possuíram teses orientadoras do debate, os demais congressos tiveram mais semelhanças, apesar dos rigores conjunturais, do que diferenças.¹⁴³

A convocação do VII Congresso se dá numa quadra adversa, com o Comitê Central duramente desfalcado pelas mortes ocorridas durante a ditadura, 1/3 dos membros do CC foram assassinados nos anos 1970, e os demais membros, que voltaram do exílio, haviam trazido nas bagagens intensas divergências. Dessa forma, as teses, produzidas pelo Coletivo Nacional de Dirigentes do PCB, o que na prática significava o núcleo dirigente constituído ao longo dos últimos dois anos, refletiam as avaliações e construções desses membros. Eram teses únicas, ou seja, esse núcleo dirigente usava das prerrogativas do Comitê Central de apresentar o temário e as teses do congresso.

O processo congressual deveria, a partir do lançamento das teses, ocorrer em todas as organizações de base e comitês estaduais do Partido, com a construção de emendas e modificações ao texto original e eleição de delegados ao Congresso Nacional. Contudo, o núcleo dirigente vislumbrava que uma das dificuldades de organizar o processo congressual, seria a construção da legitimidade, duramente atacada por Prestes, de normatizar e dirigir o congresso.

“As teses não pretendem abarcar o universo dos problemas nacionais, nem esgotar aqueles que abordam. O seu objetivo é oferecer um ponto de partida para um amplo debate nacional”¹⁴⁴

Com essa consideração era aberto o caderno de teses, lançadas em junho de 1981. Os temas em debates eram apresentados ao conjunto da militância, assim como as discussões que guariam os debates.

¹⁴³ O I Congresso do PCB, de fundação, ocorreu entre 25 e 27 de Março de 1922 a partir da articulação de diversos grupos comunistas que enviaram representações para o congresso. O II Congresso do PCB realizou-se no Rio de Janeiro nos dias 16, 17 e 18 de maio de 1925, onde o Comitê Central elaborou as teses e as normas congressuais. Tal congresso já foi composto por delegados eleitos nas diferentes células do partido, sendo precedido por etapas nos estados. O III Congresso do PCB ocorre entre os dias 29 de dezembro de 1928 e 4 de janeiro de 1929 em Niterói, mantendo a estrutura e normas congressuais do II. O IV Congresso ocorre somente em 7 a 11 de novembro, em São Paulo. O V Congresso ocorre em agosto de 1960, apesar do partido não possuir registro legal, o congresso ocorre em clima aberto, no auditório da Associação Brasileira de Imprensa, ABI. Foi o congresso em que ratificou a linha política adotada na Declaração de Março de 1958. O VI Congresso ocorre durante os primeiros anos da ditadura, em dezembro de 1967, marcado por cisões acerca do enfrentamento a ditadura militar e sob intensa clandestinidade. Demoraria mais 15 anos até a convocação do VII Congresso.

¹⁴⁴ Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas. Teses para um debate nacional de comunistas pela legalidade do PCB. São Paulo. Editora Juruá. 1981. p. 15

O documento era estruturado em eixos de debates apresentando pontos de discussões sobre a situação internacional, o quadro econômico e social do Brasil, o caminho da revolução brasileira, a luta contra a ditadura e pelas liberdades democráticas, e, terminava com um manifesto sobre o direito dos comunistas a legalidade, concluindo com um documento apontando que partido deveriam os comunistas construir.

Essa parte final do documento trazia uma forte crítica a Luiz Carlos Prestes, apontado como um dos principais responsáveis pelos equívocos e desvios esquerdistas do partido.

“Responsável em grande medida por estes desvios, o camarada Prestes fugiu a autocrítica e na Carta aos Comunistas respondida pelo coletivo dirigente, nas diferentes entrevistas que vem concedendo no país, etc., negou o caráter revolucionário do PCB e de sua orientação política, lançou-se contra o coletivo dirigente e o partido, promovendo fracionismo e o liquidacionismo. Prosseguiu divulgando orientação pessoal, editando jornal próprio, estimulando a formação de outra organização e tentando obter apoio político de partidos comunistas de outros países.

Estas suas atitudes vem sendo rejeitadas pelos comunistas. Enquanto isto, o coletivo dirigente continua convidando-o para discutir suas divergências, segundo os princípios dos comunistas, mas encontra de sua parte seguidas recusas, sob a alegação de estar em minoria.

Esta conduta expressa a crise ideológica pequeno burguesa no seio dos comunistas – Prestes colocou-se como porta voz desta crise. Com consciência disto, o coletivo de dirigentes – sem concessões políticas – insistirá ao máximo para debater com Prestes, oferecendo-lhe, em nome dos comunistas, todas as possibilidades para que volte atrás e reconheça os seus erros.”¹⁴⁵

As teses apresentavam em sua análise a reconfiguração internacional da conjuntura, com elementos que buscavam estabelecer uma identidade entre a conjuntura de redemocratização brasileira com o processo de evolução na política de distensão, ou “détente”, ou seja, o relaxamento nas tensões internacionais entre a URSS e os EUA. Na questão nacional as teses apresentavam a crise econômica como um desdobramento da política econômica desenvolvida durante a ditadura e como consequência da pressão internacional do imperialismo norte americano. Apresentava o socialismo como uma necessidade para a realidade brasileira, contudo, colocava como questão imediata a

¹⁴⁵ Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas. Teses para um debate nacional de comunistas pela legalidade do PCB. São Paulo. Editora Juruá.1981. p.105

conquista das liberdades democráticas. Outro debate que permeava todo o conjunto de discussão das teses era a questão democrática, apresentadas não apenas como elemento tático, mas como também estratégico para a ação dos comunistas brasileiros.¹⁴⁶ O documento apresentava a necessidade da constituição de uma ampla frente democrática para garantir a transição e a redemocratização do país.¹⁴⁷

A crise entre Prestes e o Comitê Central agravava a cada novo desdobramento político, se evidenciando publicamente com as declarações de Prestes a cada nova ação do comitê central que ele discordava, conseguindo aglutinar militantes descontentes com a linha política do partido.

Nos dias seguintes da publicação das teses do congresso, a imprensa, tanto no Jornal do Brasil, como na Tribuna da Imprensa, noticiava que Prestes alegava que não apenas não participaria do VII Congresso do PCB, como o denunciaria como uma farsa.¹⁴⁸

De fato, os meses seguintes foram marcados pelo aprofundamento das críticas entre Prestes e o Comitê Central. No centro das polêmicas as questões acerca da realização do VII Congresso, das articulações eleitorais e sobre a luta do partido pela legalidade.

Salomão Malina, um dos principais organizadores do processo congressual, criticava a maneira com a qual Prestes conduzia sua divergência e as tornava públicas:

“A divergência no interior de um partido é um fenômeno normal e não foi esta a primeira vez que Prestes divergiu da maioria da direção. O problema reside em que, divergindo da maioria esmagadora dos camaradas da direção, ele passou a trabalhar contra ela – este é o fato novo. Prestes pretendeu impor o peso do seu inegável prestígio, a significação de sua personalidade carismática para determinar certos rumos políticos. Este fator é grave: a tentativa de romper com a direção colegiada em proveito de uma orientação de cunho pessoal”¹⁴⁹

¹⁴⁶ A questão democrática como eixo de debate evidenciava a discussão sobre a via revolucionária brasileira.

¹⁴⁷ Ver em Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas. Teses para um debate nacional de comunistas pela legalidade do PCB. São Paulo. Editora Juruá.1981

¹⁴⁸ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 9 de maio de 1981. Página 3. Portal http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&PagFis=24485&Pesq=PCB

¹⁴⁹ MALINA. Salomão. Questões históricas e atuais do PCB. São Paulo. Editora Novo Rumos. 1986. P.

Ainda em setembro e outubro era noticiado que o pedido de filiação de Prestes ao Partido dos trabalhadores estava sendo avaliado pela direção nacional deste partido. Essa notícia seria posteriormente negada pelo próprio Prestes.¹⁵⁰

A filiação de Prestes ao PT chegou a ser anunciada na imprensa a partir de informação da própria presidência do PT do Rio de Janeiro, na ocasião José Eudes. Contudo, em nota Prestes negou que estava entrando no Partido dos Trabalhadores, o que gerou, por parte de dirigentes do PT, declarações contra Prestes. Lula, principal dirigente do PT chegou a afirmar que Prestes era o Jânio Quadros da esquerda.¹⁵¹

Por mais que a ida de Prestes para o PT não se confirmasse, a permanência dele no PCB estava seriamente comprometida. Tanto seus aliados, como seus adversários dentro do Comitê Central apontavam que Prestes estava completamente isolado dentro do partido. Caía ainda sobre Prestes a acusação de que não acatava as decisões do partido, e agia por conta própria, inclusive incentivando ataques a direção do partido.

Tanto a pauta eleitoral, em processo, como a organização do congresso se misturava, evidenciando mais as divergências, cada vez mais inconciliáveis entre Prestes e o novo núcleo dirigente do Partido.

O fato de Prestes ter apoiado publicamente candidatos diferentes dos apoiados formalmente pelo PCB apenas tornava cada vez mais público que faltava somente a formalização do desligamento de Prestes do PCB.

¹⁵⁰ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1981. Página 2. Portal.

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&PagFis=31150&Pesq=PCB

¹⁵¹ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1981. Página 2. Portal.

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&PagFis=31150&Pesq=PCB

3.1 – O VII Congresso e a Alternativa Democrática para a crise brasileira.

Nesse clima de tensão envolvendo Prestes e seus seguidores, o novo núcleo dirigente que se formatava *pari passu* a organização do processo congressual e do partido para as eleições e as críticas dos renovadores, um novo fator ainda ocorreria em 1982 para abalar ainda mais o PCB.

A realização do congresso do partido foi frustrada pela ação dos órgãos de segurança, que utilizando da Lei de Segurança Nacional, impediram a realização do VII Congresso, prendendo diversos dirigentes e membros do Partido.

A reunião de abertura do congresso estava marcada para ocorrer em São Paulo no dia 13 de dezembro. O congresso reunia delegados eleitos em organizações de base do partido, num total de 86. Todos os membros do congresso foram detidos. Alguns foram liberados depois de algumas horas, contudo alguns ficaram presos por três dias enquanto os órgãos de segurança apuravam detalhes sobre a reunião congressual.

“O processo de transição política, contudo, ainda mostrava limites claros, como ficou evidenciado na malograda tentativa de realização do VII Congresso do PCB. Forçando as margens legais, e de forma aberta, reuniram-se, em 13 de dezembro de 1982, 86 delegados, eleitos em todo o país, entre eles, Dinardo Reis, Teodoro de Mello, Régis Fratti, Almir Matos, Armênio Guedes, Hércules Corrêa, Zuleika Alambert e David Capistrano da Costa Filho. No planejamento dos líderes do Comitê Central, seria o fechamento de um ciclo. Não vingou. A Polícia Federal estourou o evento, prendendo as cerca de cem pessoas que se encontravam reunidas nas dependências da Editora Novos Rumos, no edifício Thomas Edison, na praça Dom José Gaspar, no centro da cidade de São Paulo. Todos enquadrados na Lei de Segurança Nacional.”¹⁵²

Prestes, que havia passado o ano de 1982 afirmando que não participaria do congresso, não estava entre os membros presos. Contudo, entre protestos contra a prisão não deixou de acusar o Comitê Central de irresponsável por construir um congresso ainda sob a lei de segurança nacional e em espaço público. Prestes afirmava que não

¹⁵² REIS. Daniel Aarão. Luís Carlos Prestes Um revolucionário entre dois mundos. Rio de Janeiro. Companhia das Letras. 2014 P. 387

havia sido convidado a participar do encontro. Para Prestes, a responsabilidade dessas prisões era do Comitê Central que havia confiado na evolução democrática da transição feita pela ditadura.¹⁵³

Ao jornal Tribuna da Imprensa Prestes acusa tanto a ditadura por um ato de violência em prender os membros do PCB como de irresponsáveis os membros do Comitê Central do partido por tentar organizar um congresso ainda sob a lei de segurança nacional.¹⁵⁴

O VII Congresso do PCB assim como sua legalidade teria de esperar ainda mais, o congresso somente ocorreria em janeiro de 1984, e a legalidade do PCB somente em 1985, contudo, nesses dois momentos Prestes não mais estaria entre seus velhos camaradas. Seria lembrado no VII Congresso, mas apenas para formalizar que não mais pertencia aos quadros do PCB. Seria considerado auto excluído, pois havia se recusado participar do processo. De fato, o ano de 1983 consolidou o total afastamento de Prestes do PCB. Naquele ano, Prestes manteria sua agenda de reuniões, convites a debates e eventos políticos, contudo, não mais pelo PCB e muito menos em eventos do partido. A crise política interna do Comitê Central, tornada pública a partir da volta dos dirigentes do exílio formatou uma transição de cerca de dois anos no núcleo dirigente central do partido. Prestes, que desembarca no aeroporto do Galeão como secretário geral e publicamente reconhecido como principal dirigente comunista brasileiro, perde espaço para velhos camaradas, que o substituem, alegando sua ausência, o que era um fato, já que recusava participar das reuniões do Comitê Central, e vê um novo centro político se formando dentro do Comitê Central, tendo na figura de Giocondo Dias o secretário geral, mas, uma mudança que também modificava a forma de ação da estrutura desse órgão, que passava a ser mais colegiada, tanto em seus pronunciamentos públicos como nas articulações políticas.

Durante as divergências com o próprio Prestes esse expediente foi o mais usado, sempre respondendo as declarações de Prestes coletivamente, não como um Comitê Central, mas pessoas, dirigentes, como membros do Comitê Central, dando nome e sobrenome aos posicionamentos do partido. O próprio Giocondo Dias, em seu livro, *Os Objetivos dos Comunistas*, teve de se justificar o porquê não se pronunciava

¹⁵³ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro 14 de dezembro de 1982. Página 4. Portal: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&PagFis=32421&Pesq=PCB

¹⁵⁴ Jornal A Tribuna da Imprensa, 14 de dezembro de 1982. Página 1. Portal: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_04&PagFis=10683&Pesq=PCB

publicamente mais vezes, sendo considerado um dirigente de perfil mais interno e sendo chamado em entrevista de “o grande mudo”.¹⁵⁵

Contudo, o processo de redemocratização e a própria campanha pela legalidade do PCB seriam, depois do gradativo e lento afastamento de Prestes, o grande desafio desse novo núcleo. Conseguiriam se consolidar e apresentar o PCB a sociedade brasileira em processo de redemocratização?

¹⁵⁵ DIAS. Giocondo. Os Objetivos dos Comunistas (Artigos, Entrevistas e um Depoimento Político). São Paulo. Novos Rumos. 1983. P. 109

3.2 – A Alternativa por escrito: A Alternativa Democrática Para a Crise Brasileira, a expressão escrita do novo núcleo dirigente.

O VII Congresso Nacional do PCB depois de tanta divergência acerca de sua realização virou caso de polícia. Contudo, não pelas divergências e disputas internas ao Comitê Central, mas pelo enquadramento dos participantes do congresso na lei de segurança nacional.

A realização do VII Congresso ficaria para outro momento, contudo, tal fato não reduziria as disputas sobre o entendimento acerca do congresso.¹⁵⁶

Em linhas gerais o documento do congresso “Uma Alternativa Democrática Para A Crise Brasileira”¹⁵⁷ apontava a necessidade da permanência da unidade nacional das forças democráticas em torno da luta contra a ditadura através do caminho eleitoral, compreendido como único possível. Conclamava a convocação de uma assembleia constituinte, revogação da Lei de Segurança, que imitava a atuação de grupos de oposição no país, e a volta das liberdades de organização e políticas, assim como a de legalização dos partidos políticos. Apontava à democracia como pré-requisito para a luta pelo socialismo. Cabe mencionar que desde o golpe militar em 1964 as liberdades democráticas foram suspensas em medidas como proibição de funcionamento de partidos, o país havia entrado no bipartidarismo, ou seja, o regime admitia somente dois partidos oficiais, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), os demais partidos havia sido suspensos e cassados em seu registro. A lei de segurança nacional, constituída na ditadura ainda estava em pleno funcionamento no período de redemocratização, e mesmo com a anistia e a volta dos exilados, a lei ainda estava em vigor.

O documento descrevia a crise geral do capitalismo e a inevitável vitória do socialismo que já teria demonstrado ao mundo sua superioridade¹⁵⁸. O documento ainda

¹⁵⁶ A frente entrei na discussão sobre a legitimidade do modelo de congresso organizado pelo Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas, o Comitê Central.

¹⁵⁷ As resoluções do VII Congresso receberam o nome de Uma Alternativa Democrática Para a Crise Brasileira.

¹⁵⁸ PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (Documento). Uma Alternativa Democrática Para a Crise Brasileira: Encontro nacional Pela Legalidade do PCB. São Paulo, Novos Rumos. 1984. p. 48 a 51.

questionava a escalada belicista dos EUA e o perigo para a humanidade representada por tais práticas.¹⁵⁹

No plano da ação política, o documento ao caracterizar o Brasil como um país dominado pelo grande latifúndio, por monopólios articulados no Estado e a forte presença do imperialismo dos EUA, ou seja, carecia ainda de um projeto de desenvolvimento nacional, com foco na industrialização e num processo de urbanização. Sobre o campo, o documento apontava que ainda era preciso realizar uma reforma agrária, superando a estrutura baseada em latifúndios por pequenas propriedades e cooperativa. Todo esse processo deveria ser articulado pela aliança dos trabalhadores com setores nacionalistas e desenvolvimentistas da burguesia brasileira, dessa forma, apontava a necessidade de unificar os trabalhadores inclusive com setores da burguesia, também explorada pelo imperialismo, para superar a contradição em questão, que ainda não era a contradição capital e trabalho, mas, nacional democrático contra o imperialismo e o latifúndio. Segundo o documento, tanto o imperialismo quanto o latifúndio impediam desenvolvimento pleno nacional.

“(...) A derrota desta aliança reacionária requer a conquista do poder político pelo povo brasileiro e transformações radicais no sistema econômico, social e político do país, de caráter antiimperialista, antimonopólio e antilatifúndio, capazes de suprimir os obstáculos históricos que impedem a transição para socialismo, o progresso social e a democracia real”.¹⁶⁰

A revolução era apontada como pacífica, buscando excluir formas insurrecionais de luta, numa consequência da linha política da declaração de março de 1958, por meio do qual o PCB rompia com a formulação do IV Congresso sobre a revolução como um processo de luta armada. Seu projeto era da permanência da “frente democrática” como forma de eliminar os resquícios autoritários do Estado brasileiro, devendo, por tanto, priorizar alianças dentro do setor democrático.

¹⁵⁹ Essa discussão não era exclusiva do PCB, os demais Partidos Comunistas do mundo haviam, nos anos 1980, assumido como uma dos eixos de trabalho a luta contra a ameaça nuclear criando diversos comitês internacionais em defesa da paz. No Brasil, o PCB havia criado o CONDEPAZ, Conselho Nacional Em Defesa da Paz, que atuava numa federação internacional, o Conselho Mundial da Paz, composto por organizações similares ativas e mobilizadas por PCs de todo mundo. Ver em <http://www.wpc-in.org/about-wpc> Portal do Conselho Mundial da Paz.

¹⁶⁰ PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (Documento). Uma Alternativa Democrática Para a Crise Brasileira: Encontro nacional Pela Legalidade do PCB. São Paulo, Novos Rumos. 1984. p.157 e 158.

“Nas condições atuais do mundo e do Brasil, existe a possibilidade real de o processo revolucionário brasileiro atingir os seus objetivos por caminhos que excluam a luta armada, a insurreição e a guerra civil”¹⁶¹

No documento, porém, é possível identificar nuances das contradições vivenciadas internamente pelo PCB. A própria questão da democracia, em várias ocasiões exaltada como ponto central da luta e em outros momentos é apresentada enquanto limitada em seu caráter liberal, indicando a necessidade do PCB através do proletariado construir e conquistar a hegemonia no interior da frente democrática para poder levar adiante as transformações econômicas necessárias para transformar o Brasil num país democrático de fato.

“Empenhando-se para que esta possibilidade (via democrática) se materialize, pois é mais favorável aos trabalhadores, os comunistas levam em consideração que a escolha dos meios para libertar o país e transformar sociedade brasileira não depende exclusivamente do proletariado e dos seus aliados, o que lhes impõe a necessidade de dominar outras formas de luta...
A necessidade de conquista e ampliação da democracia política, no curso do processo revolucionário, decorre da própria natureza dos objetivos imediatos e finais da classe operária e do caminho para alcança-los. Entretanto, a luta pela democracia não se desenvolverá nem vencerá divorciada do empenho para renovar social e economicamente a sociedade brasileira e sem a construção de um bloco de forças capaz de fazê-lo.”¹⁶²

O PCB identificou a necessidade da unidade tática de todos os setores oposicionistas à ditadura, ao imperialismo estadunidense e seus associados, não apenas no campo institucional, ou seja, candidatos e partidos vinculados ao imperialismo norte americano, mas estendendo ao conjunto dos movimentos sociais. Tal formulação confirmava um documento de um ano antes, 1983, sobre os sindicatos e que apresentava como justificativa para a não composição da CUT em 1983 e de priorizar alianças sindicais mais amplas do que as feitas no âmbito da CUT.

¹⁶¹ PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (Documento). Uma Alternativa Democrática Para a Crise Brasileira: Encontro nacional Pela Legalidade do PCB. São Paulo, Novos Rumos. 1984. p.160

¹⁶² PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (Documento). Uma Alternativa Democrática Para a Crise Brasileira: Encontro nacional Pela Legalidade do PCB. São Paulo, Novos Rumos. 1984. p. 161

“(…) A característica do desenvolvimento capitalista no Brasil faz da política social elemento componente decisivo da orientação econômico-financeira. Por isso, o movimento sindical, ao lutar contra as profundas injustiças sociais que o capital impõe aos trabalhadores, se defronta com as questões do desenvolvimento econômico, de governo e de regime. Esse fato coloca a necessidade do movimento sindical de fazer alianças com diferentes segmentos da sociedade para enfrentar e resolver suas reivindicações (…)”¹⁶³

Como agravante, o PCB, que após uma participação decisiva na formação do movimento que culminaria na CUT, fazendo parte inclusive da comissão executiva nacional do Pró – CUT, através de Ivan Pinheiro, presidente do sindicato dos bancários do Rio, havia decidido em 1983 não participar da formação da CUT e ainda buscar impedir sua criação:

“Somos contrários, na atualidade, à criação da Central Única dos Trabalhadores porque o movimento sindical está dividido, não construiu um sistema de alianças na sociedade e nem dispõe de uma ampla base de massas, inclusive porque é um sindicalismo de cúpula e não penetrou de forma organizada nas empresas”¹⁶⁴

Para Ivan Pinheiro em depoimento cedido a Hiran Roedel, historiador e autor da biografia de Ivan Pinheiro,

“(…) A Ideia era apostar na unidade sindical mais ampla. A partir daí, recebi a incumbência do Partido de evitar, no I Conclat,¹⁶⁵ em 1981 a criação da CUT. Em 1983, no outro Conclat, mais uma vez nos posicionamos contra sua criação e aí houve um racha no movimento e foram realizados dois congressos: o que criou a CGT e o que criou a CUT (…)”¹⁶⁶

Contudo, independente da posição do PCB, a CUT seria criada. E a recusa do Partido em compor a nova central contribuiu para que o PCB voltasse a participar dos

¹⁶³ COLETIVO NACIONAL DE DIRIGENTES COMUNISTAS (documento): Os Rumos do Sindicalismo Brasileiro: em “Voz da Unidade”, nº 158, de 23-6-83

¹⁶⁴ COLETIVO NACIONAL DE DIRIGENTES COMUNISTAS (documento): Os Rumos do Sindicalismo Brasileiro: em “Voz da Unidade”, nº 158, de 23-6-83

¹⁶⁵ Conferencia Nacional da Classe Trabalhadora.

¹⁶⁶ Depoimento de Ivan Pinheiro em: ROEDAL, Hiran. Atitude Subversiva: Biografia de Ivan Pinheiro. Rio de Janeiro. Fundação Dinardo Reis, 2000. p. 52 e 53

movimentos sociais de forma isolada da “nova esquerda”, que tinha no centro o PT, partido que hegemonizava a nova Central Sindical.¹⁶⁷

O PCB passaria a buscar aliança prioritária com setores do chamado “campo democrático”, nucleada pelo PMDB¹⁶⁸, como apontava a resolução do VII Congresso, que na prática apenas referendava o bloco de alianças que o Partido constituía desde as eleições de 1982, quando apoiou os candidatos a governadores do PMDB e inscreveu seus candidatos ao legislativo nessa organização.

“A maior parte das forças oposicionistas continua a sustentar a bandeira da luta pela derrota do regime atual e de sua substituição por um regime democrático, pela via da convocação de uma assembleia Nacional Constituinte. Outras forças, entretanto, furtam-se a esse compromisso. Organizadas em certa medida no PTB, PDT e PT, preocupam-se, sobretudo com a conquista de espaços próprios nas instituições e nos movimentos de massas como se o regime, mesmo limitadamente, já fosse democrático. Além disso, sobretudo durante a campanha eleitoral, concentraram seus ataques contra o PMDB e desenvolveram planos para dividi-lo...

Essas diferenças de enfoque político tem sua correspondência na conceituação da frente de forças que corresponderia às necessidades do atual período do processo político brasileiro. Enquanto a maior parte das forças democráticas, entre as quais se encontra a maioria do PMDB continua a defender uma ampla frente para levar a cabo a transição para a democracia, outros setores tendem a uma proposta de frente nacionalista ou de esquerda, ao lado dos que consideram ultrapassado o período frentista e preconizam o momento dos partidos – como se fossem excludentes.”¹⁶⁹

Havia nesse período, e se arrastaria pela década de 1980, uma prioridade de unidade com o PMDB e setores do “centro”. Assim, os comunistas do PCB, se ausentavam de participar de movimentos que pudessem causar alguma tensão na transição democrática, priorizando uma unidade com “setores democráticos”.

O documento terminava a análise apontando as possibilidades de soluções possíveis para a redemocratização se consolidar¹⁷⁰. Existia a possibilidade do retrocesso, ou seja, setores golpistas dentro do regime contrários a democratização efetuarem um auto golpe, ou seja, substituir a cúpula política por setores militares contrários a

¹⁶⁷ MAZZEO. Antônio Carlos. Sinfonia Inacabada. A Política dos Comunistas no Brasil. São Paulo. Boitempo. P.175.

¹⁶⁸ PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (Documento). Uma Alternativa Democrática Para a Crise Brasileira: Encontro nacional Pela Legalidade do PCB. São Paulo, Novos Rumos. 1984. p. 173

¹⁶⁹ PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (Documento). Uma Alternativa Democrática Para a Crise Brasileira: Encontro nacional Pela Legalidade do PCB. São Paulo, Novos Rumos. 1984. p. 171.

¹⁷⁰ PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (Documento). Uma Alternativa Democrática Para a Crise Brasileira: Encontro nacional Pela Legalidade do PCB. São Paulo, Novos Rumos. 1984. p. 176.

abertura, e “fecharem” novamente o regime. Uma segunda alternativa seria um processo de auto reformas, em que os militares associados a setores da burguesia pactuariam um processo de reformas palacianas, ou seja, sem a participação do movimento democrático nem do movimento de massas. E a terceira, a qual o documento apontava acreditar ser a mais possível, uma saída negociada, em que o movimento de massas e democrático conseguiria avanços sociais e institucionais que obrigaria o governo a recuar, iniciando um processo de negociações envolvendo os setores populares, democráticos e até mesmo representantes do regime.

Na perspectiva da saída negociada para o processo de abertura democrático, o documento apontava que o PCB deveria construir uma campanha por uma constituinte a partir da manutenção da frente ampla democrática e a construção, no plano dos movimentos de massas, de um programa comum voltado para a democracia e desenvolvimento nacional.

O documento terminava com um balanço dos problemas vividos pelo Partido no processo de abertura. Sobre Prestes, a resolução apontava, segue na íntegra, a seguinte deliberação:

“Responsável em grande medida por esses desvios (sectarismo e esquerdismo), o camarada Prestes fugiu à autocrítica e na Carta Aos Comunistas, nas diferentes entrevistas que vem concedendo, etc., nega o caráter revolucionário dos comunistas que agora lutam pela legalização do seu partido e da sua orientação política, lança-se contra o coletivo de dirigentes, promove o fracionismo e o liquidacionismo. Prossegue divulgando orientação pessoal, editando jornal próprio, animando a formação de outra organização e tentando obter apoio político de partidos comunistas de outros países.

Estas atitudes foram rejeitadas pelos comunistas. Por seu turno, o Coletivo de Dirigentes convidou-o reiteradamente a discutir as suas divergências, segundo os princípios e métodos dos comunistas, mas só encontrou da sua parte seguidas recusas, sob a alegação de estar em minoria.

Este comportamento expressa a crise do caudilhismo e do golpismo no seio dos comunistas brasileiros – Prestes colocou-se como porta voz desta crise. Com consciência disto, depois de o Coletivo de Dirigentes ter insistido ao máximo para debater com Prestes e oferecer-lhe, em nome dos comunistas, toda as oportunidades para que voltasse atrás e reconhecesse os seus erros, e diante do abandono, pelo camarada Prestes, das suas funções e da sua posição abertamente contrária aos nossos métodos e objetivos, resolvemos considera-lo afastado das fileiras dos comunistas brasileiros. ao mesmo tempo, proclamamos a nossa disponibilidade e a nossa expectativa em face de um eventual retorno do camarada, à base da sua autocrítica.

O afastamento do camarada Prestes de nossas fileiras é desfavorável à revolução, aos comunistas e ao próprio camarada. Consideramos prejudiciais ao

movimento comunista às atividades fracionistas e liquidacionistas, que ele obstina em desenvolver”¹⁷¹

O documento prossegue apontando outros balanços como as debilidades internas do partido, e conclui deliberando que o Partido deveria promover uma ampla campanha de massas com o objetivo de legalizar o Partido, “O PCB é Legal!”

A Alternativa Democrática Para a Crise Brasileira foi publicado somente em fevereiro de 1984, 14 meses depois da tentativa, frustrada pela ação policial, de organização do congresso, que, somente seria realizado, enquanto sua reunião final em janeiro de 1984. O texto é atribuído ao Coletivo Nacional de Dirigente Comunistas, que incorporou as contribuições dos debates organizados em todo país. Contudo, hoje, 36 anos depois, Comunistas que na ocasião participaram do processo, tendo dois casos afirmados, informalmente, que a redação final foi uma sistematização feita por José Paulo Netto¹⁷², dirigente do partido na ocasião, que havia sistematizado as teses originais e alguns elementos de debates, surgidos no ano de 1983. O mesmo nega ter escrito na íntegra, e afirma que somente colaborou com a redação, embora, pessoas próximas a ele, afirmam que de fato o autor seria mesmo José Paulo Netto.

Sobre o VII Congresso, Anita Prestes na biografia que escreveu sobre o pai:

“Circulou com grande repercussão a notícia que Prestes teria sido expulso do PCB durante o VII Congresso. Giocondo Dias, reeleito secretário geral, declarou de pronto não ter havido expulsão e que Prestes fora considerado afastado das fileiras dos comunistas brasileiros, pois ele próprio se autoexpulsara.”¹⁷³

De fato, Prestes não estava expulso, mas, na sua condição de afastado não se reuniria mais com o PCB.

¹⁷¹ PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (Documento). Uma Alternativa Democrática Para a Crise Brasileira: Encontro nacional Pela Legalidade do PCB. São Paulo, Novos Rumos. 1984. p. 161

¹⁷² José Paulo Netto, na ocasião era professor da PUC de São Paulo e membro do Partido no Estado de São Paulo. No VII Congresso José Paulo Netto é eleito membro do Comitê Central. Atualmente José Paulo Netto é professor aposentado da Escola de Serviço Social da UFRJ.

¹⁷³ PRESTES, Anita Leocádia. Luiz Carlos Prestes. Um comunista brasileiro. São Paulo. Boitempo. 2015. P.523

3.3 – Polos anulados.

Todo o processo que antecedeu a realização do frustrado VII Congresso do PCB cumpriu um papel de transição final de um núcleo dirigente para outro. Nesse período, que se inicia com a volta do exílio e vai até dezembro de 1982 foi possível acompanhar o isolamento de dirigentes, membros do Comitê Central e personalidades até então incontestáveis na direção do partido e que, nesse processo perderam espaço dentro da estrutura partidária.

José Milton Pinheiro, em sua tese de doutorado, qualifica que esse processo de substituição de Prestes aprofundou a tomada do núcleo dirigente pelo que ele identifica como pântano do Comitê Central, utilizando de uma expressão pejorativa aplicada por Vladimir Lenin ao se referir a um centro político do Comitê Central que se exime de tomar posições e tende a se somar a maioria. No caso, no PCB, o pântano, ou centro, não se associou a uma maioria constituída, mas se constituiu como maioria diante dos setores francamente em disputas.¹⁷⁴

Por mais que a disputa entre Prestes e parte do Comitê Central do PCB tenha ganhado grande destaque na imprensa, e inclusive em estudos sobre o partido, tanto do ponto de vista historiográfico como na perspectiva política¹⁷⁵, outras disputas nesse período contribuíram para o definhamento do velho núcleo dirigente e para a formatação de um novo. A saída dos chamados renovadores também impactou o partido, retirando do debate um setor crítico ao novo núcleo dirigente.

O VII Congresso, convocado para dezembro de 1982, foi interrompido em sua abertura pela polícia e pelos órgãos de segurança sobre o pretexto de que aquela “reunião” infringia a lei de segurança nacional, já que o PCB continuava ilegal e sem registro junto aos órgãos do Estado. Contudo, ao lado da repressão policial, o congresso foi marcado pelas repercussões do embate entre parte do Comitê Central e Luiz Carlos Prestes. Se, por um lado os membros do Comitê Central com destaque público comunicavam que a situação de Prestes seria resolvida no congresso, onde esperavam a

¹⁷⁴ SOUZA, José Milton Pinheiro. O PCB e a ruptura das tradições: dos impasses das formulações no exílio ao exílio da política no Brasil (1971 – 1991) Tese de doutoramento no departamento de Ciências Políticas da PUC São Paulo. P.158

¹⁷⁵ A saída de Prestes do PCB teve fortes repercussões políticas na esquerda brasileira, para além do fato de ser uma personalidade de destaque na história política brasileira e de ser um dos mais conhecidos dirigentes da esquerda no país, sua saída motivou reagrupamentos na esquerda, tanto com a saída de diversos militantes do PCB, vinculados a Prestes, os prestistas, como a recolocação desses militantes em outros grupos políticos. O próprio Prestes viria a se tornar presidente de honra do PDT.

presença do ex-secretário geral para tratar as divergências, Prestes, por sua vez, anunciava que dificilmente participaria do congresso, que para ele seria um ato burocrático, sem debates profundos e sem presença maciça da militância do partido, situações condicionadas ainda pela condição de ilegalidade dos comunistas. Prestes como anunciado por ele próprio não compareceu, e o congresso também acabou não ocorrendo. Quadro que, por sua vez, jogava na indefinição a resolução da disputa, criando um cenário de afastamento progressivo, sem perspectiva de encontro para a tão esperada resolução dessa crise.

“Os dissidentes não participaram do VII Congresso, que se realizou entre dezembro de 1983 e janeiro de 1984 sob a fachada de Encontro Nacional Pela Legalidade do PCB. Anteriormente, em dezembro de 1982, houve uma tentativa de realiza-lo, mas foi bruscamente interrompido pela Polícia Federal que invadiu a sede do jornal a Voz da Unidade e prendeu todos os presentes. Os dissidentes veem esse congresso como uma farsa preparada para a aprovação das teses defendidas pelo Comitê Central ”¹⁷⁶

Prestes manteve os ataques ao Comitê Central e à linha aplicada pelo partido, o Comitê Central também mantinha o discurso do período pré VII Congresso, acusando Prestes de desrespeitar a estrutura e a organização. Segundo Edmilson Costa, atual secretário geral do PCB, na ocasião dirigente do partido em São Paulo e membro de uma comissão auxiliar aos trabalhos do Comitê Central na área econômica, em uma entrevista ao Instituto Caio Prado Jr, os membros do Comitê Central exploravam a ação e as declarações de Prestes para solidificar a unidade no entorno deles.

“no momento em que o agora ex-secretário geral abandona o partido e apela às bases, abre espaço para que a maioria do Comitê Central se afirmasse como defensora da unidade do partido e acusasse Prestes de indisciplina e de desrespeitar as instâncias partidárias. Como se sabe, os comunistas operam tendo como norma orgânica o centralismo democrático. Romper com o partido e chamar à rebelião das bases era o pretexto que os membros do Comitê Central queriam para isolar Prestes e o acusar de divisionista. Isso explica porque o apelo de Prestes não teve grande ressonância dentro do partido.”¹⁷⁷

¹⁷⁶ SILVA, Antonio Ozaí da . História das Tendências no Brasil (Origens, cisões e propostas). São Paulo: Proposta Editorial, 1987. P.156

¹⁷⁷ INSTITUTO CAIO PRADO JR. Novos Temas: Revista de debate e cultura marxista Nº 7.2012. ICP. São Paulo. 2012. P.242.

Embora Prestes, no princípio de sua luta aberta contra membros do Comitê Central os acusasse de se alinhar ao chamado campo renovador, os eurocomunistas do PCB como ficariam conhecidos, tal alinhamento de fato não se operou. Um novo núcleo dirigente organizado no entorno de Giocondo Dias e Salomão Malina, se consolidaria justamente nas lutas contra Prestes e os prestistas e contra os eurocomunistas do campo renovador, os afastando de seu principal instrumento de ação política, tanto internamente como para fora, a edição do jornal a Voz da Unidade.

“Prestes e alguns outros segmentos do partido colocaram-se contra uma campanha pela legalidade, por que achavam que no Brasil não poderia haver democracia, que a única saída seria o socialismo, e por isso não tínhamos motivos para travar uma luta pela legalização do PCB. Houve outro segmento do partido que também se colocou contra a campanha pela legalidade, porque não compreendia que, dentro da luta geral da qual participam os comunistas, pela democracia, nós desempenhamos um papel particular, com direito a aparecer de público, ao lado das demais forças políticas e disputar com legenda própria o apoio popular.”¹⁷⁸

Se por um lado à equação com Prestes foi resolvida com o gradativo afastamento da vida política e orgânica do partido, com os renovadores a resolução da disputa se deu em dois momentos, o afastamento da equipe do jornal a Voz da Unidade e num segundo momento com a saída de Armênio Guedes do partido.

Raimundo Santos narra que no segundo semestre de 1981¹⁷⁹ alguns renovadores ainda participam das discussões sobre as teses congressuais:

“Leandro Konder: Força e fraqueza das Teses. Lições do caso Prestes. Opção radical pela democracia (suplementos Debates Nº64, 10. 6/7/81); Aluísio Teixeira: Discutindo os Fundamentos das Teses pela Legalidade (Debate Nº73); Lino Santana (R. Santos): As bases e o específico da política dos comunistas (Debate Nº82); Marco Aurélio Nogueira: As teses que não temos. A cultura no ostracismo. O Partido que temos. Do Partido que temos ao Partido que queremos. (Debate Nº86); Luiz Werneck Vianna: Sobre a tática e a estratégia das teses (Debate Nº87); Manuel Z. Gustavo: O futuro da política dos comunistas no Brasil (Debate Nº 89); Mauro Malin: Duas concepções no debate do PCB (Debate Nº91); Milton Freitas: A democracia como questão concreta

¹⁷⁸ MALINA, Salomão. Questões históricas e atuais do PCB. São Paulo. Editora Novo Rumos. 1986. P.

57

¹⁷⁹ As teses foram lançadas em maio de 1981

(Debate N° 92 e 93); Rafael Alvarez: Reflexões sobre o atual debate (Debate N° 94); e outros.¹⁸⁰

Os renovadores, no debate congressional apresentavam divergências tanto com o conjunto das teses, apontadas por eles como limitadas para a construção de um partido mais “vivo” e “condizente” com um país em processo de redemocratização, como críticas a organização em si, que não conseguia se colocar a “altura” das novas tarefas.

Raimundo Santos narra algumas tribunas de debates, descritas a cima, para evidenciar o quadro irreconciliável que estava se dando no processo congressional. Para Raimundo, Leandro Konder apontava os limites do documento em não aprofundar a crítica as experiências socialistas do leste europeu e abordava de forma ufanista a influência do socialismo no mundo, além de omitirem que o problema de Prestes era produzido pelo tipo de partido, centralizador e personalista. Konder, segundo Santos, ainda tece forte crítica ao afastamento de Armênio Guedes da Comissão Executiva do Comitê Central, que, para Konder, foi uma tentativa de conciliar com o “prestismo” que permanecia dentro do PCB. Konder terminava por propor a subordinação da questão nacional, nas teses, a questão democrática, apresentando como opção a ação do PCB a radicalidade democrática, ou seja, fortalecer o processo de redemocratização nacional não apenas como um elemento para superar os entulhos da ditadura, mas como elemento estratégico para o socialismo. Já na tribuna de Aluísio Teixeira, Raimundo descreve que Aluísio defendia a superação total do stalinismo, que, impedia o livre debate interno e coagia militantes divergentes. Aluísio ainda afirmava, segundo Santos, que a via stalinista de revolução deveria ser substituída por uma via renovada e democratizante.¹⁸¹

Contudo, para Raimundo Santos, coube à tribuna de Luiz Werneck Vianna apresentar de maneira mais formal as sínteses dos renovadores e dos debates que estes acumularam.

“A atualidade do grupo estava, ai se dizia, em afirmar claramente que as teses, ou seja, a direção pecebista na oportunidade do VII Congresso deixava passar o

¹⁸⁰ SANTOS, Raimundo. O Pecebismo inconcluso. Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1992. P. 43

¹⁸¹ SANTOS, Raimundo. O Pecebismo inconcluso. Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1992. P. 44

bonde da história e deixava de preparar a inserção do PCB na complexa sociedade capitalista brasileira, ao não atender à necessidade de uma outra política, ajustada a novo país que surgia da modernização capitalista forçada pelo autoritarismo.”¹⁸²

Vianna, segundo Santos, apontava que a não sofisticação na análise sobre o desenvolvimento do capitalismo brasileiro impossibilitava a construção de uma intervenção qualificada, forçando o PCB a repetir jargões e palavras de ordem.

Raimundo Santos afirma que:

“Até a marginalização desse significativo grupo em fins de 1983, no ápice do longo período das discussões preparatórias para o VII Congresso do PCB, não havia ocorrido ainda uma oportunidade de explicitação das diversas teses do pensamento renovador”¹⁸³

Armênio Guedes, principal articulador dos renovadores no interior do Comitê Central sai do PCB em 1983, depois de acumular um conjunto de divergências com o Comitê Central do Partido. Até então, Guedes havia figurado entre os principais e mais influentes dirigentes do PCB, contudo, depois da demissão e da desarticulação da equipe do jornal Voz da Unidade, e de seu afastamento da comissão nacional executiva do Comitê Central, Guedes passou a divergir cada vez mais com as movimentações do Comitê Central do partido, questionando tanto a relutância em abraçar a centralidade da questão democrática como também, assim como Prestes, questionando o caráter do congresso e sua efetividade num quadro de ilegalidade.¹⁸⁴ Armênio fazia coro com as críticas de Prestes de que um congresso realizado nessas condições de ilegalidade fragilizaria o debate, criando decisões artificiais ou então que representasse uma pequena minoria.

Com a interrupção do congresso pela polícia em dezembro de 1982, o Comitê Central organizado como Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas decidiu em reunião que realizaria o congresso mesmo que isso ocorresse sem uma plenária

¹⁸² SANTOS, Raimundo. O Pecebismo inconcluso. Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1992. P. 5

¹⁸³ SANTOS, Raimundo. O Pecebismo inconcluso. Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1992. P. 47

¹⁸⁴ SANTOS, Raimundo. (organizador). O Marxismo Político de Armênio Guedes. São Paulo. Fundação Astrojildo Pereira. 2012. P. 133.

unificada. A solução apresentada pelo Comitê Central seria de realizar diversas reuniões aos moldes de grupos de debates reduzidos e que o resultado desse conjunto de debates fosse sistematizado por uma comissão do Comitê Central. Tal medida sofreu dura crítica de Armênio Guedes, que narra sua divergência:

“Um mês ou dois depois me chamaram para uma reunião lá, que iam continuar a reunião do congresso. “Mas como, se estamos sendo processados”. “Não. A gente faz reunião dos delegados nos seus locais, três num canto, quatro no outro”. “Mas isso não pode ser. Assembleia é uma coisa. Se você divide a assembleia em vários grupos, até em congresso se faz isso, você faz as assembleias nas comissões, depois tem que vir a plenário. O plenário é uma coisa, as pessoas separadas é outra. Eu posso convencer uma plenária. E como é que eu posso convencer pessoas que estão reunidas em grupos distintos”.¹⁸⁵

Armênio Guedes relata que a partir dessa divergência ele percebeu que já não mais havia espaço para ele tanto no Comitê Central como no próprio partido. O Comitê Central, para Guedes, reproduzia práticas autoritárias e antidemocráticas, com uma linha política afastada da realidade do processo político brasileiro, o PCB estava cada vez mais burocratizado. Prossegue Guedes descrevendo sua reunião com Comitê Central :

“Realmente, a partir do congresso-farsa eu sabia que estavam cortadas as nossas ligações no Comitê Central , porque éramos pessoas que discordavam. Já estavam preparando a lista para o próximo Comitê Central . uma eleição fraudulenta, parcelada, botavam cinco num canto, cinco no outro, foi uma lista preparada por eles, homologada em pequenos grupos e em diferentes lugares e cidades do Brasil. Acho que nunca houve nada parecido. Podia até se fazer uma coisa declaradamente arbitrária. O arbítrio às vezes é uma forma de você resolver coisas, você assumindo a responsabilidade de que é arbítrio em plena consciência de que é arbítrio, e quando a situação se normalizar, isso seria normalizado. Mas você vê que levaram quatro anos para fazer um novo congresso”.¹⁸⁶

¹⁸⁵ MALIN, Mauro. Armênio Guedes: Um Comunista Singular. Rio de Janeiro. Ponteio. 2018. P.476

¹⁸⁶ MALIN, Mauro. Armênio Guedes: Um Comunista Singular. Rio de Janeiro. Ponteio. 2018. P.477

Armênio Guedes, que chegou a ser considerado pela imprensa como um dos possíveis sucessores de Prestes, assim como o ex-secretário geral, também encerrava sua militância no PCB.

Anita Prestes na biografia de Prestes descreve o que ela considera um último golpe em Armênio Guedes:

“Em setembro de 1983, as hostes do PCB foram abaladas por nova crise, cujo desfecho foi a destituição pelo CC de onze dirigentes do Coletivo Estadual de São Paulo, seguida pelo rompimento de Armênio Guedes, ex – membro da Executiva Nacional do partido. Era mais uma vitória do pântano sobre os chamados renovadores, então definitivamente excluídos das fileiras partidárias.”¹⁸⁷

Ainda em princípio de 1983, Guedes é convidado a uma reunião no Comitê Central, em que narra, em sua biografia, organizado por Malini, um interrogatório o qual foi submetido, conduzido pelo núcleo dirigente que se consolidava no interior do Comitê Central: “Estavam Dias, o Malina, o Givaldo, o Melinho (Severino Teodoro Melo), o Saad, o Hercules, o Geraldo (Geraldão) e mais alguns.”¹⁸⁸ Nesse dia Armênio Guedes, ao sair da reunião se retira do partido.

Raimundo Santos descreve que não apenas os renovadores, como todos os demais críticos são derrotados no VII Congresso.

“As ideias deste outro grupo renovador dos anos 1980, também derrotado dentro do partido pela aliança do setor majoritário pragmático do Comitê Central com a sua ala mais ortodoxa.”¹⁸⁹

Tanto Prestes e seus prestistas, como Armênio Guedes e seu renovadores saíram do PCB. Enquanto Prestes criticava a aproximação do Comitê Central às teses do chamado Eurocomunismo, apresentando o que ele entendia como desvios de direita, críticas presentes tanto na sua Carta aos Comunistas como em diversas declarações a

¹⁸⁷

¹⁸⁸ MALIN, Mauro. Armênio Guedes: Um Comunista Singular. Rio de Janeiro. Ponteio. 2018. P.479

¹⁸⁹ SANTOS, Raimundo. O Pecebismo inconcluso. Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1992. P. 39

imprensa, Armênio Guedes criticava justamente a não apropriação das teses da “questão democrática como central” pelo partido e sua dificuldade de se modernizar diante do novo quadro político nacional.

Salomão Malina, que emergia como nome forte dentro do Comitê Central e da Comissão Executiva Nacional, e organizador do secretariado nacional afirmava que com a resolução das divergências com os dois polos opostos, o PCB conseguiria adequar sua política as reais demandas daquela fase da luta política em curso no país. Era uma fala do setor que havia sido qualificado de *pântano*, de *centrão*, de *centro* e de *ortodoxo*, e que assumia a direção política do partido.

“Uma das dificuldades maiores foi a luta interna (...) de um lado, um segmento propugnando que a questão da democracia não existia, que estava fechada a solução para o quadro político do país por este caminho. Era mais ou menos essa a tese que o Prestes defendia, (...) por outro lado, um grupo de camaradas apontavam para o Brasil uma solução sem partido, desconhecendo o papel do partido comunista na luta pelo socialismo, ignorando a luta pela hegemonia no interior da frente democrática”¹⁹⁰

Para além das críticas dos dois polos opostos, emergia um novo núcleo dirigente, tendo a frente Giocondo Dias, Salomão Malina, Severino Teodoro de Melo, Givaldo Siqueira, Hercules Correa, Geraldo Rodrigues dos Santos e Fued Saad, superando nomes que nos anos 1970 e início dos anos 1980 haviam sido considerados sucessores de Prestes como Armênio Guedes e José Sales e que havia figurado fortemente tanto na comissão executiva nacional como no secretariado nacional do partido. Esse novo centro, que se consolidava diante da militância se apresentando como os defensores do partido diante dos ataques públicos feitos por dissidentes, sistematizariam e trabalhariam a nova linha política do PCB, que emergiria de um congresso sem assembleia ou plenária final, mas a partir de pequenas reuniões de grupos, que também homologariam o novo Comitê Central. Ao construir uma nova hegemonia, esse novo núcleo assumiu, ao se consolidar no centro da estrutura partidária, o monopólio de formulação política dessa organização. Essa nova maioria e sua tradução política seria sistematizada no documento Uma Alternativa Democrática Para a Crise Brasileira, a resolução do VII Congresso Nacional do PCB.

¹⁹⁰ MALINA, Salomão. Questões históricas e atuais do PCB. São Paulo. Editora Novo Rumos. 1986. P. 61

“O VII Congresso elegeu um Comitê Central – com codinome de Comissão Nacional Pela Legalidade do PCB – composto por 66 pessoas, trinta e três titulares e trinta e três suplentes. A executiva do partido composta por comunistas históricos, como Hercules Correa, Salomão Malina e Teodoro Melo, foi ampliada para doze cargos – anteriormente eram nove cargos, Giocondo Dias foi reeleito por unanimidade para a secretária geral do partido. Dos antigos dirigentes, apenas um não foi reconduzido, o vereador Luís Tenório de Lima, do PMDB paulista, que recebeu apenas cinco dos trinta e três votos que elegeu a executiva, ou seja, os titulares do Comitê Central . Paralelamente à queda de Tenório de Lima aconteceu a ascensão de Roberto Freire, do PMDB de Pernambuco, que foi eleito a executiva”¹⁹¹

Apesar da consolidação de Giocondo Dias como secretário geral do partido, o mesmo encontrava a saúde já abalada e, a idade já avançada não possibilitaria que cumprisse plenamente as funções do cargo, que por sua vez cada vez mais teria na figura de Salomão Malina o articulador. Segundo Edmilson Costa, em entrevista cedida para essa pesquisa, o Comitê Central funcionava como uma espécie de parlamentarismo, Dias, com a saúde abalada atuava com poderes cada vez mais simbólicos e Salomão Malina como uma espécie de primeiro ministro e articulador político.¹⁹²

“Com efeito, a luta pela legalidade do partido foi a última grande batalha travada por Giocondo Dias, que percorreu durante anos o país inteiro para conseguir viabilizá-la.”¹⁹³

Salomão Malina já havia ganho destaque desde as primeiras movimentações depois da volta do exílio, assumindo a linha de frente nas declarações públicas “em defesa do partido” e contra “os ataques de Prestes”. Dias, chamado inclusive de o mais silencioso dos dirigentes, possuía papel mais interno, de ser um unificador do partido. Dias, que jogou peso na tarefa de legalizar o partido, conseguiria ainda vê-lo legalizado, contudo, não conseguiria acompanhar o desdobramento desse processo. Ainda na

¹⁹¹ SILVA, Antonio Ozaí da . História das Tendências no Brasil (Origens, cisões e propostas). São Paulo: Proposta Editorial, 1987. P.157

¹⁹² COSTA, Edmilson. Entrevista cedida em março de 2019 para OLIVEIRA, Heitor Cesar.

¹⁹³ FILHO, Ivan Alves. Giocondo Dias. Uma vida na clandestinidade. Rio de Janeiro. Mauad. 1997. P. 149.

primeira metade de 1986 Dias desmaiaria numa reunião do partido, sendo diagnosticado com câncer no cérebro. Todo o tratamento foi feito na URSS, mas, mesmo assim, não resistiria mais dois anos. Morreria em setembro de 1987, três meses depois do VIII Congresso do PCB, espaço que, pela sua condição, não participou. Desde 1986 Dias se encontrava afastado das tarefas partidárias. Ivan Alves Filho narra uma reunião convocada por Malina no momento em que Dias voltava do tratamento na URSS:

“Ainda que muito debilitado, reuniu-se imediatamente, a sua chegada, com dois homens em sua casa, no Rio de Janeiro, Salomão Malina e Sergio de Moraes. De chofre, virando-se para Malina, Dias declarou: Eu acho que o melhor quadro do Partido é você. Qualquer coisa que aconteça quero que vocês saibam o que eu penso”¹⁹⁴

Voltando a 1984, o PCB agora tinha um Comitê Central eleito em congresso, por mais que contestado por adversários internos e ex membros¹⁹⁵, a nova direção se apresentava como legitimada através de um fórum formal do Partido, o congresso, e uma linha política, também definida no mesmo congresso, assim como um estatuto para adequá-lo as exigências de uma eventual legalização. Mesmo que ainda na ilegalidade, o PCB estava com todo seu instrumental preparado para buscar o registro e sua legalidade. Assim, o novo núcleo dirigente que emerge nesse processo mesmo possuindo diversos membros em sua composição que pertenciam a espaços de direção nacional desde o VI Congresso¹⁹⁶, agora se constituíam como um coletivo qualitativamente novo, efetivando uma ruptura, ou seja, a própria relação entre o cargo de secretário geral e o restante do corpo dirigente mudou. Agora, se evidenciava um corpo dirigente mais coletivo e menos centrado na figura do secretário geral.

O PCB, modificado nesse processo e aparentemente pacificado, iniciaria ainda nos primeiros meses de 1984 uma intensa campanha pela legalização do partido que, além de mobilizar a militância e simpatizantes trabalhará uma identidade unificada da organização, “O PCB é Legal!.

¹⁹⁴ FILHO, Ivan Alves. Giocondo Dias. Uma vida na clandestinidade. Rio de Janeiro. Mauad. 1997. P.152

¹⁹⁵ Essa contestação da legitimidade do congresso não repercutiu de forma mais acentuada nas bases do partido. Sua contestação se restringiu mais aos opositores internos do comitê central e aos renovadores.

¹⁹⁶ Ver anexo I

Conclusões

Essa pesquisa buscou construir uma dissertação perspectivando entender como se formou o núcleo dirigente do PCB que o conduziria até o momento de sua mais dramática crise, no início dos anos 1990. Desenvolvendo a hipótese de que o novo núcleo dirigente, por mais que tenham em sua composição diversos quadros históricos do PCB, muitos inclusive membros do Comitê Central pelo menos desde o V e VI Congressos do partido, se constituiu como uma ruptura e não como uma continuidade ou desdobramento do núcleo dirigente que dirigia o partido desde os anos 1960. Essa ruptura se deu em diversas dimensões tais como a mudança da relação da secretaria geral com os demais membros do Comitê Central, no período compreendido entre o IV Congresso até o exílio, a secretaria geral do partido era incontestável, tendo características centralizadoras da formulação e da ação política, o novo núcleo dirigente possuía características mais colegiadas, ou seja, as decisões e exposições eram mais coletivizadas. Outra mudança substantiva vem do fato de que os novos protagonistas eram considerados pelos seus opositores, dentro do Comitê Central como o pântano, dirigentes sem opiniões. Assim, outro detalhe que ao longo da pesquisa e da construção da dissertação se evidenciou é que o núcleo dirigente que sai vitorioso do processo de reorganização pecebista pós volta do exílio emerge diante das divergências dos dois principais polos em disputas do partido no momento, os prestistas e os chamados renovadores ou “eurocomunistas”, inclusive os anulando, se apresentado ao conjunto do partido como os defensores do PCB diante dos ataques de dissidentes.

Busquei nos documentos internos produzidos pelo Comitê Central do PCB assim como em entrevistas, tanto em órgãos internos ao partido (Voz da Unidade, Novos Rumos e etc.) como na imprensa em geral, entender o desenvolvimento da luta interna que se deu pela busca do controle político do Comitê Central, entendendo esse Comitê Central como o espaço que acumulava o monopólio do desenvolvimento da linha política do partido, ou seja, numa organização aos moldes do PCB, o Comitê Central possui atribuições exclusivas, como a de formular a linha política de intervenção do partido na sociedade, formular as teses que serão debatidas em processos congressuais e de dirigir o partido entre os congressos, com prerrogativas de fazer ajustes na linha política. Nesse sentido, assumir o núcleo dirigente do Comitê Central

garantia, além do peso político nesses processos descritos a cima, dirigir, dentro do Comitê Central esses processos.

O grupo político que se constitui como núcleo dirigente do PCB no processo do VII Congresso possui sua origem, ainda como setor auxiliar ou complementar, no processo de elaboração da linha política do PCB, que, como tratado no capítulo I, possui nomes como Prestes, Marighela, Mario Alves, Jacob Gorender dentre outros como principais formuladores, evidenciados na construção da declaração de março de 1958, como um setor que garante a maioria a nova linha política, garantindo com isso a aprovação e aprofundamento dos novos entendimentos acerca do desenvolvimento do capitalismo brasileiro e da tática e estratégia de superação do mesmo.

Esse setor, “coadjuvante” no Comitê Central, apontados como “centro” ganha espaço crescente a cada nova crise interna no Comitê Central do PCB, tais como o choque entre Marighela, Mario Alves, Apolônio Carvalho e outros destacados membros do Comitê Central e o restante da direção do partido no processo do VI Congresso e nas divergências acerca do entendimento e do enfrentamento a ditadura militar.

Ao longo dos anos 1970, principalmente a partir das divergências no exílio, esse setor, que não era uniforme, mas de composição fluida em sua formação, foi qualificado pela historiadora e antiga integrante do Comitê Central, Anita Prestes, como o pântano, se referindo a uma expressão utilizada por Vladimir Lenin para qualificar um setor silencioso do Comitê Central e avesso a se expor em divergências por receio de perder espaço.

Esse centro, chamamos assim, que possuía na figura de Salomão Malina sua referência, foi acusado por Prestes de se orientar pelo eurocomunismo (acusação pejorativa por parte do ex-secretário geral) e também foi acusado de ortodoxo pelos renovadores (eurocomunistas, na definição de seus adversários internos), que possuíam na figura de Armênio Guedes uma referência dentro da estrutura do Comitê Central, por serem avessos a mudanças no partido.

A ascensão desse setor de centro do Comitê Central foi algo inédito na história do PCB. Pela primeira vez, os coadjuvantes assumiam o protagonismo, ocupando espaço chave na elaboração da política e na condução da organização partidária. O centro alcançava o espaço de núcleo dirigente¹⁹⁷.

¹⁹⁷ Ao longo da história do PCB diversas rupturas e mudanças em seu núcleo dirigente traziam ao centro da vida política do órgão máximo dirigente do partido diversos quadros novos, dos quais muitos não ocupavam espaços de grande destaque na estrutura partidária, contudo, sempre referendados por figuras

O PCB que seguirá nos anos 1980 depois do seu VII Congresso não terá mais dentre seus quadros dirigentes e formuladores Luiz Carlos Prestes, Gregório Bezerra, José Sales nem Anita Prestes, assim como também não terá Armênio Guedes, Zuleika Alembert, Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder ou Luís Werneck Vianna, terá em seu centro político e organizativo como núcleo dirigente um adoecido Giocondo Dias, que apesar de seu grande prestígio como um dos remanescentes do levante de 1935, perde cada vez mais protagonismo, devido a sua condição de saúde para Salomão Malina acompanhado de Givaldo Siqueira, Hercules Correa, Severino Teodoro Melo. É incorporado a esse núcleo dirigente o deputado federal Roberto Freire, liderança do PCB em Pernambuco, eleito deputado federal pelo PMDB.

Com a saída de vários militantes ligados a Prestes, saída dos renovadores e com a conciliação de algumas divergências entre os demais “setores” do Comitê Central, as resoluções do VII Congresso foram publicamente apresentadas como a unificação do PCB, as divergências internas, pelos menos as mais agudas, como a entre o núcleo dirigente e os renovadores assim como as entre o Comitê Central e Prestes, eram apresentadas como superadas.

O Coletivo Nacional de Dirigentes do PCB, que a partir do VII Congresso passava a denominar-se de Comissão Nacional pela Legalidade do PCB, se ampliou de 31 titulares e 31 suplentes para o número de 66 membros, 33 titulares e 33 suplentes, e a executiva passou de 7 para 12 dirigentes. Ainda foi confirmado o nome de Giocondo Dias como Secretário geral, cargo que possuía desde o desligamento de Luiz Carlos Prestes da função. O processo do VII Congresso foi marcado pela formação do núcleo dirigente que conduziria o partido pelos anos 1980 até o processo da cisão em 1992.

Esse novo núcleo dirigente estabiliza o PCB em seu Comitê Central no entorno das resoluções do VII Congresso, a Alternativa Democrática Para a Crise Brasileira.

O monopólio de formulação política, a partir da consolidação enquanto núcleo dirigente pacificou o Comitê Central em sua composição, ou seja, os membros do antigo Comitê Central que mais evidenciavam polêmicas, internamente e publicamente, Prestes e Armênio Guedes, não estariam mais na direção.

de destaques dentro do partido. Outra ocasião onde ocorreu também uma mudança radical em seu núcleo dirigente, no final dos anos 1920, teve elementos distintos a mudança dos anos 1980. Nos anos 1920 a ruptura se deu inclusive para fora do comitê central, trazendo ao centro do comando político do partido militantes que não ocupavam espaço de dirigente, já no caso dos anos 1980, a ruptura se deu no espaço do comitê central.

A história do PCB possui diversas cisões, algumas mais dramáticas, como a do surgimento do PCdoB nos anos 1960, em que a influência dos debates do movimento comunista internacional possuiu forte fator condicionante, cisões motivadas por questões conjunturais ou táticas como as protagonizadas na segunda metade dos anos 1960, com saída de grupamentos no entorno de dirigentes como Marighela, Mario Alves, Apolônio de Carvalho, Jacob Gorender e outros. Contudo, o processo de divergência e disputa interna que gestou o VII Congresso do PCB e seu novo núcleo dirigente possuiu caráter de ineditismo, pois pela primeira vez o secretário geral do partido é deposto às vésperas do Congresso e não participa do processo, inclusive convocando uma rebelião das bases contra a direção. Além disso, foi gestado um novo núcleo dirigente que emergiu no interior da divergência entre Prestes e a maioria do Comitê Central e os renovadores. Essa dissertação buscou entender esse processo em desenvolvimento a partir das divergências no Comitê Central.

Dessa forma entendo que o Comitê Central do PCB pós volta do exílio dos seus principais dirigentes, se reconfigura a partir de um núcleo dirigente que descarta o papel de linha auxiliar, de centro, e assume o protagonismo, superando seus adversários, no entendimento deles, a esquerda e a direita, dos Prestistas e dos Renovadores, se apresentando ao conjunto da militância como defensores do Partido diante dos ataques públicos de seus opositores internos, formatando algo inédito no PCB enquanto núcleo dirigente. Em termos gerais podemos concluir que o centro chegou ao “poder”, deixando de ser linha auxiliar e assumindo o núcleo dirigente.

Anexo 1

Membros do Comitê Central eleitos no V Congresso Nacional em Agosto de 1960¹⁹⁸

1. Adalberto Timóteo
2. Agliberto Vieira de Azevedo
3. Agostinho Dias de Oliveira
4. Antônio Chamorro
5. Apolônio de Carvalho
6. Armando Ziller
7. Armênio Guedes
8. Astrojildo Pereira
9. Benedito de Carvalho
10. Carlos Marghella
11. David Capistrano da Costa
12. Dinarco Reis
13. Elson Costa
14. Francisco Antônio Leivas Otero
15. Geraldo Rodrigues dos Santos
16. Giocondo Alves Dias
17. Ivan Ramos Ribeiro
18. Jacob Gorender
19. Joaquim Câmara Ferreira
20. Lourdes Benaim
21. Lourival da Costa Vilar
22. Luís Tenório de Lima
23. Luiz Carlos Prestes
24. Manoel Jover Telles
25. Marcos Antônio Tavares Coelho
26. Mário Alves
27. Miguel Batista
28. Milton Caires de Brito

¹⁹⁸ CHILCOTE, Ronald H. Partido Comunista Brasileiro. Conflitos e Integrações. Rio de Janeiro. Graal, 1982. P.329 a 332

29. Orestes Timbaúva Rodrigues
30. Orlando Bonfim Júnior
31. Osvaldo Pacheco da Silva
32. Ramiro Luchesi
33. Renato Mota Oliveira
34. Roberto Morena
35. Sergio Costa
36. Zuleika Alambert

Comissão Executiva em 1960:

1. Armando Ziller
2. Carlos Marighella
3. Elson Costa
4. Geraldo Rodrigues dos Santos
5. Giocondo Alves Dias
6. Ivan Ramos Ribeiro
7. Luiz Carlos Prestes
8. Manoel Jover Telles
9. Marcos Antônio Tavares Coelho
10. Mário Alves
11. Orlando Bonfim Júnior
12. Ramiro Luchesi
13. Sergio Costa

Observação: Não há informação confirmada sobre quais seriam os suplentes eleitos no V Congresso, contudo, em junho de 1964 há um processo de cooptação para Comitê Central, incorporando novos membros na direção nacional.

1. José Francisco
2. Francisco Gomes
3. Antônio Ribeiro Granja
4. Sergio Holmos
5. Francisco Humberto
6. Luís Maranhão

7. Jaime Miranda
8. Isaac Schenoval
9. Moises Vinhas

Membros do Comitê Central eleitos no VI Congresso Nacional em Dezembro 1967¹⁹⁹

1. Agliberto Vieira de Azevedo
2. Antônio Chamorro
3. Antônio Ribeiro Granja
4. Aristeu Nogueira Campos
5. Armando Ziller
6. David Capistrano da Costa
7. Dinarco Reis
8. Élson Costa
9. Fernando Pereira Christino
10. Francisco Gomes Filho
11. Geraldo Rodrigues dos Santos
12. Giocondo Dias
13. Hercules Correia
14. Ivan Ribeiro
15. Jaime Amorim Miranda
16. João Massena de Mello
17. Luiz Carlos Prestes
18. Luís Ignácio Maranhão Filho
19. Luís Tenório de Lima
20. Marco Antônio Tavares Coelho
21. Moises Vinhas
22. Orestes Timbaúba Rodrigues
23. Orlando da Silva Rosa Bomfim Júnior
24. Osvaldo Pacheco da Silva
25. Ramiro Luchesi
26. Renato Oliveira da Motta

¹⁹⁹ REIS, Dinarco. A Luta de Classes no Brasil e o PCB (volume I e II). Rio de Janeiro, Fundação Dinarco Reis. 2011.

27. Salomão Malina
28. Sebastião Vitorino da Silva
29. Severino Teodoro de Melo
30. Walter de Souza Ribeiro
31. Zuleika D' Alembert

Suplentes

1. Adalberto Timóteo da Silva
2. Almir de Oliveira Neves
3. Amaro Valentim do Nascimento
4. Armênio Guedes
5. Dimas D' Anunciação Perrim
6. Fragmon Carlos Borges
7. Fued Saad
8. Givaldo Siqueira
9. Hiran de Lima Pereira
10. Humberto de Lucena Lopes
11. Itair Jose Veloso
12. Jarbas Holanda Pereira
13. José Salles
14. José Costa
15. José Mendes da Silva
16. Júlio de Souza Teixeira
17. Manoel Bittencourt Jardim
18. Manoel Isnard Teixeira
19. Manoel Soares Viana
20. Mário Schemberg
21. Moacir Longo
22. Nestor Veras
23. Otacílio Nunes Lopes
24. Paulino Vieira
25. Paulo Santana Machado
26. Renato Guimarães
27. Roberto Morena

28. Rui Antônio Barata
29. Theodoro Chercov
30. Vulpiano Cavalcante de Araújo
31. Kenceslau de Oliveira Moraes

Composição dos órgãos do CC, última composição antes dos ataques ao PCB²⁰⁰

Secretário Geral: Luiz Carlos Prestes

Secretário Geral Substituto²⁰¹: Giocondo Dias

Comissão Executiva:

Efetivos:

1. Luiz Carlos Prestes
2. Giocondo Dias
3. Orlando Bonfim
4. Osvaldo Pacheco
5. Hercules Correia
6. Marco Antônio Tavares Coelho
7. Salomão Malina

Suplentes:

1. Aristeu Nogueira Campos
2. Walter de Souza Ribeiro
3. Orestes Timbaúba

Secretariado do CC

1. Giocondo Dias
2. Aristeu Nogueira Campos
3. Fernando Pereira Christino
4. Itair Veloso
5. Givaldo Siqueira

²⁰⁰ “Operação Radar” que levou ao assassinato de 1/3 dos membros do Comitê Central do PCB e diversos outros dirigentes.

²⁰¹ Cargo provisório ocupado por Giocondo Dias enquanto Prestes partiu para o exílio.

Anexo 2 – Mapa dos dirigentes do PCB no exílio.²⁰²

Roberto Morena – Uruguai (1964 – 1967), Chile (1973), Tchecoslováquia (1973)

Sebastião Hoyos – Guina Francesa (1964)

Ana Montenegro – México e posteriormente na Alemanha Oriental (RDA) (1968)

Luiz Hildebrando Pereira da Silva – França (1968)

Heron de Alencar – França (1968)

Oscar Niemeyer – França (1968)

Gregório Bezerra – México (1969), URSS (1973)

Luiz Carlos Prestes – URSS (1971)

Armênio Guedes – Chile (1971), França (1971)

Zuleika Alembert – Chile (1971), França (1973)

Armando Ziller – Argentina (1971), Tchecoslováquia (1973)

Anita Leocádia Prestes – URSS (1973)

Francisco Inácio de Almeida – URSS (1973)

Giocondo Dias – URSS (1975)

Severino Theodoro de Melo – URSS (1974)

Hercules Correa – URSS (1974), Portugal (1978)

Milton Temer – URSS (1972), Hungria (1974), França (1975)

Enoir de Oliveira Luz – URSS, Portugal

Carlos Nelson Coutinho – Itália

Ivan Ribeiro – Itália

Marco Moro – Bélgica

Leandro Konder – Alemanha

Sinval Bambirra – Alemanha (1964)

Lindolfo Silva – Tchecoslováquia

Roberto Ferraz do Amaral – Portugal

José Paulo Netto – Portugal

Aluísio Nunes Ferreira da Silva

Agliberto Azevedo – França (1971)

Antônio Carlos Peixoto - França

Mauro Malin – França

²⁰² BARCELOS. Thatiana Amaral de. A Imprensa do PCB editada no exílio: Informação, Identidade e Militância. Dissertação de mestrado Unirio. Rio de Janeiro, 30 de abril de 2013

Anexo 3 – Núcleo dirigente do PCB²⁰³

A denominação de núcleo dirigente nunca foi apreciada de forma oficial em documentos internos do PCB, contudo, o termo surge em obras oficiosas, versões e opiniões sobre determinados momentos do PCB efetuadas por militantes e antigos dirigentes do PCB²⁰⁴.

1º núcleo dirigente: Os fundadores.

Articulado em torno de Astrojildo Pereira, principal organizador do Congresso de Fundação do PCB e diretor da revista Movimento Comunista, que apesar de ser anterior a fundação do PCB, seria incorporada como órgão de imprensa teórica e de reflexão comunista do Partido. São nomes com destaque desse núcleo dirigente além de Astrojildo Pereira, Abílio de Nequete, Cristiano Cordeiro, Otávio Brandão, Leôncio Basbaum.

Esse núcleo inicial sofre seu desgaste com a realização do primeiro encontro latino americano dos Partidos Comunistas em 1929 que efetua dura crítica, influenciado pelo debate e disputa interna soviética, ao PCB, inclusive orientado a mudança na composição do Comitê Central .

O PCB passa por um período com intensas modificações na composição de seu núcleo dirigente a partir de então, e recebendo forte influência da Internacional Comunista. Esse período de modificações em sua estrutura dirigente não consolida nenhum núcleo dirigente. Com a derrota do levante de novembro de 1935 e a dura repressão que se seguiu, o partido se desarticula quase que completamente, não conseguindo manter um órgão de direção unificado e sobrevivendo a partir da atuação local de diversos grupos sem grandes articulações nacionais. Com a Conferência da Mantiqueira em 1943 surge um novo núcleo dirigente a partir dos embates entre os comunistas de São Paulo e os da Bahia.

²⁰³ REIS, Dinarco. A Luta de Classes no Brasil e o PCB (volume I e II). Rio de Janeiro, Fundação Dinarco Reis. 2011; ALMEIDA, Francisco Inácio (org.). O último secretário: a luta de Salomão Malina. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2002. CARONE, Edgar. O P.C.B. 1964 – 1982 volume 3. São Paulo. Difel. 1982

²⁰⁴ Utilizarei da expressão para expor um setor interno do Comitê Central com maior poder de influência nas decisões do organismo de direção nacional do Partido. Esse núcleo dirigente ao longo dos anos do PCB sofreu um conjunto de modificações.

2º núcleo dirigente: 1945 – 1958

A consolidação de um novo núcleo se dá no entorno de dirigentes que assumem tarefas centrais na reestruturação partidária. Esse núcleo envolve Prestes, que ainda estava preso na ocasião da conferência da Mantiqueira.

São membros desse núcleo dirigente Diógenes Arruda, Carlos Marighela, João Amazonas, Mauricio Grabois, Agildo Barata, Dinarco Reis.

Esse núcleo dirigente exerceu forte influência no trabalho Comitê Central tanto no período democrático de 1945 – 1947, onde o PCB se tornou uma grande força política de massas, elegendo diversos parlamentares, como no período posterior, onde o partido tem seu registro e seus parlamentares cassados, voltando a clandestinidade. Foi desse núcleo dirigente a inflexão na política do partido de autocrítica de 1948. Esse núcleo começa a se desarticular no curso dos debates acerca do relatório Krushev de 1956, sendo na prática, segundo Dinarco Reis superado na ocasião da elaboração da Declaração de Março de 1958.

3º núcleo dirigente: 1960 – 1967:

Com o afastamento de dirigentes (João Amazonas, Mauricio Grabois, Ângelo Arroyo, Pedro Pomar, Diógenes Arruda e outros) como consequência das discussões e disputas políticas iniciadas com o relatório Krushev, foram designados substitutos para cargos no secretariado e na executiva do Partido, dessa forma passaram a integrar os círculos internos e o núcleo dirigente do Partido os seguintes dirigentes Marighela, Mario Alves, Calil Chade, Jacob Gorender e Giocondo Dias. Para além desses dirigentes que assumiam tarefas centrais na condução do partido, os redatores da declaração de março de 1958 também assumiam papel de forte influenciadores nos rumos do CC, eram eles, os já mencionados, Giocondo Dias, Mario Alves, Jacob Gorender e também Dinarco Reis, Alberto Passos, Armênio Guedes, Orestes Timbaúba.

Com a ditadura que se seguiu ao golpe militar de 1964 o PCB se envolve num conjunto de divergências sobre o enfrentamento ao regime. Tal debate culminaria com a saída de alguns dirigentes e a recomposição do núcleo dirigente no VI Congresso do Partido em 1967.

4º núcleo dirigente: 1967 – 1979

A recomposição do núcleo dirigente do PCB se deu em virtude do rompimento de diversos quadros dirigentes do Partido no processo do VI Congresso. Dirigentes como

Carlos Marighella, Mário Alves, Jacob Gorender, Apolônio de Carvalho romperam com o partido.

A recomposição se dá entorno da executiva do partido com Prestes, Giocondo Dias, Orlando Bonfim, Osvaldo Pacheco, Hercules Correia, Marco Antônio Tavares Coelho, Salomão Malina, Aristeu Nogueira Campos, Walter de Souza Ribeiro, Orestes Timbaúba.

No exílio, na segunda metade dos anos 1970, o partido sofre com divergências acerca da ditadura e da tática a ser implementada na luta pela redemocratização do país e sobre o próprio papel do partido, o que ocasiona uma cisão informal no núcleo dirigente que, na prática, se comporta como dois espaços, Prestes articula um grupo entorno dele com Anita Leocádia Prestes, Marly Vianna, José Sales, Gregório Bezerra, se contrapondo aos demais membros do CC no exílio. Esse quadro de conflito ocasionou o pedido de saída do Comitê Central de Anita Leocádia Prestes e Marly Vianna, assim como um maior isolamento de Prestes. Com a volta do exílio o núcleo dirigente se reestrutura diante de uma forte crise interna que se materializa nas disputas entre Prestes, os chamados renovadores e o Comitê Central. Nesse momento ampliam seu poder de articulação e político Giocondo Dias, Salomão Malina, Armênio Guedes, Hercules Correa, Givaldo Siqueira. Esse núcleo, contudo se reorganiza no processo de construção do VII Congresso.

5º Núcleo Dirigente: 1982 – 1987

Com a saída de Prestes e os prestistas, assim como a saída de Armênio Guedes e os chamados renovadores, consolida Salomão Malina, Giocondo Dias, Hercules Correa, Givaldo Siqueira, Severino Teodoro de Melo, Geraldo Rodrigues Santos, o Geraldão, como novo centro político do Comitê Central, incorporando ainda no processo do VII congresso Roberto Freire, que se destacava como representante parlamentar e passaria a ter papel de maior relevância principalmente no processo do VIII Congresso em 1987.

Bibliografia

– Fontes Documentais ²⁰⁵

Novos Rumos Nº13. São Paulo. Editora Novos Rumos. 1989

Novos Temas – Revista do Instituto Caio Prado Jr – Nº 7. São Paulo. ICP. 2012.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. Brasil Com Democracia ao Socialismo: Para Entender a Política do PCB. Brasília. Novos Rumos. 1989

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas. Teses para um debate nacional de comunistas pela legalidade do PCB. São Paulo. Editora Juruá.1981

COLETIVO NACIONAL DE DIRIGENTES COMUNISTAS (documento): Os Rumos do Sindicalismo Brasileiro.1984.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (Documento). Uma Alternativa Democrática Para a Crise Brasileira: Encontro nacional Pela Legalidade do PCB. São Paulo, Novos Rumos. 1984

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (Documentos). 8º Congresso (extraordinário) do Partido Comunista Brasileiro – Julho, 1987. São Paulo, Novos Rumos, 1987.

____. Constituição Nova Para o Brasil: Proposta do PCB para a Constituinte. SP, Novos Rumos, 1986.

____. PCB 20 anos de política (1958-1979) – Documentos. São Paulo, LECH,1980

____. Documentos da Direção Nacional: Um Novo Bloco Político Para Mais Democracia e Justiça Social. SP, Novos Rumos, 1988.

____. Manifesto de Lançamento da Candidatura de Roberto Freire a Presidência da Republica. SP, Novos Rumos, 1989.

____. Brasil Com Democracia ao Socialismo. SP, Novos Rumos 1989.

PARTIDO COMUNISTA DA UNIÃO SOVIÉTICA. XXVII Congresso do PCUS: A URSS Rumo ao Século XXI – Relatório Apresentado por Mikhail Gorbachev. RJ, Revan, 1986.

²⁰⁵ Os documentos relacionados previamente para este projeto fazem parte de arquivo pessoal, arquivo da Fundação Dinarco Reis (FDR) e do Arquivo Memória Operaria do Rio de Janeiro (AMORJ) – UFRJ.

PARTIDO COMUNISTA DA UNIÃO SOVIETICA: (documentos)O Partido de Todo o Povo: O Programa do partido e a Resolução Política do XXVII Congresso do PCUS.Rio de Janeiro. Editora Revan, 1986

____. XXVII Congresso do PCUS: Discussões e Decisões. Moscovo. Agencia de Imprensa Novosti, 1986.

____. Informe Político do Comitê Central do PCUS ao XXVII Congresso do Partido (Mikhail Gorbatchev). Moscovo, Agência de Imprensa Novosti, 1986.

– Bibliografia:

ALMEIDA, Francisco Inácio (org.). O último secretário: a luta de Salomão Malina. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2002.

ANDERSON, Perry. Afinidades Seletivas. SP, Boitempo, 2002.

BARCELOS. Thatiana Amaral de. A Imprensa do PCB editada no exílio: Informação, Identidade e Militância. Dissertação de mestrado Unirio. Rio de Janeiro, 30 de abril de 2013

BASBAUM. Leôncio. Uma vida em seis tempos (memórias). São Paulo. Editora Alfa Ômega. 1976.

BEZERRA, Gregório. Memórias: segunda parte (1946-1969). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BLACKBURN, Robin. (Org.). Depois da Queda. SP, Paz e Terra, 2005.

BRAZ, Marcelo. Partido e Revolução: 1848 – 1989. São Paulo. Expressão popular. 2011

CARONE, Edgar. O P.C.B. 1964 – 1982 volume 3. São Paulo. Difel. 1982

CORREA, Hercules. A Classe Operária e seu Partido. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1980

DEO, Anderson, MAZZEO, A. C., ROIO, Marcos D (organizadores). Lenin: Teoria e Prática Revolucionária. Marília: Oficina Universitária. São Paulo. Cultura Acadêmica. 2015.

DIAS. Giocondo. Os Objetivos dos Comunistas. (Artios, Entrevistas e um Depoimento Político). São Paulo. Novos Rumos. 1983.

- FALCÃO, Frederico José. Os Homens do Passo Certo: O PCB e a Esquerda Revolucionária no Brasil (1942 – 1961). São Paulo. José Luis e Rosa Sundermann Editora. 20012.
- FALCÃO, João. Giocondo Dias: a vida de um revolucionário. Rio de Janeiro: Agir, 1993.
- FILHO, Ivan Alves. Giocondo Dias. Uma vida na clandestinidade. Rio de Janeiro. Mauad. 1997.
- GORBATCHEV, M. Glasnost: A Política da Transparência. São Paulo. Editora Brasiliense, 1987.
- _____. Perestroika, Novas Ideias para o Meu País e Para o Mundo. SP, Best Seller, 1987.
- _____. URSS, Uma Nova Etapa. RJ, Revan, 1985.
- GOMES. Ângela Castro. A Invenção do Trabalhismo. 3º Edição. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2005.
- _____. Vargas e a Crise dos anos 1950. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- GORENDER, J. Perestroika, Origens, Projetos e Impasses. SP, Atual, 1991.
- GRINBERG, Lucia. Partido Político ou Bode Expiatório: Um Estudo Sobre a Aliança Renovadora Nacional – ARENA (1965 – 1979). Rio de Janeiro, MAUAD X, 2009.
- HOBSBAWM, Eric. Sobre História. SP, Companhia das Letras, 1997.
- _____. (org.). Historia do Marxismo. V. I. RJ, Paz e Terra, 1987.
- _____. Era dos Extremos. SP, Companhia das Letras. 2003.
- JUNIOR. Carlos Zacarias de Sena (Org). Capítulos de História dos Comunistas no Brasil. Bahia. Edufba. 2016
- KONDER, Leandro. A democracia e os comunistas no Brasil. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1980.
- _____. Leandro. Memórias de um intelectual comunista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008
- _____. Em torno de Marx. São Paulo, Boitempo, 2010.
- MAGRI, Lucio. O Alfaiate de Ulm. São Paulo. Boitempo. 2014
- MALIN, Mauro. Armênio Guedes – Um Comunista Gentil. Rio de Janeiro. Ponteio. 2018.
- MALINA, S. O Socialismo em Renovação. SP, Novos Rumos, 1989.

- _____. Questões históricas e atuais do PCB (Cadernos do Militante Comunista nº2). São Paulo. Edições Novos Rumos. 1986.
- MARX, Karl e ENGELS F. Ideologia Alemã. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 2007.
- MAZZEO, A. C. Sociologia Política Marxista. SP, Cortez, 1995.
- _____. Sinfonia Inacabada. SP, Boitempo, 1999.
- MARIANI, Bethania. O PCB e a Imprensa: Os Comunistas no Imaginário dos Jornais: 1922 – 1989. Rio de Janeiro, Revan. Campinas – SP, Unicamp. 1998.
- MORAES, Denis de e VIANA, Francisco. Prestes, Lutas e Autocríticas. Petrópolis. Editora Vozes, 1982
- MORAES, Denis. Prestes com a palavra. Uma seleção das principais entrevistas do líder comunista. Campo Grande, Letras Livres. 1997.
- PANDOLFI, Dulce. Camaradas e Companheiros: História e Memória do PCB. Rio de Janeiro. Relume e Dumará: Fundação Roberto Marinho.1995.
- PRESTES, Anita Leocádia. Luiz Carlos Prestes - O combate por um partido revolucionário (1958-1990). São Paulo: Expressão Popular, 2012
- PRESTES. Luiz Carlos. Carta Aos Comunistas. São Paulo. Editora Alfa Ômega.
- REIS, Dinarco. A Luta de Classes no Brasil e o PCB (volume I e II). Rio de Janeiro, Fundação Dinarco Reis. 2011.
- REIS, Fº, D. A., FERREIRA, J., ZENHA, C. O Século XX. Vol.II. RJ, Civilização Brasileira, 2003.
- REIS. Daniel Aarão. Luiz Carlos Prestes: Um revolucionário entre dois mundos. São Paulo. Cia das Letras. 2014.
- RÉMOND, René, Por Uma História Política 2ª edição. RJ, FGV, 2003.
- ROEDEL, Hiran (org.). PCB 80 Anos de Luta. Rio de Janeiro, Fundação Dinarco Reis. 2002.
- ROEDEL, Hiran. Atitude Subversiva. Fundação Dinarco Reis, Rio de Janeiro. 2000.
- ROLLEMBERG, Denise. Exílio. Entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- SANTANA, Marco Aurélio. Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil. São Paulo. Boitempo. 2001.
- SANTOS, Raimundo. (organizador). O Marxismo Político de Armênio Guedes. São Paulo. Fundação Astrojildo Pereira. 2012.

_____. O Pecebismo inconcluso. Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1992.

SILVA, Antonio Ozaí da. História das Tendências no Brasil (Origens, cisões e propostas). São Paulo: Proposta Editorial, 1987.

SODRE, N. W. A Farsa do Neoliberalismo. RJ, Graphia, 1995.

SOUZA, José Milton Pinheiro. O PCB e a ruptura das tradição: dos impasses das formulações no exílio ao exílio da política no Brasil (1971 – 1991) Tese de doutoramento no Departamento de Ciências Políticas da PUC São Paulo. 2014.

VINHAS. Moises. O Partidão: A Luta por um partido de massas (1922 – 1974). São Paulo. Editor Hucitec. 1982.

Internet:

Armênio Guedes, entrevista, Instituto Vladimir Herzorg, acessível em: http://www.youtube.com/watch?v=qK_-fQUiSf4

As eleições de 1978 no Brasil em

https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/003/Alves_e_Baptista_pp29-52.pdf . Acessado em 05 de novembro de 2018 às 03h34

As eleições de 1986 TSE:

<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>

Consultado no dia 19/08/2018 às 2h31.

PRESTES, Luiz Carlos. Carta aos Comunistas. Rio de Janeiro, março de 1980. <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1980/03/carta.htm> . Acesso as 03:21 horas do dia 14.04.2018.

Resolução Política do VI Congresso do PCB.

<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1967/12/resolucao.htm> visto em 01 de agosto de 2018 as 14h.

Imprensa:

Jornal do Brasil (pesquisa referente a Luiz Carlos Prestes período 1980- 1983)

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&PagFis=1586&Pesq=Prestes

Jornal do Brasil (pesquisa referente ao PCB período 1980 – 1983)

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&PagFis=1586&Pesq=PCB

Tribuna da Imprensa (pesquisa referente a Luiz Carlos Prestes período 1980 – 1983)

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_04&pesq=Prestes&pasta=ano%20198

Entrevistas:

COSTA, Edmilson. Entrevista cedida em Dezembro de 2019 para OLIVEIRA, Heitor Cesar.

PINHEIRO, Ivan. Entrevista cedida em junho de 2019 para OLIVEIRA, Heitor Cesar.

TEMER, Milton. Conversa em Dezembro de 2019 e Janeiro de 2020 para OLIVEIRA, Heitor Cesar.